

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA**

**RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE  
EM SANTA CATARINA**

Florianópolis  
2012



**LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA**

**RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE  
EM SANTA CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro A. Vieira

Florianópolis  
2012

F413 FERREIRA, Luiz Mateus da Silva.

Raízes históricas da desigualdade em Santa Catarina/ Luiz Mateus da Silva Ferreira. – Florianópolis, 2012.

145 f. : il. ; 14,81cm21cm.

Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

Bibliografia: f. 123-134.

1. Desigualdade. 2. Distribuição de renda. 3. Instituições.  
I. Título.

CDU  
502.58

Catálogo na fonte elaborada por Marcelo Cavaglieri CRB 14/1094.

**LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA**

**RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE  
EM SANTA CATARINA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de junho de 2012.

---

Prof., Dr. Roberto Meurer  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Renato Perin Colistete,  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
Universidade do Extremo Sul Catarinense

---

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins,  
Universidade Federal de Santa Catarina



*Dedico este trabalho a memória de  
minha avó, Erotides Borba da  
Silva (1925-2011).*



## AGRADECIMENTOS

Foi uma longa e desgastante caminhada. Não faltaram pedras e espinho; dia e noite, não tinham diferença; a angústia foi companheira inseparável, acentuando o sofrimento; a saúde ficou debilitada; faltou fôlego. Porém, o apoio, a dedicação, a energia, a amizade, o amor e a alegria de muitas pessoas me fizeram continuar. A espiritualidade também se fez presente, me deu luz quando tudo ficou cinza. Agora chegou a hora de agradecer.

Primeiramente agradeço a meus guias espirituais, que sempre se fizeram presentes me dando força.

Agradeço a minha família, meus pais, Celmo Raul e Maria Aparecida, pelo esforço e compreensão; a minha irmã, Cássia Caroline, que sofreu com minha ausência, com minha rispidez e intolerância, mas que como sempre me respeitou, foi compreensiva, dedicada, carinhosa e atenta, não deixando que nada perturbasse minha concentração. Este trabalho, sem dúvida, não existiria se você não estivesse ao meu lado.

Agradecimento especial também dedico a André da Silva Redivo. Amigos, colega de estudo e de trago, foi fundamental nesta jornada. Nunca poderei retribuir seu apoio, amizade e compreensão. Muitíssimo obrigado!

Não posso deixar de agradecer também a Ricardo Lobato Torres, Lairton Marcelo Comerllato, Felipe Amim Filomeno e a Fabio Pádua dos Santos pelas conversas informais, pela atenção, pelas sugestões e pelas sutis críticas que muito contribuíram para este trabalho.

Reitero meus agradecimentos ao André e ao Ricardo, porém por um fato especial. Foram eles que me motivaram a sair de casa no dia 05.01.2011. Foi neste dia que conheci a Luciana, uma mulher incrível, que mudou a minha vida. Sem pedir licença, com muita paciência, carinho e dedicação ela rompeu com a inércia que tomava conta de mim, iluminou os meus sonhos e me fez sorrir novamente. Junto trouxe o Matheus, que com orgulho digo que é meu filho, ainda que, biologicamente, não seja. Amo muito vocês dois.

Outro agradecimento especial é para Onésio Gorgisk, que entre uma Kaiser e outras tantas me ensinou a valorizar momentos que, geralmente, passam despercebidos, como, por exemplo, um bate-papo, uma cerveja com os amigos de boteco ou uma simples caminhada na praia. Mais ainda, me ensinou a valorizar as pessoas que nos proporcionam estes raros e bons momentos. Aliás, ele sempre me proporciona bons momentos. Obrigado!

Agradeço também aos meus queridos e amados amigos José Aluízio de Andrade, Edna Alves de Paiva de Andrade e Sarita Melaine Paiva de Andrade, que com respeito e carinho me deram apoio nos momentos difíceis que marcaram minha caminhada. Tenho vocês como minha segunda família.

Agradeço ao professor Adriano de Amarante, pela atenção, empenho e ensinamentos, que muito contribuíram para meu ingresso no mestrado. Muito obrigado também aos professores Sílvio Antônio Ferraz Cário, Hoyêdo Nunes Lins e Jaylson Jair da Silveira, pela receptividade e disponibilidade, pelos conhecimentos transmitidos e por sempre proporcionarem discussões que foram de fundamental importância na minha formação. Agradeço também a atenção, respeito e apoio dos professores Helton Ricardo Ouriques, Eva Yamila Amanda da Silva Castela e Brena Paula Magno Fernandez. Tenho profunda admiração por todos.

Também sou grato aos professores Alcides Goularti Filho e Hoyêdo Nunes Lins pela atenção dispensada e pelos ricos comentários que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Igualmente, agradeço ao professor Renato Perin Colistete pelas observações finais, sem as quais este trabalho não poderia ser mais bem acabado.

Ao meu orientado, Pedro Antonio Vieira, infelizmente não há agradecimentos suficientes. Meu amigo, meu mestre, é meu exemplo intelectual. Eu, certamente, não conseguiria realizar este trabalho, ou melhor, iniciar este trabalho, pois ele não se acaba aqui, se não fosse pelas mãos do Pedrinho. Seu conhecimento e entusiasmo pela história e, particularmente, pelo tema desigualdade, e, também, o seu apoio inestimável, foram os elementos que me motivaram a buscar *As Raízes Históricas da Desigualdade em Santa Catarina*. Além disso, generoso, preocupou-se com minha saúde física, mental e emocional. Foi conselheiro e principal incentivador na mudança de meus hábitos. Incentivou-me a praticar esportes e mesmo a relaxar em um bar. Enfim, zelou por mim como um pai zela por um filho, isto é, preocupou-se em todos os sentidos. Sou eternamente grato.

Por fim, apropriando-me das palavras do mestre Vinícius de Moraes, digo que

*eu poderia suportar, embora não sem dor, que tivessem morrido todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os meus amigos! A alguns deles não procuro, basta saber que eles existem. Esta mera condição me encoraja*

*a seguir em frente pela vida... mas é delicioso que eu saiba e sinta que eu os adoro, embora não declare e os procure sempre....*

Muitíssimo obrigado a todos!



*Se me fosse perguntado: o que é a escravidão? E eu respondesse numa palavra. É assassinato. O que quero dizer se entenderia de imediato. Nenhum argumento a mais seria necessário para mostrar que o poder que tira do homem seu pensamento, sua vontade, sua personalidade, é um poder sobre a vida e sobre a morte; e que escravizar um homem é matá-lo. Porquê, então, diante desta outra questão: o que é propriedade? Não poderia eu responder da mesma forma. É um roubo, sem ter a certeza de ser mal interpretado; pois a segunda proposição não é nada mais do que uma transformação da primeira?*

*(Pierre-Joseph Proudhon, 1890).*

*Pode haver diferença nas opiniões sobre o significado de uma distribuição da riqueza muito desigual, mas não há dúvida sobre a importância de se saber se a distribuição está se tornando mais ou menos desigual.*

*(Max O. Lorenz, 1905)*



## RESUMO

Neste trabalho buscou-se avaliar evolução histórica da distribuição da renda em Santa Catarina. Constatou-se que entre 1981 e 2009, a desigualdade de renda no Estado catarinense foi, independentemente do indicador analisado, relativamente baixa. Como a desigualdade, por sua natureza estrutural, necessita de períodos mais longos para sua completa manifestação, procurou-se investigar se a menor de desigualdade observada seria uma característica do território catarinense ou apenas uma conjuntura, resultante de causas específicas. Buscou-se, então, construir indicadores que permitissem avaliar a evolução da distribuição da renda um período histórico considerável. Os dados forjados para o período 1939-1980 confirmaram a tendência observada entre 1981 e 2009, isto é, de que disparidade da renda no território catarinense é relativamente baixa. Diante desta constatação, a hipótese que se lançada é de que a menor desigualdade na distribuição da renda em Santa Catarina poderia ser uma estrutura do espaço catarinense. Nesse sentido, considerando a idéia de que a menor desigualdade no período de formação inicial tende a gerar, no longo prazo, instituições que estimulam o desenvolvimento com menor grau desigualdade, argumenta-se que os elementos presentes no processo de formação socioeconômica de Santa Catarina (pequena propriedade, menor contingente escravo, pequena produção mercantil, população etnicamente mais homogenia e com maior estoque de capital humano) restringiram a produção e, mesmo, perpetuação de grandes desigualdades. Conclui-se, assim, que a menor desigualdade na formação inicial, as instituições (leis, cultura, hábitos e regras de conduta) e, também, a dinâmica econômica local, contribuíram para o desenvolvimento de uma estrutura distributiva mais ou menos equânime em Santa Catarina.

**Palavras-chaves:** Desigualdade. Distribuição de renda. Instituições. Santa Catarina.



## ABSTRAC

The goal of this thesis is to evaluate the historical evolution of income distribution in the state of Santa Catarina. It concludes that, regardless of the indicator used, income inequality was relatively low in Santa Catarina from 1981 to 2009. Because inequality has a structural nature and takes long periods to be completely manifest, the researcher also tried to verify if the low levels of inequality observed were a characteristic of the territory of Santa Catarina or just a conjuncture resulting from specific causes. The researcher created indicators that allowed an evaluation of the evolution of income distribution for a historical period of considerable length. Indicators for the period of 1939-1980 confirmed the pattern of low income inequality in the territory of Santa Catarina found for 1981-2009. The researcher then considered the hypothesis of those low levels of inequality being a structure of the space of Santa Catarina. Assuming that low levels of income inequality observed in the formation of a social space tend to create, in the long run, institutions that stimulate a low-inequality pattern of development, the researcher argued that elements of the socio-economic formation of Santa Catarina (small holdings, scarce use of slavery, higher stock of human capital) restricted the creation and persistence of large inequalities. The research concludes that the original low levels of income inequality, institutions (laws, culture, habits and norms of behavior) and local economy dynamics contributed to the development of a distributional structure more or less equitable in Santa Catarina

**Key-words:** Inequality. Income distribution. Institutions. Santa Catarina.



## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1- Microrregiões Geográficas do Estado de Santa Catarina ..... 65  
Figura 2- Mesorregiões Geográficas do Estado de Santa Catarina ..... 65



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda (coeficiente de Gini).....	60
Gráfico 2 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda (índice de Theil).....	60
Gráfico 3– Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda ( $R_{20+/20-}$ ).....	62
Gráfico 4 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda ( $R_{10+/40-}$ ).....	62
Gráfico 5 – SC: relação entre renda <i>per capita</i> e coeficiente de Gini (1981-2009).....	63
Gráfico 6 – Brasil: relação entre renda <i>per capita</i> e coeficiente de Gini (1981-2009).....	63
Gráfico 7 – População de Santa Catarina (1970-2010).....	66
Gráfico 8 – Santa Catarina: composição do PIB 1990 e 2008 .....	69
Gráfico 9 – Evolução das desigualdades de renda entre as microrregiões catarinenses (1939-1980) .....	70
Gráfico 10 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade do PIB <i>per capita</i> entre os municípios em anos selecionados (1939-1980).....	74
Gráfico 11 – Evolução da Percentagem de Escravos na População de Santa Catarina (1803-1873) .....	99
Gráfico 12 – Evolução da População de Santa Catarina (1803-1873)	101



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Número de Teares e Produção Têxtil na Capitania de Santa Catarina em 1755 .....	89
Quadro 2 - Evolução Populacional das Freguesias da Ilha de Santa Catarina (1810-1972) .....	105
Quadro 3 – Distribuição da População na Província (1810-1872).....	106



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: evolução da renda per capita média e indicadores de desigualdade (1981-2009) .....	56
Tabela 2 – Santa Catarina: evolução da renda <i>per capita</i> e indicadores de desigualdade (1981-2009) .....	58
Tabela 3 – Brasil: maiores rendas <i>per capita</i> s e indicadores de desigualdade em 2009 .....	59
Tabela 4 – Brasil: maiores rendas <i>per capita</i> s e indicadores de desigualdade (média do período 1981-2009) .....	59
Tabela 5 – Santa Catarina: municípios com maior contingente populacional (1970-2010) .....	67
Tabela 6 – Santa Catarina: população das mesorregiões (1970-2010)..	67
Tabela 7 – Santa Catarina: PIB grandes regiões em 2008.....	67
Tabela 8 - Santa Catarina: variação relativa dos coeficientes de desigualdades interregional em (1939-1980) .....	69
Tabela 9 - Santa Catarina: variação do coeficiente de Gini intraregional (1970-1980).....	73
Tabela 10 – “Campos de Lages”: evolução da população (1840-1887) 95	
Tabela 11 – Número de Africanos Desembarcados no Brasil.....	98
Tabela 12 – Santa Catarina: Evolução da População (1712-1887) .....	100
Tabela 13 – Distribuição da População na Ilha de SC em 1872.....	102
Tabela 14 – Ocupação dos Escravos na Ilha de Santa Catarina em 1872.....	102
Tabela 15 – Santa Catarina: população nos principais núcleos coloniais (1850-1900).....	113



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>2 CONCEITOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>41</b>
2.1 DESIGUALDADE DE QUÊ? .....	41
2.2 A VARIÁVEL DE ANÁLISE .....	45
2.3 O CONCEITO DE RENDA.....	46
2.4 O ESPAÇO E O TEMPO DE ANÁLISE.....	47
2.5 MEDIDAS DE DESIGUALDADE.....	48
<b>2.5.1 Índice de Gini.....</b>	<b>48</b>
<b>2.5.2 Índice L de Theil.....</b>	<b>48</b>
<b>2.5.3 Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson .....</b>	<b>48</b>
2.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	49
<b>2.6.1 Etapas da Pesquisa .....</b>	<b>50</b>
<b>3 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM SANTA CATARINA (1939-2009) .....</b>	<b>53</b>
3.1 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL CONFORME DADOS DA PNAD (1981-2009) .....	53
3.2 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA EM SANTA CATARINA CONFORME OS DADOS DA PNAD (1981-2009).....	57
3.3 DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO TERRITÓRIO CATARINENSE (1939-1980).....	64
<b>3.3.1 Características Econômicas e Demográficas de Santa Catarina .....</b>	<b>64</b>
<b>3.3.2 Evolução da Disparidade Interregional da Renda em Santa Catarina (1939-1980).....</b>	<b>69</b>
<b>4 RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE EM SANTA CATARINA: LATIFÚNDIO, ESCRAVIDÃO E INFRAESTRUTURA SOCIAL NO LITORAL E PLANALTO ....</b>	<b>77</b>
4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE NO BRASIL.....	77
4.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	84
<b>4.2.1 A Ocupação do Litoral.....</b>	<b>85</b>
<b>4.2.2 A Ocupação do Planalto.....</b>	<b>92</b>

<b>5 RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE EM SANTA CATARINA: IMIGRAÇÃO E FORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS E ECONÔMICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>97</b>
5.1 A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO INTERNCONTINENTAL DE ESCRAVOS.....	97
5.2 LEI DE TERRAS E COLONIZAÇÃO .....	107
5.3 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA EM SANTA CATARINA.....	111
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFRÊNCIAS.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO I - Evolução do coeficiente de Gini (1981-2009) .....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO II – Evolução do índice de Theil (1981-2009) .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO III – Evolução da razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres (1981-2009).....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXO IV – Evolução da razão entre as rendas médias dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres (1981-2009).....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO V – Evolução da renda domiciliar per capita (1981-2009) .....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO VI – Santa Catarina: evolução e variação do PIB das microrregiões (1939-1980).....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO VII – Santa Catarina: evolução e variação da população das microrregiões (1939-1980) .....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXO VIII – Santa Catarina: evolução e variação do PIB per capita das microrregiões (1939-1980).....</b>	<b>149</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, ainda que seja um estudo exploratório sobre a evolução histórica da desigualdade em Santa Catarina, tem por objetivos: 1) medir o grau de disparidade na distribuição da renda no território catarinense no período compreendido entre 1939 e 2009; 2) analisar a sua evolução; e 3) identificar os fatores de longa duração que exercem influência relevante na estrutura distributiva do Estado catarinense.

A preocupação em estudar os fatores históricos que contribuem para o desenvolvimento de uma estrutura distributiva mais ou menos equânime, deriva do fato de que a desigualdade, por sua natureza estrutural, necessita de períodos mais longos para sua completa manifestação. Assim sendo, entende-se que ao investigar o processo de formação socioeconômica catarinense é possível encontrar a existências de forças moldadoras que, impostas pelas próprias diferenças individuais, pela história e por padrões de pensamento profundamente arraigados, constituíram-se em mecanismos de transmissão de relações e condições sociais, cujos reflexos são expressos nos indicadores atuais de desigualdade. Nesse sentido, argumenta-se que o padrão de organização social e econômica, como, por exemplo, a grande (menor) desigualdade na distribuição da terra, ou ainda, o maior (menor) emprego da mão de obra escrava no processo inicial de formação econômica, constitui um padrão, que reforçado pela cultura, normas, costumes e tradições, torna-se uma estrutura capaz de influenciar no processo de desenvolvimento das relações sociais e, por conseguinte, na configuração da realidade distributiva. A história é reveladora e confirma esta posição.

Ao contrário do que ocorreu nas regiões de clima temperado, mais especificamente nos Estados Unidos e Canadá – onde se constituíram colônias de povoamento, cuja produção, majoritariamente, desenvolveu-se a partir da pequena propriedade, com predomínio do trabalho livre, da produção diversificada, voltada, basicamente, para o mercado e com uma maior organização e coesão social – a colonização dos trópicos, como se sabe, tomou feição de uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais e produzir gêneros primários de interesse do comércio europeu. E com tal objetivo a economia e a sociedade brasileira foram organizadas; o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo constituíram-se nos elementos fundamentais desta organização, onde a estrutura social, hierárquica e extremamente desigual, desde suas origens, manteve-se dominante ao longo da formação brasileira, aprofundando, assim, **as Raízes da**

**Desigualdade do Brasil** (SCHWARTZ, 1988, HOLANDA, 1995, FURTADO, 2003, PRADO JR., 2006).

Contudo, devido às diferentes conjunturas inerentes ao processo de evolução histórica e, também, das especificidades de cada espaço regional, notam-se algumas peculiaridades na formação socioeconômica do Brasil. Este é o caso de Santa Catarina, onde o latifúndio monocultor escravista não se constituiu como célula orgânica e, portanto, não condicionou a evolução da vida econômica e social, que ao contrário do nordeste brasileiro, não é, historicamente, marcada por uma distribuição tão desigual da riqueza.

Neste aspecto, Oswaldo Cabral observa que ao longo do processo de formação de Santa Catarina, não se encontra a

existência daqueles domínios que se instalaram alhures e que deram origem àquela nobreza fundada no poder territorial [...], não se encontra aqui o grande domínio, florescente e produtivo, absorvendo toda a vida em torno, produzindo em larga escala, empregando o trabalho de números braços e subsistindo a malta dos agregados (CABRAL, 1970, p. 205).

E assim conclui:

não conheceu a terra catarinense a sociedade colonial que vicejou noutras paragens, o senhor de engenho abastado e poderoso, as senzalas repletas de escravos [...]. O latifúndio não se converteu em grande domínio [...]. Muito cedo iniciou-se então o regime da pequena propriedade e logo surgiu o trabalho livre” (CABRAL, 1970, p. 205).

No mesmo sentido, Walter Piazza diz: “na Capitania, depois província de Santa Catarina, a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil. Parcialmente tal [situação] se deve ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris” (PIAZZA, 1975, p. 219).

Semelhantes são as observações de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, que dentro de uma abordagem histórico-social, destacam que a organização da propriedade rural em Santa Catarina no século XVIII, fundamentava-se na pequena propriedade, onde os camponeses livres, donos da terra, produziam basicamente para a sua subsistência.

Nas propriedades rurais médias, notadamente no Planalto Catarinense, o trabalho assalariado coexistiu com o braço escravo. Este, porém, sempre foi utilizado em pequena escala.

Os autores argumentam que o desenvolvimento econômico de Santa Catarina, à margem da economia colonial, condicionou a participação da mão de obra escrava. Em outras palavras, a utilização do escravo no território catarinense não se justificava economicamente, uma vez que não houve na região o desenvolvimento da produção de produtos tropicais voltados para exportação, o que limitou a necessidade do emprego do trabalho escravo na Capitania, depois Província, de Santa Catarina (CARDOSO; IANNI, 1960).

Também abordando a história em termos sócio-cultural, Silvo Coelho dos Santos ressalta que diferentemente de outras regiões mais ao norte, em Santa Catarina a escravidão não se constituiu como base para o estabelecimento dos primeiros núcleos coloniais. Aqui, diz ele, “os escravos estavam mais vinculados aos serviços da casa e a uma economia de subsistência, do que sujeitos às atividades que caracterizam uma economia de exploração” e, deste modo, “não havendo uma economia destinada a atender ao mercado europeu, não surgiu também nenhum grande mercado de escravos” (SANTOS, 1977, p. 65).

Nota-se, portanto, que o desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina assumiu formas específicas em relação às demais regiões brasileiras, sobretudo porque no território catarinense a estrutura latifúndio-monocultura-escravidão não chegou a fincar raízes.

Esta visão também fica evidente nas interpretações teóricas específicas do desenvolvimento econômico catarinense. Várias são as interpretações, porém todos os autores concordam que as especificidades da formação socioeconômica do Estado (a não especialização em produtos primários voltados para exportação, menor intensidade e extensão do emprego da mão-de-obra escrava, economia baseada na pequena propriedade familiar, economia voltada para o mercado e desenvolvimento industrial precoce) foram determinantes no seu desenvolvimento.

No estudo elaborado pelo Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG/SC), por exemplo, Américo Augusto da Costa Souto, enfatiza os fatores condicionantes histórico-econômicos que provocaram transformações estruturais ao longo do processo de formação econômica de Santa Catarina. Para o autor, tais transformações ocorreram a partir de uma relação centro-periferia, e como parte periférica, o Estado catarinense buscou adaptar-se a todos os movimentos ocorridos no centro hegemônico, no caso, o eixo Rio - São

Paulo (CEAG/SC, 1980, p. 24-25)<sup>1</sup>. Neste sentido, o autor argumenta que ao longo do processo de formação e evolução econômica de Santa Catarina a posição periférica em relação ao centro da economia nacional se manteve, criando, assim, os impulsos necessários a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico, este fundamentado na produção diversificada, na fragmentação geoeconômica, na pequena propriedade e na presença do pioneirismo dos imigrantes e seus descendentes, elementos que, segundo o autor, caracterizam a economia catarinense, desde a transformação da economia de simples subsistência em economia subsidiária (séc. XVIII-1850) até a consolidação da indústria tradicional (1914-1930) e a ascensão da indústria dinâmica (1930-1960).

Discordando de Souto (1980), Hering (1987, p. 12) afirma que

Santa Catarina não se desenvolveu como área periférica, nem em sua primeira fase, a fase colônia, que caracterizamos como de produção agrícola e comercial (1850-1880), com excedente muito reduzido, nem quando se inicia a pequena indústria (1880-1914), cuja produção se limita ao mercado catarinense, aproximadamente até o final daquele período.

Apoiada nos pressupostos teóricos descritos por Schumpeter, na sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, originalmente publicada em 1912, Hering (1987) argumenta que numa região de matas com pequena produção mercantil e geradora de pequeno excedente econômico, o tipo de mão-de-obra e a ação empreendedora e inovadora do imigrante e seus descendentes, foram determinantes no desenvolvimento econômico catarinense. A autora salienta que o processo de industrialização de Santa Catarina obedeceu a uma dinâmica interna própria, decorrente da existência de mercados e recursos regionais autogerados (pequena propriedade, cooperativismo, formação de poupança e desenvolvimento

---

<sup>1</sup> “À periferia cabe fornecer ao centro matéria-prima [...]. No caso específico do Brasil, o eixo Rio - São Paulo formaria o centro satelitizando a periferia interna” (CEAG/SC, 1980, p. 24). “A periferia interna poderia até, certo ponto, ser assimilada ao que se poderá caracterizar como economia subsidiária. [...] É nesse contexto que se situa Santa Catarina. Desde o início de sua formação, seu papel foi o de complementar o centro dinâmico (exportador) da economia brasileira” (CEAG/SC, 1980, p. 42-43). “Em alguns casos poderá se tornar conveniente a industrialização de algumas áreas periféricas [...]. Mas mesmo aí, se trata de uma complementação das necessidades do centro e é dele que, em última instância, parte as decisões. [São] casos concretos [a industrialização] de Blumenau e Joinville” (CEAG/SC, 1980, p. 25).

do mercado interno), o que conferiu a Santa Catarina um modelo próprio de desenvolvimento.

Corroborando a tese do “modelo catarinense de desenvolvimento”, Bossle (1988) também atribuiu à capacidade empresarial dos imigrantes, especialmente o alemão, importância fundamental na conformação e desenvolvimento industrial catarinense. A autora argumenta que a experiência, o conhecimento técnico e a ação empreendedora e inovadora dos imigrantes, quando transferidos e postos em prática, estabeleceram novas combinações produtivas que marcam o início da industrialização catarinense. Neste aspecto, Bossle (1988) também destaca a importância do capital mercantil, o qual, segundo ela, constituiu a base da acumulação prévia para o estabelecimento da indústria em Santa Catarina<sup>2</sup>. Ao final da sua análise, a autora observa que a gênese da industrialização catarinense derivou de condições específicas, não tendo “suas raízes implantadas nas interações biônicas do café-indústria, mas sim na relação do comércio importador e exportador, adicionada à experiência e visão empresarial dos imigrantes” (BOSSLE, 1988, p. 136).

Também desconsiderando qualquer influência do capital cafeeiro ao processo de industrialização de Santa Catarina, Idaulo José da Cunha diz:

a ênfase ao estudo do pólo industrial do Centro-Leste liderado, por São Paulo, fez com que, frequentemente, se generalizassem, para todo o País, aspectos próprios da industrialização daquelas áreas, resultando daí, uma visão incompleta e imperfeita da industrialização regional, especialmente nas áreas em que o café não desempenhou papel estratégico no desenvolvimento capitalista (CUNHA, 1982, p. 4).

Nesse sentido, o autor argumenta que os aspectos determinantes que deram origem à industrialização brasileira diferenciam-se daqueles

---

<sup>2</sup> “Na gênese do capital industrial catarinense, tem sido comprovado o valor do comércio de importação e exportação e tem-se destacado o sistema de venda [...]. A venda, inicialmente, era um estabelecimento comercial (Stadtplatz) que distribuía as mercadorias pelo hinterland da colônia. Paulatinamente, foi ganhando novas características, pois o vendeiro [...] acabou por estender seu comércio a outras regiões. A casa comercial passou a ser considerada uma espécie de “banco”, pois o colono, além de ali guardar suas economias, financiava seus equipamentos de trabalho. Assim, progressivamente, tal comércio, que inicialmente era realizado na base da troca, foi mudando as suas funções e, ao acumular capital, este foi replicado no setor industrial” (BOSSLE, 1988, p. 36).

que motivaram o desenvolvimento econômico catarinense, sendo que a diferença fundamental deve-se ao tipo de organização econômica e o papel relevante desempenhado pelo imigrante europeu, especialmente o alemão e o italiano.

Ainda segundo Cunha (1982), a organização econômica e social de Santa Catarina foi “fundamentada na agricultura de pequena propriedade, inicialmente voltada para o auto-abastecimento, tendendo a se diversificar à medida que as colônias iam se desenvolvendo” (CUNHA, 1982, p. 76). O autor observa também a influência dos imigrantes e de seus descendentes como elementos motores e mantenedores do processo de desenvolvimento catarinense, ressaltando alguns aspectos, quais sejam: à introdução de novas técnicas administrativas (desde logo implementadas nas colônias mais avançadas), a restrição a escravidão, o desenvolvimento da pequena atividade mercantil, o aproveitamento das disponibilidades dos recursos naturais, as habilidades, motivações e princípios econômicos, dentre os quais o hábito da poupança, evoluídos e adquiridos num continente que, em grande parte, se encontrava, em meados do século XIX, em profundas transformações econômicas com rápida expansão industrial e acentuada modernização da agricultura. Assim, ainda que não cite Schumpeter, Cunha (1982) atribui à iniciativa do imigrante e à ação do empresário catarinense papel relevante no processo de desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

Armen Mamigonian, por sua vez, questiona a existência do “modelo catarinense de desenvolvimento”. Segundo ele,

falar em modelo catarinense de desenvolvimento nos parece restritivo, pois o fator fundamental, a pequena produção mercantil transplantada da Europa do século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo no Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza, até recentemente, da industrialização, nas áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaucha, Campos de Lages, etc.). [...] O apelo à interpretação schumpeteriana também nos parece pobre, pois a multiplicação dos empreendedores não pode se dar numa sociedade de base latifundiária fraca de pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1986, p. 104).

Conforme Mamigonian (1986), o relativo sucesso de alguns imigrantes decorreu do ambiente no qual eles estavam inseridos, o que contraria a idéia de que a simples presença do imigrante de origem européia, particularmente o alemão, resultaria em desenvolvimento industrial. Para o autor, contribuíram para tanto, as relações constituídas a partir do assentamento da colonização, esta de povoamento, em pequena propriedade, cuja produção baseava-se numa maior divisão social do trabalho e no sistema colônia-venda (produção para o consumo e comercialização), cujo excedente permitiu “a constituição de uma base financeira indispensável a todo início industrial (MAMIGONIAN, 1965, p. 72).

Mamigonian, porém, não deixa de destacar a importância dos imigrantes e seus descendentes, sobretudo na conformação industrial de Blumenau. O autor observa que os industriais de Blumenau eram, geralmente, capitalistas sem capital, gente de origem modesta, imigrantes europeus com experiência industrial e/ou comercial, dotados de habilidades técnicas e espírito de iniciativas mais ou menos desenvolvido, mas quase sem nenhum recurso financeiro. Estes, segundo Mamigonian (1960), constituíram a base da industrialização da região.

Também contrário a idéia do “modelo catarinense de desenvolvimento”, Michels (1998) buscou fazer uma revisão crítica do que chamou de “economia política catarinense”. Para tanto, agrupou as principais correntes do pensamento econômico catarinense e as classificou da seguinte maneira: “Periféricos”, nos quais inclui o estudo da CEAG/SC (1980) e Etienne Luiz Silva; “Desenvolvimentistas”, representados por Fernando Marcondes de Mattos, Alcides Abreu, Paulo Fernando Lago e os estudos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina – SED/SC; “Schumpeterianos”, que inclui os trabalhos de Idaulo José Cunha, Ady Vieira Filho, Maria Luiza Renaux Hering e Ondina Pereira Bossle; e as contribuições de Armen Mamigonian, Antonio Barros de Castro e Paul Singer, as quais Michels (1998) classificou como “outras contribuições”.

Na interpretação de Michels (1998), os autores por ele revisados deixaram de analisar duas questões centrais do processo de desenvolvimento econômico de Santa Catarina: a superexploração do trabalho e a intervenção estatal em favor da burguesia industrial. Além disso, o autor salienta que os autores supracitados, ao darem ênfase às especificidades da formação econômica de Santa Catarina, deixam de observar as desigualdades sociais decorrentes do desenvolvimento econômico. A análise de Michels, entretanto, é precária.

Ao examinar o “primeiro grande período da economia catarinense”<sup>3</sup>, Michels (1998) não nega a importância do tipo de colonização, de povoamento, da pequena produção mercantil e das habilidades técnicas e administrativas dos imigrantes alemães e italianos ao processo de acumulação de capital em Santa Catarina, limitando-se apenas a observar que esta acumulação se deu pela ação dos agentes privados, considerados, por ele, como a incipiente burguesia local. Quanto aos problemas sociais, Michels (1998) não evidencia a ocorrência de disparidades sociais dentro da sociedade em formação.

Na análise do “segundo grande período da economia catarinense”, o autor avalia os Planos de Governo<sup>4</sup> e constata que a intervenção do Estado favoreceu o enriquecimento privado, notadamente a burguesia industrial catarinense. Porém, como bem observou Goularti Filho (2002), no o contexto de expansão do capitalismo e, principalmente, da industrialização brasileira, o Estado apenas seguiu a lógica, privilegiando o interesse da classe dominante da época: os industriais.

Nesta perspectiva, Goularti Filho (2002) apresenta as relações políticas e econômicas e as transformações estruturais que conduziram o desenvolvimento econômico catarinense a partir de 1880. O autor sustenta a tese de “crescimento articulado”, segundo a qual o bom desempenho da pequena produção mercantil, matriz da burguesia industrial catarinense, só pode ser entendido dentro de um contexto nacional de crescimento articulado com o centro dinâmico do sistema econômico nacional, ou seja, a partir do movimento geral da industrialização brasileira.

Ao mesmo tempo, Goularti Filho (2002) observa as especificidades da formação socioespacial, destacando as dotações geográficas e a influência dos imigrantes de origem européia nas diferentes regiões de Santa Catarina. Ao final, conclui dizendo:

---

<sup>3</sup> Na análise de Michels (1998, p. 182) divide a evolução econômica de Santa Catarina em dois grandes períodos. O primeiro abrange desde o período colonial até meados da década de 1950; e o segundo, compreende o período entre 1955 e 1998.

<sup>4</sup> Com relação aos Planos de Governo, têm-se: “Plano de Obras e Equipamentos – POE” (1956-1960); “Planos de Metas do Governo – Plameg I” (1961-1965); “Planos de Metas do Governo – Plameg II” (1966-1970); “Projeto Catarinense de Desenvolvimento – PCD” (1971-1975); “Governar é Encurtar Distância” (1975-1979); “Plano de Ação” (1979-1983); “Carta dos Catarinenses” (1983-1987); “Rumo à Nova Sociedade Catarinense” (1987-1991); “Plano Sim” (1991-9994); e “Governo de Santa Catarina” (1995-1998).

comparando as zonas de colonização no Brasil meridional com o restante do país, parece possível afirmar que as colônias catarinenses se assemelham naquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamava de “americanismo”, e que era “interiormente inexistente” (1997, p. 172) no Brasil. Talvez pudéssemos dizer que nas colônias catarinenses havia uma sociedade orgânica e com “nexo moral”, ao contrário daquilo que Caio Prado Júnior (1996, p. 341) observou a respeito de muitas regiões brasileiras. Talvez a habilidade técnica de muitos imigrantes tenha garantido o surgimento de muitas pequenas indústrias, ao contrário do regresso econômico nas regiões das minas no último quartel do século XVIII, quando, segundo Celso Furtado, a “incapacidade técnica dos imigrantes” (1989, p. 79) anulou um desenvolvimento endógeno (GOULARTI FILHO, 2002, p. 399).

Denota-se, assim, que há certo consenso de que as especificidades da formação socioeconômica de Santa Catarina (tipo de colonização, de povoamento, pequena produção mercantil, maior divisão social do trabalho e as próprias habilidades e, também, a cultura dos imigrantes) foram determinantes no seu desenvolvimento econômico. Porém, caber pergunta: como estas especificidades poderiam ter contribuído para o desenvolvimento de uma distribuição mais equânime da renda? A pergunta tem relevância porque, apesar de todo esforço para explicar o processo de desenvolvimento econômico de Santa Catarina, inexistem estudos que busquem quantificar e analisar a evolução histórica da desigualdade na distribuição da renda no estado catarinense para um período razoavelmente longo.

É verdade, entretanto, que Michels (1998), mesmo apresentando poucas informações quantitativas, faz duras críticas à estrutura distributiva do Estado catarinense, destacando que houve um constante aumento na concentração da renda estadual no período 1955-1998. O autor, porém, desconsidera que este aumento seguiu uma tendência observada na economia brasileira como um todo, não sendo, deste modo, um caso isolado do espaço catarinense. Ademais, Michels (1998) não apresenta dados suficientes para sustentar sua afirmação, bem como não delimita a variável de análise, o que torna qualquer observação inconsistente. Deixando de observar a posição relativa de Santa Catarina

dentro da estrutura distributiva nacional, Michels (1998, p. 227) se apóia em Montibeller (1991) para afirmar que a maioria da população catarinense encontrava-se, em 1987, em um nível abaixo de países considerados pobres. Segundo Montibeller (1991, p. 7-8),

nações com renda seis vezes inferiores apresentam-se socialmente superiores a Santa Catarina! O índice [Índice de Desenvolvimento Social – IDS] catarinense de 0,65, que resulta de uma taxa de alfabetização de 86,5%, esperança de vida de 72 anos e coeficiente de Gini 0,56 (numa escala que vai de zero a um) – revela-se no mesmo nível de países de reconhecidos problemas sociais como a Tunísia (0,63), El Salvador (0,68) e Filipina (0,69); e ficamos incrivelmente distantes de sociedades latino-americanas como Chile (0,80), Peru (0,81) e Costa Rica (0,84).

Desconsiderando as especificidades regionais, cujas próprias características impõem padrões de desenvolvimento distintos, Montibeller (1991), argumenta que apesar de sintetizar um conjunto de informações socioeconômicas observadas ao longo de um ano, o IDS expressa elementos estruturais presentes na sociedade analisada. Com base no baixo IDS relativo, este autor questiona a idéia do “modelo catarinense de desenvolvimento”, colocando a seguinte questão: como pode uma sociedade que se pretende e até é vista pelos outros como modelo, e que é a sétima economia brasileira em termos de Produto Interno, apresentar tão decepcionantes resultados se comparada, mesmo com países pobres, a nível mundial?

Montibeller (1991) observa que apesar de se destacar em relação à estrutura distributiva brasileira, Santa Catarina apresenta condições sociais pouco animadoras. Nota-se, entretanto, que apesar de fazer menção ao Coeficiente de Gini, o autor limita sua análise à relação da renda *per capita* com o IDS, o que não revela o maior ou menor grau de concentração de renda, uma vez que o IDS é um índice composto por três indicadores (esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização e grau de distribuição ou concentração de renda, medida pelo coeficiente de Gini).

É importante observar, como faz Amartya Sen (2001) que a análise comparativa de diferentes espaços geográficos pode conduzir o pesquisador a erros, uma vez que a multiplicidade dos espaços acentua diferenças que, geralmente, não são capturadas pelos indicadores usuais,

mas que são importantes na avaliação do desenvolvimento social e do bem-estar, como por exemplo, a ordem política, as garantias dos direitos, a liberdades e a disponibilidade de recursos, não necessariamente recursos financeiros. Assim, a comparação apenas do valor absoluto do IDS de Santa Catarina com o IDS de El Salvador, como faz Montibeller (1991), não revela, de fato, se as condições sociais de um são melhores ou piores que a do outro, uma vez que as próprias relações interpessoais, sociais e institucionais são determinantes na avaliação.

Enfim, a pluralidade espacial impõe focos distintos na análise de um mesmo problema, exigindo, assim, a delimitação do espaço e da variável de análise. Entretanto, a delimitação do espaço ou do foco da análise, depende, em última instância, da motivação da pesquisa ou do objetivo do pesquisador.

Nesta ordem de idéias, buscando preencher uma lacuna da historiografia catarinense, este trabalho preocupa-se, primeiro, em mensurar, na medida em que as informações permitirem, o grau de disparidade na distribuição da renda no território catarinense entre 1939 e 2009; e, segundo, mostrar que a estrutura distributiva de Santa Catarina pode ser explicada, pelo menos em parte, pelas relações sociais e instituições moderadoras da concentração da renda que caracterizaram a formação socioeconômica do espaço catarinense, desde meados do século XVIII. Para tanto, argumenta-se que, ao se repetirem por várias gerações, aquelas relações socioeconômicas e instituições tornaram-se estruturas, as quais continuam atuando ainda hoje, contribuindo assim para atenuar as desigualdades resultantes do processo de evolução do capitalismo.

É importante observar que esta hipótese permite explicar parte do problema, uma vez que as influências histórico-institucionais, embora importantes, não são imutáveis, podendo, ser transformadas, sobretudo por meio de ações públicas específicas, as quais merecem ser estudadas e compreendidas. Porém, por entendermos que outros fatores, com profundas raízes históricas, parecem conter elementos mais fortes para explicar os níveis de desigualdade catarinense, deixaremos a avaliação das políticas públicas, isto é, do papel do Estado, para um trabalho futuro.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos além desta introdução. No Capítulo 1, é apresentada uma série de considerações conceituais e metodológicas empregadas na construção e na análise dos indicadores utilizados na pesquisa. No Capítulo 2, inicialmente, faz-se uma avaliação comparada da evolução da desigualdade de renda no

Brasil e em Santa Catarina no período 1981-2009, tendo por base as informações da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD). Em seguida, a partir da construção de indicadores de desigualdade, mostra-se o grau de concentração de renda no território catarinense entre 1939 e 1980, o que permite uma melhor avaliação da estrutura distributiva de Santa Catarina. Nos Capítulos 3 e 4, são analisadas algumas das relações econômicas e sociais, buscando, a partir daí, evidenciar certos elementos histórico-institucionais que conduziram a formação socioeconômica de Santa Catarina e que podem ter influenciado na construção da estrutura distributiva do Estado catarinense. Posteriormente, seguem-se as considerações finais.

## 2 CONCEITOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A importância fundamental deste capítulo está no fato de que há distintas maneiras de se definir desigualdade e cada uma delas pode ser representada por um recurso diferente. Medidas de desigualdade amplamente difundidas, como o Coeficiente de Gini e os Índices L e T de Theil, são alguns desses recursos que sintetizam as informações em um único número e, assim, permitem analisar a evolução da desigualdade. Porém, de qual desigualdade estamos falando? Qual a métrica adequada para avaliar a desigualdade? O que deve afinal deve ser igualado? Responder a estas questões e apresentar as diferentes idéias que compõem as suas respostas é um dos objetivos deste capítulo, que também contém os conceitos e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

### 2.1 DESIGUALDADE DE QUÊ?

Do ponto de vista conceitual, desigualdade é uma situação onde não existe igualdade. Deste modo a questão central na análise da desigualdade é responder à pergunta: “igualdade de quê?”

Na concepção de Amartya Sen, a importância fundamental desta pergunta esta, justamente, nas diferentes respostas observadas. Os “igualitaristas de renda” defendem, obviamente, a necessidade de maior igualdade de renda; os “igualitaristas de bem-estar” reivindicam níveis iguais de bem-estar; os “libertários”, por sua vez, exigem a igualdade de direitos e liberdade de todos. Sen (2001) observa que em princípio as respostas parecem diferentes, devido, é claro, às distintas abordagens conceituais. Porém, diz ele, todos são “igualitaristas”, pois compartilham da aprovação da igualdade em torno de algo que todos devem ter, desconsiderando, porém, a heterogeneidade básica dos seres humanos e a multiplicidade de variáveis em cujos termos de igualdade podem ser julgadas.

Sen (2001) se distancia dos “utilitaristas” e dos “welfaristas”, argumentando que os seres humanos são profundamente distintos. Por exemplo, são diferentes pelas riquezas herdadas, pelo ambiente social e natural em que vivem, além, é claro, das diferenças mais básicas, sexo, idade, habilidades, aptidões físicas e mentais. Nesse sentido, Sen (2001) destaca que “a avaliação das demandas de igualdade tem de ajustar-se à existência de uma diversidade humana generalizada”, uma vez que “a heterogeneidade das pessoas resulta em divergências na avaliação da igualdade em termos de variáveis diferentes” (SEN, 2001, p. 29). Nesse

sentido, para Sen (2001), o bem-estar social é, antes de tudo, o bem-estar individual. Nas palavras do autor:

a igualdade em termos de uma variável pode não coincidir com a igualdade na escala de outra. Por exemplo, oportunidades iguais podem resultar em rendas bastante desiguais. Rendas iguais podem associar-se a diferenças significativas na riqueza. Riquezas iguais podem coexistir com graus de felicidade bem diferentes. A igualdade de felicidade pode estar associada a graus bastante diferentes de satisfação de necessidades. Uma igual satisfação de necessidade pode estar associada a diferentes liberdades de escolhas. E assim por diante (SEN, 2001, p. 31).

Ademais, o autor adverte que a avaliação da desigualdade tem de levar em conta os diferentes espaços de análise, uma vez que estes impõem condições diferentes às relações interpessoais, afetando, deste modo, os conceitos e variáveis analisadas. Assim sendo, embora não faça sentido falar em desigualdade sem antes especificar o que Sen (2001, p. 30) denominou de variável focal – “a variável que a análise focaliza ao comparar pessoas diferentes” –, não se pode negligenciar as características individuais e as circunstâncias sociais do espaço de análise. O efeito de ignorar as diferenças interpessoais e espaciais pode resultar num tratamento bastante desigual na análise da desigualdade.

Compreendendo a complexidade do tratamento teórico que o tema impõe, Sen (2001) sugere que as “capacidades” é que devem ser igualadas. Esta perspectiva destaca que diante dos diferentes conjuntos de “funcionamentos” que constituem a vida das pessoas, estas devem poder decidir fazer, buscar e realizar os seus objetivos. As capacidades, segundo Sen (2001), representam a liberdade efetiva do indivíduo, pois o bem-estar decorre das escolhas genuínas. As capacidades para realizar funcionamentos, diz ele,

podem variar desde os mais elementares, tais como estar bem nutrido, livre de doenças que não são inevitáveis e da morte prematura, aos bastante complexos e sofisticados, como tais como ter respeito próprio, ser capaz de tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante (SEN, 2001, p. 34).

Essa idéia também enfatiza a habilidade e o talento que cada pessoa tem para transformar e/ou utilizar alternativamente os recursos disponíveis.

Além da desigualdade entre indivíduos, analisada por Sen (2001), há a desigualdade entre grupos de indivíduos. Nesta sentido, Charles Tilly observa que “os mecanismos sociais que geram as desigualdades nas suas diferentes dimensões – riqueza, renda, prestígio, proteção, poder, entre outros – são semelhantes” (TILLY, 1999, p. 14, tradução nossa), uma vez que as “pessoas que controlam os recursos considerados valiosos (*value-producing resources*) respondem às pressões organizacionais através das distinções categoriais” (TILLY, 1999, p. 7-8, tradução nossa), que ao longo da história vem sendo criadas por meio da

**exploração**, que opera quando pessoas ponderosas e associadas comandam recursos e podem coordenar os esforços de outros que são excluídos do valor total adicionado pelo seu esforço e do **açambarcamento de oportunidades**, que opera quando membros de uma rede categorialmente limitada têm acesso a recursos que são valiosos, renováveis, sujeitos a monopólio, fundamentais para a atividade da rede e aumentados pelo *modus operandi* da rede (TILLY, 1999, p. 10, tradução e grifo nosso).

Adicionam-se a estes dois mecanismos básicos outros dois mecanismos, igualmente importantes: 1) a **emulação**, entendida como a imitação de formas de organização consolidadas e/ou a transferência de relações sociais de um lugar a outro; e 2) a **adaptação**, isto é, “a elaboração de rotinas diárias tais como a ajuda mútua, influência política, cortejamento (*courtship*) e a coleta de informações com base em estruturas categoriais desequilibradas” (TILLY, 1999, p. 10, tradução nossa).

Deve-se notar que para Tilly (1999), ao contrário do que sugere Sen (2001), as mais importantes e significativas formas de desigualdade não se devem às diferenças individuais em termos de qualidades, habilidades, tendências ou *performances*, mas sim entre grupos, conjuntos ou categorias de pessoas, tais como entre os pares branco/negro, senhor/escravo, nacional/estrangeiro, homem/mulher, e mesmo compradores e vendedores de força de trabalho. Nesse sentido, o pertencimento a certo grupo ou categoria social, por exemplo, a origem (local e/ou social) do indivíduo ou a etnia, ou ainda, o gênero, podem

revelar as suas chances de “sucesso” na sociedade ou pelo menos as suas opções reais, configurando, deste modo, o que Tilly (1999) denominou de desigualdade categorial, a qual está tão arraigada que a reprodução da desigualdade não necessita de ações conscientes.

Do ponto de vista institucional, podemos interpretar as desigualdades categoriais como decorrentes da influência de grandes desigualdades de força e poder, as quais permitem, por exemplo, a um pequeno número de pessoas deterem grande parte das terras ou que consiga destituir um grande número de pessoas do controle sobre seus corpos e suas vidas, transformando-as em escravos. No caso do Brasil, as relações desiguais de poder, criaram o latifúndio e, segundo Vieira (em fase de elaboração), “a mais desigual de todas as relações sociais, a escravidão”. Estas relações se institucionalizaram e se constituíram nos fundamentos da sociedade brasileira.

É crescente a literatura que busca encontrar as relações e os impactos do passado colonial sobre os resultados econômicos e os níveis de desigualdades atuais. Nesta perspectiva, destaca-se a contribuição seminal de Engerman e Sokoloff (1997, 2002), que observam que o latifúndio e a escravidão se constituíram em organismos de produção e reprodução das condições iniciais, contribuindo, deste modo, para a evolução e perpetuação de mecanismos de exclusão. Os autores argumentam que nas sociedades que apresentaram extrema desigualdade na sua formação inicial, como foi o caso do Brasil, o poder político das elites permitiam-lhes utilizar suas influências para estabelecer regras, leis, normas e outras políticas governamentais que garantissem seus privilégios e restringissem as oportunidades (econômicas, políticas, sociais) à grande massa da população, contribuindo, deste modo, para a persistência do elevado grau de desigualdade<sup>5</sup>.

Na mesma direção, Acemoglu, Johnson e Robinson (2002, 2005) destacam a desigualdade política como agente reprodutor e perpetuador da desigualdade econômica. Neste sentido, dizem eles, as elites tendem a erigir barreiras temendo turbulências políticas que possam a vir ameaçar o seu poder. Como efeito, há um bloqueio às mudanças institucionais, uma vez que os beneficiários podem ser grupos externos àquela minoria dominante.

Nesta perspectiva, as desigualdades iniciais, ao serem reproduzidas, vão se institucionalizando, criando uma rigidez estrutural

---

<sup>5</sup> Nota-se aqui o funcionamento dos mecanismos produtores da desigualdade categorial apontada por Tilly (1999).

que dificilmente é rompida, devido, sobretudo, aos interesses dos distintos grupos que moldam diferentes instituições e se beneficiam destas. Conseqüentemente, esta parcela reduzida da população sempre buscará proteger, reproduzir e, quando possível, ampliar sua influência, uma vez que “faz parte da natureza da posição privilegiada que ela desenvolva a própria justificação política e, com frequência, a doutrina econômica e social que lhe seja mais conveniente” (GALBRAITH, 1996, p. 5).

Portanto, as diferenças de infraestrutura social e institucional, historicamente determinadas, constituem-se em determinantes estruturais da desigualdade na distribuição da riqueza, a qual deriva, em última análise, da distribuição do poder, ou mais precisamente, ela é uma expressão da distribuição.

A questão da desigualdade é, pois, muito mais complexa e multifacetada do que geralmente admitimos quando nos limitamos à análise da desigualdade na distribuição da renda ou riqueza. No entanto, a escolha da dimensão renda como foco primário de análise da desigualdade não exclui a possibilidade de avaliá-la no contexto das desigualdades categoriais e histórico-institucionais. De fato, a desigualdade não surge do dia para noite, é um processo social, com fortes raízes históricas, e, por isso, persistente. Assim sendo, qualquer tentativa de dissociar ou negar a permanência e a rigidez de divisões sociais, das desigualdades categoriais, compromete a investigação, uma vez que uma rápida análise na forma como a riqueza está distribuída já indica outros padrões de desigualdades.

## 2.2 A VARIÁVEL DE ANÁLISE

A expressão “distribuição da renda”, geralmente é usada para expressar a necessidade de distribuir a renda ou para indicar a forma como ela já está distribuída. Independentemente do sentido, da ação ou da situação, quando empregada, a expressão indica que a renda ou os rendimentos são apropriados por diferentes grupos, indivíduos ou categorias, havendo, portanto, uma desigualdade na distribuição da renda. Porém de qual distribuição estamos falando?

Conforme Ramos e Mendonça (2005) não existe uma única distribuição de renda; existem várias, de acordo com a escolha de três elementos: a) o conceito de renda (rendimento do trabalho, renda total, etc.); b) a unidade/entidade que recebe essa renda (indivíduo, família/domicílios, etc.); e c) o universo de análise (país, áreas urbanas, força de trabalho, etc.). Deste modo, uma vez definida o universo de

análise, deve-se definir qual a unidade será estudada e qual tipo de renda terá sua distribuição analisada. Pode-se, por exemplo, analisar a distribuição funcional da renda, do rendimento mensal do trabalho principal de todas as pessoas economicamente ativas (PEA) ou dos rendimentos de todos os trabalhadores ou ainda analisar a distribuição espacial da renda.

Feitos estes esclarecimentos, apresenta-se a seguir a distinção entre as duas variáveis utilizadas na análise da evolução da desigualdade de renda no território catarinense no período 1939-2009 – a renda domiciliar *per capita* e o produto interno bruto (PIB) *per capita*. Antes, convém esclarecer que, apesar do termo renda ser muitas vezes usado para fazer referência a um tipo específico de rendimento, comumente relacionado a direitos de propriedade (renda da terra, investimentos rentáveis, etc.), cuja origem seria diferente da remuneração do trabalho, no contexto dos estudos sobre desigualdade, não faz muita diferença empregar o termo renda ou rendimentos, pois o uso de um ou do outro geralmente permite uma boa compreensão do sentido adotado (MEDEIROS, 2006). No entanto, é importante deixar claro que ao adotar uma *proxy* de renda (como é feito na seção 3.3), esta, embora permita medir o nível de desigualdade de renda, não permite avaliar a distribuição individual dos rendimentos.

### 2.3 O CONCEITO DE RENDA

a expressão “distribuição da renda” pode se referir à maneira pela qual a renda nacional é repartida entre as várias categorias de pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para sua produção. Trata-se, nesse sentido, de um tema central da teoria econômica (HOFFMANN, 2001b, p. 43).

É comum, portanto, assumir o PIB *per capita* como a renda média. Porém, evidentemente, por não expressa o rendimento individual, este indicador não permite avaliar as reais condições da população, mas permite avaliar o nível de crescimento econômico e o grau de concentração espacial da renda, que, em última análise, permite fazer inferências sobre as condições sociais da população. Entretanto, a consistência da análise depende da observância de correlação positiva entre o PIB e a massa de salários da PEA em cada setor da economia.

Representando com mais precisão a renda média da população, a renda domiciliar (ou familiar) *per capita* – que nada mais é que a razão entre rendimento mensal domiciliar pelo número de residentes da unidade domiciliar, excluindo as pessoas cuja condição é pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico, e considerando apenas os domicílios particulares permanentes com declaração do rendimento domiciliar – é, pois, o conceito mais utilizado nas análises de distribuição de renda e nas políticas de redistribuição.

Deve-se notar que, apesar da diferença, ambos os conceitos refletem a idéia de “eficiência econômica”, uma vez que, geralmente, são analisadas como resultantes da trajetória econômica. Nesse sentido, supondo um ganho de eficiência econômica, isto é, um aumento na renda agregada, pode-se utilizar qualquer um dos conceitos de renda para mapear a distribuição, necessitando apenas deixar claro qual objetivo da análise.

## 2.4 O ESPAÇO E O TEMPO DE ANÁLISE

A escolha do espaço catarinense como unidade de análise decorre da comparação da trajetória dos indicadores desigualdade das diferentes unidades da federação no período 1981-2009. Desta análise, apresentada nas seções 3.1 e 3.2, constatou-se que Santa Catarina, no quesito desigualdade de renda é, de fato, um caso a parte. Trata-se, entretanto, de um período pouco extenso, que limita qualquer conclusão. Assim, buscando verificar se a tendência de menor desigualdade na distribuição da renda é uma característica do espaço catarinense, procurou-se investigar como a renda se distribuiu neste espaço para um período de tempo tão longo quanto à disponibilidade dos dados. O resultado foi a construção de uma série histórica que permite avaliar a distribuição espacial da renda em Santa Catarina entre 1939 e 1980. Somados os períodos, tem-se, pois, a evolução da distribuição da renda no território catarinense para o período 1939-2009.

Na análise do conjunto, surgiu a necessidade de compreender como se deu a formação e a evolução das relações socioeconômicas em Santa Catarina, uma vez que estas parecem ter se transformado em estruturas que condicionaram a evolução da distribuição da renda no Estado, o que fez a pesquisa retroceder ao século XVIII.

## 2.5 MEDIDAS DE DESIGUALDADE

### 2.5.1 Índice de Gini

Variando entre 0 (zero), número que representa uma situação de perfeita igualdade na distribuição da renda, e 1 (um), quando há completa desigualdade, o Coeficiente de Gini pode ser calculado da seguinte maneira:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_{i-1} + \Phi_i)$$

onde, G é o Coeficiente de Gini;  $n$  é o número de microrregiões; e  $\Phi$  é a razão da renda individual pela renda total da distribuição.

### 2.5.2 Índice L de Theil

O índice L de Theil é o logaritmo da razão entre a média aritmética e média geométrica da renda, sendo nulo quando inexistente desigualdade na distribuição da renda e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Assim sendo, seu cálculo pode ser obtido pela seguinte expressão:

$$T_L = \ln \left( \frac{Y}{\hat{Y}} \right)$$

onde,  $T_L$  é o índice L de desigualdade de Theil;  $Y$  é a média aritmética da renda e  $\hat{Y}$  é a média geométrica da renda.

### 2.5.3 Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson

Diferente dos dois indicadores anteriores, o Coeficiente de Variação de Williamson ( $V_w$ ) é um indicador ponderado que permite medir a dispersão da renda regional *per capita* em relação à média nacional/estadual, enquanto cada desvio regional é ponderado por sua participação na população nacional/estadual. Segundo Williamson (1965), o índice pode ser obtido pela seguinte fórmula:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum(Y_i - Y)^2 \cdot \eta_i}}{Y}$$

Onde, para o presente estudo,  $Y_i$  é o PIB *per capita* da *i*-ésima microrregião;  $Y$  o PIB estadual *per capita*;  $\eta_i$  a população da *i*-ésima microrregião; e  $\eta$  = população do estado. O valor de  $V_w$  varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo que quanto maior for  $V_w$  maior será a disparidade na distribuição da renda regional.

Convém observar que o coeficiente de variação de Williamson apresenta algumas limitações, entre as quais a incapacidade de revelar todo o fenômeno que envolve a questão das disparidades regionais, uma vez que o indicador é calculado a partir da renda *per capita* regional, podendo, assim, ser afetado negativamente em períodos de fortes migrações. Ademais,  $V_w$  não expressa a distribuição interpessoal da renda, e, portanto, não permite qualquer avaliação sobre o nível de consumo e bem-estar social. Contudo, este coeficiente tem sido amplamente utilizado em estudos que buscam mensurar e avaliar as disparidades de renda regionais, dentre os quais se destacam de Haddad e Andrade (1974), Redwood III (1977), Alonso (1986), Sousa (1993), Nasser (2000), Cavalcante (2003).

Observa-se ainda, que ao adotar o PIB microrregional *per capita* como uma *proxy* de renda, os índices de Gini e L de Theil, a exemplo do  $V_w$ , também não expressam o nível de consumo e bem-estar social, porém, permitem avaliar se a desigualdade na distribuição da renda está diminuindo ou aumentando ao longo do tempo.

## 2.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma limitação importante de qualquer na análise da evolução da desigualdade de renda no território catarinense é a falta de informações estatísticas que cubram um período histórico considerável. As informações disponíveis, limitadas ao curto período compreendido entre 1981 e 2009, impedem conclusões mais sólidas. Assim, para superar as limitações impostas pelos dados, a pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira, buscou-se analisar a posição relativa de Santa Catarina na evolução da distribuição da **renda domiciliar per capita** no Brasil entre 1981 e 2009. Para tanto, foram utilizados quatro índices de desigualdade amplamente difundidos: Coeficiente de Gini; Índice de Theil; Razão entre as rendas dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres ( $R_{10+40}$ ); e

Razão entre as renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres ( $R_{20+/20-}$ ). Estes índices são calculados a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD) e estão disponíveis na base de dados eletrônica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Na segunda parte, que busca dimensionar a desigualdade na distribuição de renda no território catarinense para o período anterior a 1981, utilizando-se o **PIB microrregional per capita** como *proxy* de renda, pode-se observar, a partir da construção dos índices de Williamson, Gini e L de Theil, a evolução da disparidade interregional da renda ao longo do período 1939-1980.

Convém observar que a utilização do PIB *per capita* como uma aproximação da renda é válida devido ao fato de que economias cujo principal fator de produção é o trabalho, apresentam forte correlação positiva entre produto dos diferentes setores produtivos da economia (agricultura, indústria e serviços) e o total das despesas com a remuneração em cada um dos setores supracitados. Contudo, como advertido anteriormente, ao adotar o PIB microrregional *per capita* como *proxy* de renda não é possível avaliar a distribuição individual dos rendimentos. Assim, a avaliação que se faz após estimar os índices de desigualdade é uma avaliação da distribuição espacial da renda, tendo como pressuposto que, em economias incipientes, isto é, onde o principal fator de produção é o trabalho, a variação no PIB afeta diretamente o nível da renda familiar.

Também convém observar que existem vários indicadores sintéticos que permitem avaliar a evolução na distribuição da renda, e mesmo que a tendência observada seja a mesma, a utilização de um ou outro índice conduz a diferentes resultados e conclusões em termos da evolução da desigualdade. A escolha dos indicadores utilizados neste trabalho é, portanto, puramente arbitrária, embora justificada.

### **2.6.1 Etapas da Pesquisa**

Comparando a trajetória dos indicadores de desigualdade de renda de Santa Catarina com os de outras unidades da federação e mesmo com o Brasil como um todo para o período compreendido entre 1981 e 2009, notou-se que mesmo tendo partido de patamares mais baixos, os índices do estado catarinense mantêm ao longo do período uma tendência de queda no nível de concentração de renda, registrando, em 2002, o menor grau de desigualdade de renda entre os estados brasileiros, o que também se observou nos anos subsequentes,

independentemente do indicador utilizado (coeficiente de Gini, índice de Theil,  $R_{10+/40-}$ ,  $R_{20+/20-}$ ).

Posteriormente, procurando identificar se a baixa desigualdade observada entre os anos 1981 e 2009 é, de fato, um traço estrutura do espaço catarinense, buscou-se avaliar a distribuição da renda no território catarinense para anos anteriores a 1981. Para tanto, utilizando-se dos dados dos Censos demográficos e econômicos relativos aos anos de 1939, 1940, 1949, 1950, 1959, 1960, 1970 e 1980 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimou-se os índices de Gini, L de Theil e Williamson.

Calculados os indicadores, constatou-se uma tendência – senão de baixa – de menor desigualdade na distribuição da renda no território catarinense ao longo do período compreendido entre 1939-1980. Foi realizada então uma ampla pesquisa bibliográfica que buscava compreender as possíveis explicações do fenômeno observado. Tal pesquisa envolveu a análise de teses, dissertações, artigos acadêmicos e relatórios que tratam do tema, com destaque para as contribuições de Azzoni (1997), Barros e Mendonça (1996), Barros, Mendonça e Duarte (1997), Tilly (1999), Ferreira (2000), Sokoloff (2000), Engerman e Sokoloff (2000 e 2002), Hoffmann (2001), Sen (2001), Acemoglu, Johnson e Robinson (2002, 2005), Sokoloff e Engerman (1997, 2002), Banco Mundial (2004) e PNUD (2010).

A análise desta obras permitiu a compreensão de que a desigualdade econômica é causa e conseqüência da desigualdade de poder, que em grande parte da América Latina, e particularmente no Brasil, tem como raiz histórica o instituto do latifúndio e da escravidão. No caso específico do Brasil, esta relação está, implícita e explicitamente, apresentada nas obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Stuart Schwartz, Lígia Osório Silva, entre outros importantes interpretes da formação do Brasil.

A partir do conjunto de informações extraídas das obras destes autores, foi possível pesquisar na história de Santa Catarina os elementos que permitiriam uma melhor compreensão da estrutura distributiva do território catarinense. Também nesta etapa a investigação desenvolveu-se a partir de uma ampla pesquisa bibliográfica, onde se destacam as importantes contribuições, entre outros, de Paulo José Miguel de Brito, Oswaldo Cabral, Walter Piazza e Aujor Ávila da Luz. Seguindo suas indicações recorreu-se, ainda que timidamente e com

pouco conhecimento, ao habitat natural do historiador: os arquivos históricos.

As poucas informações recolhidas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, no Arquivo do Museu Nacional de Imigração e Colonização e no Arquivo Municipal de Blumenau, quando somadas às dos autores que tratam da formação geral de Santa Catarina e, também, às interpretações daqueles que tratam da formação e evolução econômica catarinense (notadamente o estudo intitulado “Evolução Histórico-econômica de Santa Catarina”, publicado, em 1980, pelo CEAG/SC, e as contribuições de Armen Mamigonian, Alcides Goularti Filho, Idaulo José da Cunha, Luiza Renaux Hering, Ondina Pereira Bossle) permitiram compreender, a partir da análise da história sócio-cultural e sócio-institucional, o que chamamos de **Raízes da Desigualdade em Santa Catarina**.

### 3 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM SANTA CATARINA (1939-2009)

Neste capítulo, utilizando-se das informações disponíveis na PNAD, busca-se avaliar de forma comparada a evolução da distribuição da renda domicílica *per capita* no Brasil e em Santa Catarina entre 1981 e 2009. Em seguida, adotando o PIB microrregional *per capita* como uma *proxy* de renda, busca-se avaliar o grau de concentração de renda no território catarinense entre 1939 e 1980. Antes, porém, faz-se uma apresentação das características econômicas e demográficas de Santa Catarina.

#### 3.1 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL CONFORME DADOS DA PNAD (1981-2009)

Ainda que a desigualdade na distribuição da renda no Brasil seja um problema histórico, reflexo da institucionalização de relações sociais excludentes que vinculavam a casa grande à senzala, somente a partir da publicação dos Censos Demográficos de 1960 e 1970 foi possível sustentar com dados quantitativos que, o Brasil, de fato, apresenta uma das mais perversas estruturas distributivas do mundo<sup>6</sup>. A comparação dos resultados censitários não deixou margem à dúvidas, e apesar das diferenças metodológicas, todos os estudos que trataram do tema chegaram à mesma conclusão: entre 1960 e 1970 houve um forte aumento no grau de concentração da renda no Brasil. A renda média aumentou 25% entre 1960 e 1970. Em paralelo, o coeficiente de Gini passou de 0,50, em 1960, para 0,57 em 1970, enquanto a fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos aumentou 6 pontos percentuais, passando de 40% para 46% entre 1960 e 1970 (HOFFMANN; DUARTE, 1972; HOFFMANN, 1989; LANGONI, 1973; FISHLOW, 1972; BARROS; MENDONÇA, 1996).

Diversas foram as interpretações sobre as causas do aumento da desigualdade, e, assim, um amplo debate se estabeleceu.

---

<sup>6</sup>Evidentemente não são necessários censos, tabulações especiais e métodos matemáticos sofisticados para perceber a gritante desigualdade que caracteriza o Brasil, e que pode ser considerada herança da escravidão. Não obstante, quando se trata de avaliar ou de quantificar a desigualdade através de uma metodologia científica, são necessários dados que só foram gerados na década de 1960, pois só a partir deste ano os Censos Demográficos passaram a incluir a variável renda nas suas observações.

Reinterpretando Kuznets<sup>7</sup>, Carlos Langoni (1973) argumentou que o impacto negativo do acelerado crescimento econômico sobre a distribuição da renda no Brasil entre 1960 e 1970 decorria da mudança estrutural da economia e dos baixos níveis de qualificação profissional do trabalhador brasileiro. Para ele, na fase de reestruturação produtiva do processo de desenvolvimento, a educação seria a variável com maior impacto sobre o diferencial de remuneração dos indivíduos. Em suas palavras,

a importância da educação ficou evidente, não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Os coeficientes desta variável [...] são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão (LANGONI, 1973, p. 208).

Fishlow (1972, 1973) e Hoffmann e Duarte (1972), entretanto, argumentam que o crescimento elevado da desigualdade no país durante a década de 1960, deveu-se, principalmente, à política econômica do Governo Militar. Os autores observam que em virtude dos reajustes abaixo da inflação houve no período um declínio no valor real do salário mínimo e no salário médio. Por outro lado, registrou-se um aumento da participação do ganho dos empresários na renda total. Invertendo a estrutura básica da explicação de Langoni, Fishlow (1973, p. 29) afirma:

as políticas governamentais criaram um contexto no qual as pessoas situadas no cume da distribuição poderiam ganhar, relativamente às que ficavam abaixo: como tal grupo tinha uma instrução considerável, ampliou-se o diferencial de renda por qualificação profissional.

---

<sup>7</sup> No clássico artigo intitulado *Economic Growth and Income Inequality* (1955), Simon Kuznets argumentou que a concentração da renda aumenta nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, reduzindo-se quando a estrutura produtiva apresentar predominantemente setores de maior produtividade. A relação entre crescimento econômico e distribuição de renda assumiria, portanto, um formato de “U-invertido”. Outra inspiração teórica de Carlos Langoni é a teoria do capital humano, a qual insere o conhecimento como um importante fator de produção. Assim, investimentos na formação, capacitação e informação resultam em acréscimos de produtividade cuja contrapartida são ganhos em salário real.

Na esteira do debate travado nos anos 1970, importantes pesquisadores debruçaram-se sobre o tema e uma vasta e sólida literatura foi publicada<sup>8</sup>. As pesquisas geralmente tentam compreender a alta e persistente desigualdade na distribuição da renda no país, que, como se pode observar na Tabela 1, atingiu, em 1989, níveis extremos. O coeficiente de Gini, que na década de 1980 apresentou pouca variação, sempre gravitando em torno de sua média (0,60), atingiu ao final dos anos 1980 seu patamar mais elevado (0,64). Também revelando o alto nível de concentração de renda, o índice de Theil alcançou, em 1989, a máxima de 0,89; o  $R_{10+/40-}$ , por sua vez, mostra que naquele ano os 10% mais ricos da população brasileira se apropriaram de uma renda média até 30 vezes superior a renda média dos 40% mais pobres, enquanto o  $R_{20+/20-}$ , foi 33 vezes maior.

Nos anos 1990, apesar da queda brusca observada entre 1989 e 1992, a desigualdade na distribuição da renda permaneceu bastante elevada, em níveis semelhantes ao observado no início da década de 1980, o que manteve o Brasil entre os países – se não o – mais desiguais do mundo<sup>9</sup>.

A grande desigualdade observada nas décadas de 1980 e 1990 revela a estrutura distributiva de uma sociedade constituída desde seus primórdios por relações sociais e instituições que tinham a desigualdade como algo natural, e que foram resistindo e adaptando-se às mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas. Nesta perspectiva, a desigualdade na distribuição da renda é uma das manifestações desta desigualdade mais ampla, pervasiva, e, digamos, estrutural.

---

<sup>8</sup> Destacam-se os trabalhos de Bacha e Taylor (1980), Bonelli e Sedlacek (1989), Ramos e Reis (1991), Camargo e Giambiagi (2001), Bonelli e Ramos (1993), Barros e Mendonça (1996), Barros, Mendonça e Duarte (1997), Barros, Carvalho e Franco (2006), Barros, Henrique e Mendonça (2000), Hoffmann (1989, 1998 e 2001), Ferreira (2000).

<sup>9</sup> Conforme os dados de Deininger e Squire (1996), durante os anos 80 e 90, o coeficiente de Gini para a América Latina foi, em média, de 0,50 enquanto que na África o índice variou entre 0,43 e 0,47. Em regiões consideradas mais igualitárias, como por exemplo, no grupo dos países ricos da OCDE, o Gini médio não ultrapassou 0,34. No Brasil, na média do período 1981-1999, o Gini foi igual a 0,60, enquanto que a razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos da população brasileira e os 40% mais pobres foi, em média, de 24 vezes e a relação entre as rendas médias dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres foi de 27 vezes. Conforme Barros, Henrique e Mendonça (2000), estas duas últimas medidas correspondem a distintas razões entre segmentos extremos da distribuição de renda, e, assim sendo, quanto maior for a distância entre o valor da renda média dos mais ricos e o valor da renda média dos mais pobres, menos justa é a estrutura distributiva.

Tabela 1 – Brasil: evolução da renda per capita média e indicadores de desigualdade (1981-2009)

Ano	Renda Domiciliar <i>per capita</i>	Gini	Theil	R <sub>10+/40-</sub>	R <sub>20+/20-</sub>
1981	467,75	0,59	0,68	21,43	23,64
1982	480,02	0,59	0,70	22,55	25,07
1983	406,13	0,60	0,72	22,97	25,06
1984	404,59	0,59	0,70	21,86	22,99
1985	485,25	0,60	0,73	23,29	25,25
1986	709,89	0,59	0,72	21,86	23,70
1987	529,02	0,60	0,74	24,09	27,17
1988	490,77	0,62	0,78	26,73	30,23
1989	562,94	0,64	0,89	30,00	33,57
1990	510,97	0,61	0,77	26,47	30,51
1992	443,80	0,58	0,69	21,68	26,37
1993	467,62	0,60	0,77	24,40	28,55
1995	579,92	0,60	0,73	23,96	27,73
1996	591,28	0,60	0,73	24,53	29,66
1997	590,65	0,60	0,74	24,48	29,05
1998	596,81	0,60	0,73	23,92	27,78
1999	563,49	0,59	0,71	22,95	26,45
2001	571,31	0,60	0,73	23,34	27,47
2002	571,62	0,59	0,71	22,20	25,02
2003	538,21	0,58	0,69	21,42	24,69
2004	550,84	0,57	0,67	19,91	22,39
2005	583,96	0,57	0,66	19,55	21,66
2006	638,29	0,56	0,64	18,70	20,81
2007	655,83	0,56	0,62	18,12	20,69
2008	689,61	0,55	0,61	17,13	19,31
2009	705,72	0,54	0,60	16,67	18,99

Nota: Renda média mensal da população em R\$ de out/2009

Fonte: IPEADATA.

Contudo, nos últimos anos, ainda que apresente valores extremamente elevados, os indicadores sugerem que está ocorrendo uma mudança no perfil distributivo do Brasil. De fato, entre 2001 e 2009 a renda domiciliar *per capita* brasileira cresceu 24%, enquanto a desigualdade na distribuição da renda, medida pelo coeficiente de Gini, declinou 9%, alcançando ao final da série histórica o menor nível dos últimos 40 anos. Na mesma direção, o índice de Theil registrou uma queda de 18% no acumulado do período 2001-2009. Mais expressivo

ainda, é que, em 2009, a relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da população ( $R_{10+/40-}$ ), foi 30% menor que a razão observada na média das décadas de 1980 e 1990; os 20% mais ricos, por sua vez, se apropriaram de uma renda média 19 vezes maior que a renda média dos 20% mais pobres em 2009, também registrando queda de 30% em relação à média das duas décadas analisadas anteriormente<sup>10</sup>.

Convém observar, entretanto, que na última década, apesar da melhora nos seus indicadores de desigualdade, Estados como Acre, Alagoas, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, apresentaram coeficiente de Gini igual ou superior a média nacional, esta em torno de 0,57. No outro extremo, destaca-se Santa Catarina, que, na média do período 2001-2009, registrou um Gini de 0,47. Paralelamente, a renda *per capita* no Estado catarinense cresceu 39% no período, o que é ainda mais relevância, pois a combinação de renda média mais elevada e distribuição menos desigual, sugere menor níveis de pobreza e maior bem-estar social. Assim, no que segue vamos focar o estado de Santa Catarina, que parece um caso particularmente notável.

### 3.2 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA EM SANTA CATARINA CONFORME OS DADOS DA PNAD (1981-2009)

Como pode ser verificado na Tabela 2, ao longo das última três décadas a renda domiciliar *per capita* no estado catarinense cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. Como resultado, em 2009, excluindo-se o Distrito Federal, Santa Catarina tornou-se o Estado com a maior renda média do país (Tabela 3), tendo registrado, porém, o menor índice de desigualdade de renda. Sugerindo uma tendência de menor desigualdade em Santa Catarina, a Tabela 4 mostra que no período 1981-2009, o Estado catarinense registrou a quinta maior renda média entre as unidades da federação, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, que, no entanto, não apresentaram menor grau de concentração de renda que Santa Catarina.

---

<sup>10</sup> Para uma análise detalhada da evolução da desigualdade na distribuição da renda na primeira década dos anos 2000, ver Neri (2011).

Tabela 2 – Santa Catarina: evolução da renda *per capita* e indicadores de desigualdade (1981-2009)

<b>Ano</b>	<b>Renda Domiciliar <i>per capita</i></b>	<b>Gini</b>	<b>Theil</b>	<b>+10 / -40</b>	<b>+20 / -20</b>
1981	464,01	0,50	0,49	12,79	13,17
1982	458,47	0,52	0,51	14,08	15,17
1983	394,73	0,54	0,57	15,94	16,52
1984	434,39	0,54	0,58	15,80	16,23
1985	482,00	0,53	0,53	14,71	15,21
1986	731,60	0,52	0,53	14,50	15,10
1987	561,49	0,54	0,57	16,34	18,03
1988	487,71	0,55	0,60	17,50	19,40
1989	597,45	0,57	0,62	19,08	19,76
1990	581,59	0,57	0,64	19,40	20,27
1992	558,81	0,55	0,74	16,54	17,73
1993	545,91	0,51	0,52	13,69	14,95
1995	678,43	0,54	0,57	15,79	17,93
1996	658,64	0,52	0,53	14,64	16,45
1997	681,42	0,53	0,54	15,18	17,04
1998	680,01	0,52	0,54	14,85	17,10
1999	628,24	0,52	0,53	14,59	16,45
2001	699,21	0,50	0,50	12,65	13,79
2002	671,96	0,47	0,42	11,01	12,04
2003	699,51	0,48	0,43	11,49	12,76
2004	694,90	0,46	0,41	10,25	11,38
2005	764,44	0,46	0,40	10,33	11,12
2006	849,50	0,46	0,42	10,42	11,12
2007	867,14	0,46	0,43	10,32	10,76
2008	897,56	0,46	0,43	10,51	11,40
2009	970,14	0,46	0,44	10,13	11,00

Nota: Renda média mensal da população em R\$ de out/2009

Fonte: IPEADATA.

Tabela 3 – Brasil: maiores rendas *per capita*s e indicadores de desigualdade em 2009

UF	Renda Domiciliar <i>per capita</i>	Gini	Theil	R <sub>10+/40-</sub>	R <sub>20+/20-</sub>
Distrito Federal	1.468,05	0,62	0,76	27,74	29,67
<b>Santa Catarina</b>	<b>970,14</b>	<b>0,46</b>	<b>0,44</b>	<b>10,13</b>	<b>11,00</b>
Rio de Janeiro	933,50	0,54	0,62	16,10	16,77
São Paulo	900,42	0,49	0,47	12,05	13,11
Rio Grande do Sul	870,50	0,50	0,50	12,91	14,16
Brasil	705,72	0,54	0,60	16,67	18,99

Nota: Renda média mensal da população em R\$ de out/2009

Fonte: IPEADATA.

Tabela 4 – Brasil: maiores rendas *per capita*s e indicadores de desigualdade (média do período 1981-2009)

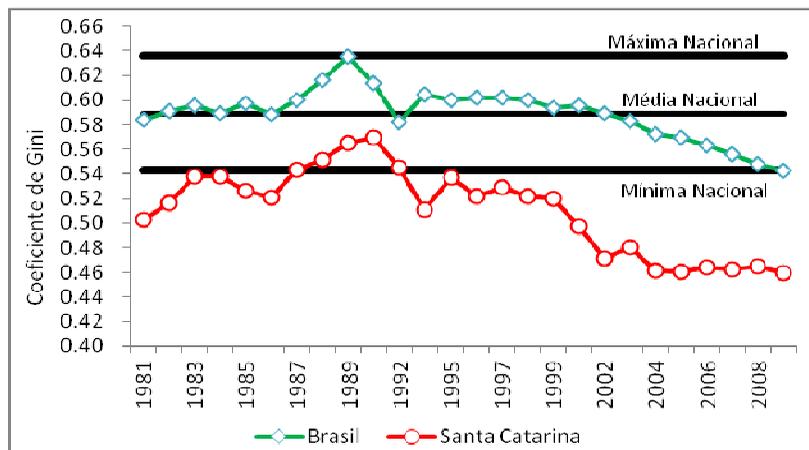
UF	Renda Domiciliar <i>per capita</i>	Gini	Theil	R <sub>10+/40-</sub>	R <sub>20+/20-</sub>
Distrito Federal	1.038,13	0,61	0,71	25,72	29,33
São Paulo	798,72	0,53	0,56	15,31	16,62
Rio de Janeiro	752,02	0,57	0,67	19,04	19,79
Rio Grande do Sul	670,16	0,55	0,60	17,07	18,88
<b>Santa Catarina</b>	<b>643,82</b>	<b>0,51</b>	<b>0,52</b>	<b>13,94</b>	<b>15,07</b>
Brasil	553,32	0,59	0,71	22,47	25,53

Nota: Renda média mensal da população em R\$ de out/2009

Fonte: IPEADATA.

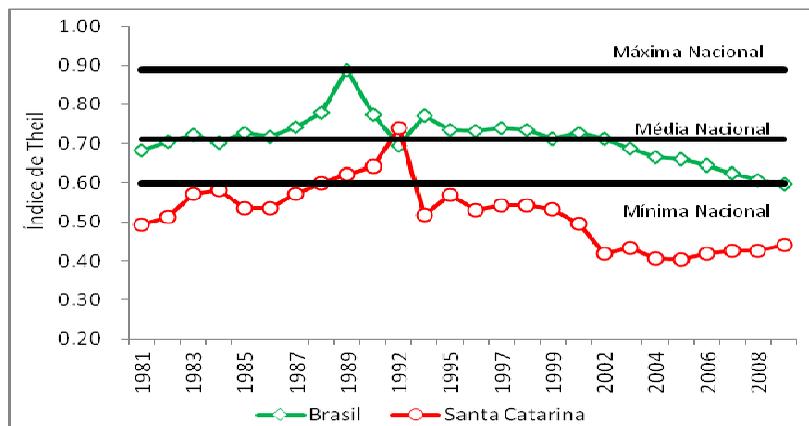
A representação gráfica das Tabelas 1 e 2 torna evidente a posição relativa do estado catarinense em termos de desigualdade de renda no Brasil. Vê-se (Gráfico 1) que, mesmo em patamares mais baixos que a média nacional, a desigualdade em Santa Catarina, medida pelo coeficiente de Gini, recuou 8,5% entre 1981 e 2009, registrando seu menor valor ao final da série histórica analisada. Trajetória semelhante é observada na evolução no índice de Theil (Gráfico 2), que embora apresente uma elevação a partir de 2005, registrou queda de 11% no nível de concentração de renda no estado catarinense entre 1981 e 2009.

Gráfico 1 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda (coeficiente de Gini)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADA.

Gráfico 2 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda (índice de Theil)



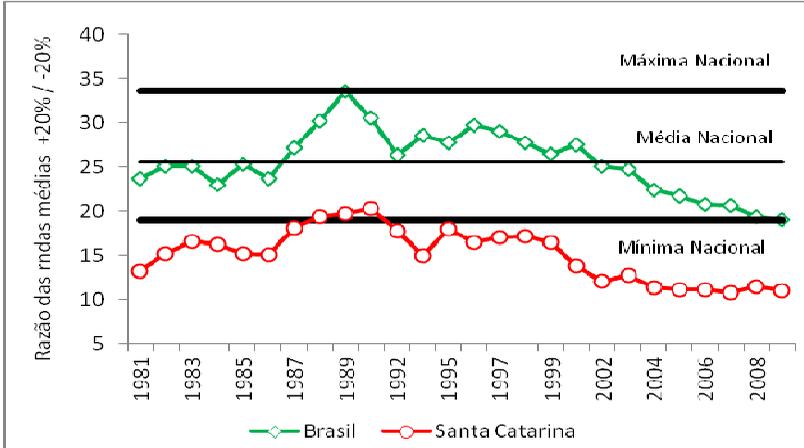
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADA.

O Gráfico 3 mostra que, apesar de apresentar um índice muito abaixo da média nacional, a parcela dos 20% mais ricos de Santa Catarina se apropriou, na média do período 1981-2009, de uma renda 15 vezes superior à dos 20% mais pobres, enquanto a média nacional foi de 26 vezes.

O Gráfico 4, permite verificar que no período 1981-2009, os indivíduos que compunham o estrato dos 10% mais ricos da população brasileira, chegaram a receber 30 vezes mais que os indivíduos pertencentes aos 40% mais pobres, enquanto que em Santa Catarina essa relação foi de no máximo 20 vezes. Em 2009, embora  $R_{10+/40}$  tenha recuado 31% em relação à média das décadas de 1980 e 1990, a renda meda recebida pelos 10% mais ricos do país foi 16 vezes superior a renda média dos 40% mais pobres, enquanto que no Estado catarinense esta relação foi de 10 vezes.

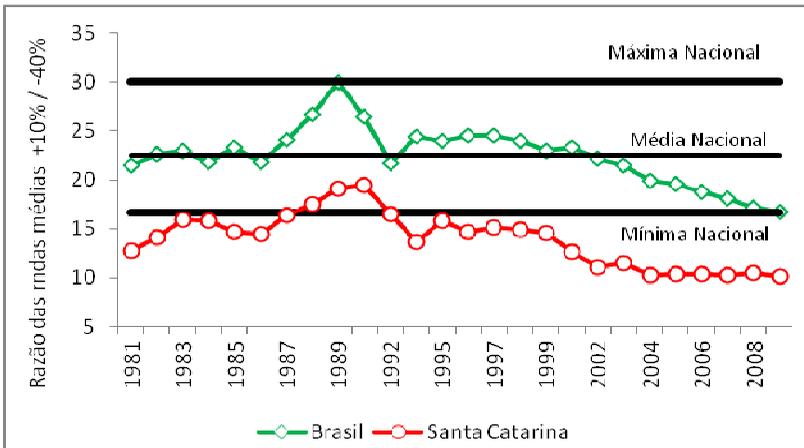
Confirmando que, em termos relativos, Santa Catarina apresenta uma estrutura distributiva menos desigual do que o Brasil como um todo, os Gráficos 5 e 6 mostram que ao longo das três últimas décadas parece haver uma relação inversa entre aumento da renda e coeficiente de concentração no estado catarinense. Os dados permitem afirmar que a renda em Santa Catarina foi mais bem distribuída ao longo do tempo, enquanto no Brasil houve, a despeito da queda observada na última década, uma maior concentração de renda, com o coeficiente de Gini praticamente estável no elevado patamar de 0,60.

Gráfico 3– Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda ( $R_{20+20-}$ )



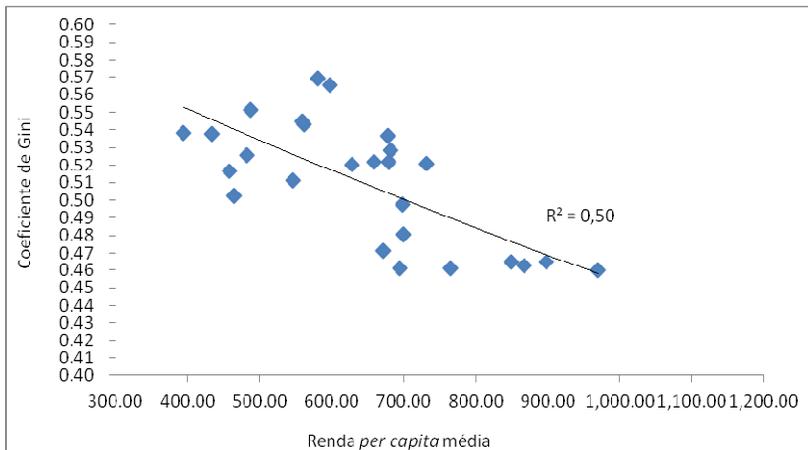
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADA

Gráfico 4 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade de renda ( $R_{10+40-}$ )



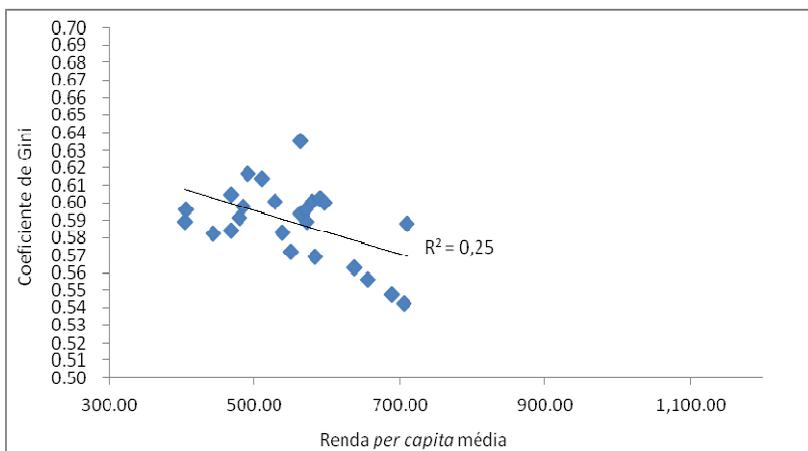
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADA

Gráfico 5 – SC: relação entre renda *per capita* e coeficiente de Gini (1981-2009)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADA

Gráfico 6 – Brasil: relação entre renda *per capita* e coeficiente de Gini (1981-2009)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADA

Do exposto, constata-se que, em termos relativos, Santa Catarina é, de fato, um caso a parte no quesito desigualdade de renda. Entretanto, o período 1981-2009 é considerado por nós como uma conjuntura curta<sup>11</sup> na qual se inserem outras conjunturas menores, períodos em que causas específicas, podem alterar a evolução do período anterior. Assim sendo, torna-se necessário verificar se a tendência de baixa desigualdade na distribuição da renda observada entre 1981 e 2009 seria uma característica do espaço catarinense desde pelo menos o início do século XX. Se assim fosse, estaríamos, talvez, diante de um traço estrutural. Buscando verificar esta hipótese, a próxima seção tem por objetivo apresentar a evolução da disparidade na distribuição da renda no território catarinense no período compreendido entre 1939 e 1980.

É importante esclarecer que por uma imposição dos dados, no que segue, avalia-se a disparidade na distribuição da renda interregional e não mais a desigualdade na distribuição individual da renda.

### 3.3 DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO TERRITÓRIO CATARINENSE (1939-1980)

Nesta seção apresentam-se os índices construídos para avaliar a evolução das disparidades regionais na distribuição da renda no estado de Santa Catarina no período compreendido entre 1939 e 1980. Antes, porém, convém apresentar como o território catarinense está dividido geográfica, política e economicamente.

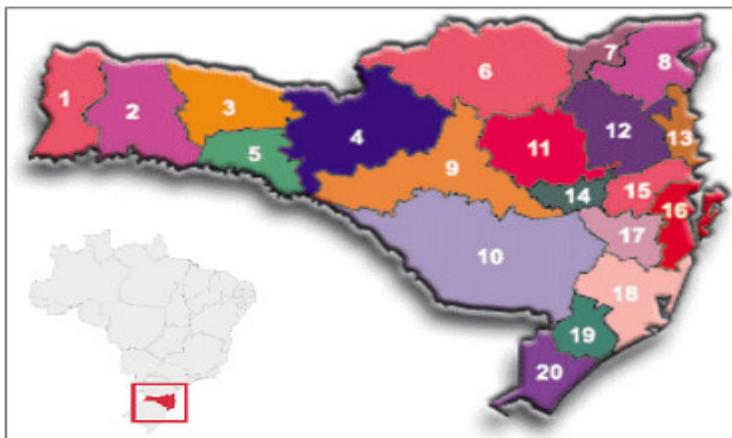
#### ***3.3.1 Características Econômicas e Demográficas de Santa Catarina***

Localizado entre os paralelos de 25°57'29'' e 29°22'00'' do hemisfério sul, o estado de Santa Catarina, com 95.346,181 Km<sup>2</sup>, é o menor dos três estados da região sul do Brasil e o 20º estado brasileiro em extensão territorial, ocupando, aproximadamente, 1% do território do nacional. Seus 293 municípios estão distribuídos em vinte microrregiões (Figura 1), as quais estão agrupadas em seis mesorregiões (Figura 2). Administrativamente, o estado está dividido em 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR's) que atendem às micros e mesorregiões.

---

<sup>11</sup>Em termos das temporalidades braudeliana – tempo curto, o do acontecimento; tempo médio, o da conjuntura; e tempo longo (*long dureé*), o da estrutura – “(...) o tempo da conjuntura aqui referida é o da conjuntura relativamente curta (não vai além do Kondratief)”, ou seja, 50-60 anos (BRAUDEL, 1988, p. 566).

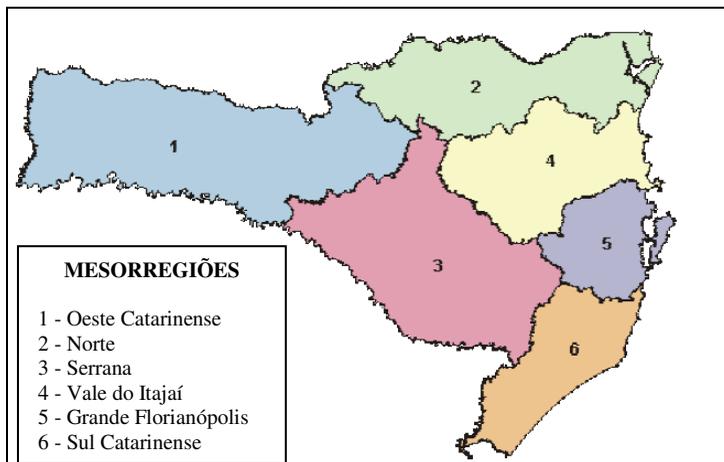
Figura 1- Microrregiões Geográficas do Estado de Santa Catarina



1 - São Miguel D'Oeste; 2 - Chapecó; 3 - Xanxerê; 4 - Joaçaba; 5 - Concórdia; 6 - Canoinhas; 7 - São Bento do Sul; 8 - Joinville; 9 - Curitibanos; 10 - Campos de Lages; 11 - Rio do Sul; 12 - Blumenau; 13 - Itajaí; 14 - Ituporanga; 15 - Tijucas; 16 - Florianópolis; 17 - Tabuleiro; 18 - Tubarão; 19 - Criciúma; 20 - Araranguá.

Fonte: Instituto CEPA/SC.

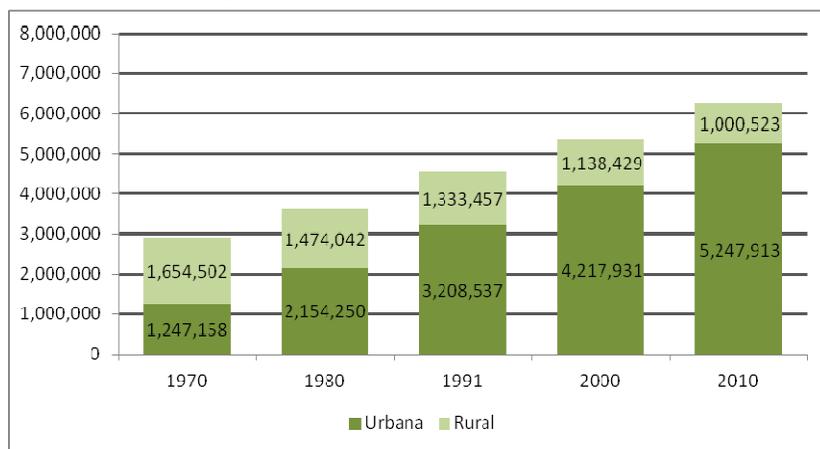
Figura 2- Mesorregiões Geográficas do Estado de Santa Catarina



Fonte: Instituto CEPA/SC.

Em termos demográficos, a população de Santa Catarina cresceu a uma taxa média anual de 2% entre 1970 e 2010, passando, neste espaço de tempo, de 2.901.660 habitantes para 6.248.436 habitantes, o que corresponde a 3% da população brasileira e 23% da população total da região sul. Sem aglomerações excessivas, a taxa de urbanização cresceu 95% no período, passando de 43% em 1970 para 84% em 2010, como se pode constatar no Gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7 – População de Santa Catarina (1970-2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Os dez municípios mais populosos de Santa Catarina são Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Criciúma, Chapecó, Itajaí, Lages, Jaraguá do Sul e Palhoça, os quais concentram cerca de 40% da população do estado (Tabela 5). Todavia, não há em Santa Catarina, nenhum um grande centro metropolitano de concentração populacional como há, por exemplo, no Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e no Paraná (Curitiba). Em Santa Catarina, como podemos ver na Tabela 6, sem excessos, a população está relativamente bem distribuída em pólos regionais que abrigam diferentes núcleos produtivos.

Tabela 5 – Santa Catarina: municípios com maior contingente populacional (1970-2010)

<b>Município</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Joinville	126.058	235.803	347.151	429.604	515.288
Florianópolis	138.337	187.880	255.390	342.315	421.240
Blumenau	100.275	157.251	212.025	261.808	309.011
São José	42.535	87.822	139.493	173.559	209.804
Criciúma	81.452	110.597	146.320	170.420	192.308
Chapecó	49.865	83.772	123.050	146.967	183.530
Itajaí	63.139	86.456	119.631	147.494	183.373
Lages	128.728	155.295	151.235	157.682	156.727
Jaraguá do Sul	30.246	48.538	76.968	108.489	143.123
Palhoça	20.652	38.023	68.430	102.742	137.334
Demais Municípios	2.120.373	2.436.855	2.902.301	3.315.280	3.796.698
<b>Total</b>	<b>2.901.660</b>	<b>3.628.292</b>	<b>4.541.994</b>	<b>5.356.360</b>	<b>6.248.436</b>

Fonte: IBGE.

Tabela 6 – Santa Catarina: população das mesorregiões (1970-2010)

<b>Grandes Regiões</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Vale do Itajaí	577.746	723.221	943.620	1.186.215	1.508.980
Norte Catarinense	421.703	610.697	838.211	1.026.606	1.212.843
Oeste Catarinense	745.638	931.330	1.051.083	1.116.766	1.200.712
Grande Florianópolis	328.034	446.281	619.265	803.151	994.095
Sul Catarinense	504.241	567.125	714.694	822.671	925.065
Serrana	324.298	349.638	375.121	400.951	406.741
<b>Total</b>	<b>2.901.660</b>	<b>3.628.292</b>	<b>4.541.994</b>	<b>5.356.360</b>	<b>6.248.436</b>

Fonte: IBGE

A análise simultânea das Tabelas 6 e 7 permite observar que a maior parte da população catarinense esta concentrada nas regiões onde predominam as atividades industriais que dentro de uma estrutura produtiva diversificada é assim distribuída regionalmente: metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, na região Nordeste; mobiliário no Norte; cerâmico, carbonífero e plástico no Sul; alimentar e moveleiro no Oeste; madeireiro, papel e celulose na região Serrana; indústria naval e têxtil-vestuário no Vale do Itajaí; e tecnológico na região da Capital.

Tabela 7 – Santa Catarina: PIB grandes regiões em 2008

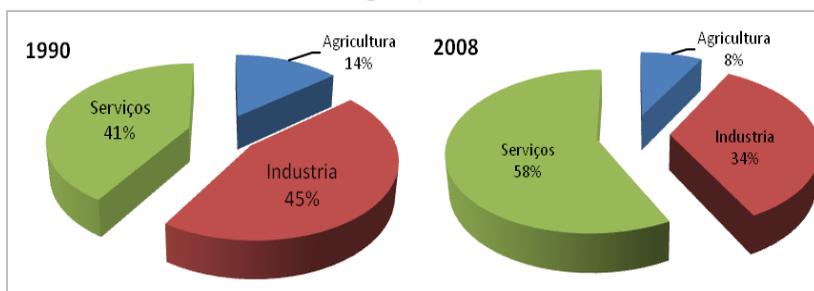
<b>Grandes Regiões</b>	<b>PIB</b>
<b>Vale do Itajaí</b>	<b>17.189.033,01</b>
Blumenau	7.501.097,06
Itajaí	7.445.108,41
Ituporanga	454.578,99
Rio do Sul	1.788.248,54
<b>Norte Catarinense</b>	<b>15.231.711,11</b>
Canoinhas	1.845.882,46
Joinville	12.251.305,93
São Bento do Sul	1.134.522,73
<b>Oeste Catarinense</b>	<b>12.645.167,79</b>
Chapecó	4.312.026,35
Concórdia	1.718.503,27
Joaçaba	3.626.170,22
São Miguel d'Oeste	1.555.915,51
Xanxerê	1.432.552,43
<b>Grande Florianópolis</b>	<b>8.726.165,97</b>
Florianópolis	7.960.637,48
Tijucas	626.918,01
Tabuleiro	138.610,48
<b>Sul Catarinense</b>	<b>6.989.731,78</b>
Araranguá	1.119.446,57
Criciúma	3.152.794,24
Tubarão	2.717.490,97
<b>Serrana</b>	<b>3.031.613,37</b>
Campos de Lages	2.120.882,98
Curitibanos	910.730,39
<b>Santa Catarina</b>	<b>63.813.423,03</b>

Nota: PIB a preços constantes em R\$ de 2000 (mil)

Fonte: IPEADATA.

Merece ser destacado que, embora Santa Catarina apresente um parque industrial diversificado e uma posição consolidada (é oitava economia do país em termos nominais, a sexta em termos de PIB industrial e possui o segundo maior PIB industrial *per capita* entre as unidades da federação), o estado registra ao longo das últimas duas décadas uma mudança significativa na composição do seu PIB, com o setor industrial diminuindo em 23% sua participação entre 1990 e 2008, enquanto a queda da contribuição do setor primário foi de 43%. Por outro lado, conforme se pode observar na representação gráfica abaixo, o setor de serviços avança e, em 2008, representava 58% do PIB, tendo crescido 40% em relação a 1990.

Gráfico 8 – Santa Catarina: composição do PIB 1990 e 2008



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Apresentadas sumariamente as principais características demográficas e econômicas de Santa Catarina, podemos proceder à avaliação de como a renda foi distribuída, ou melhor, do grau de concentração da renda no território catarinense entre 1939 e 1980.

### 3.3.2 Evolução da Disparidade Interregional da Renda em Santa Catarina (1939-1980)

Como foi adiantado, nesta seção a evolução da desigualdade na distribuição de renda no território catarinense será mensurada utilizando como *proxy* de renda o PIB estadual *per capita*; a distribuição da renda será avaliada através dos coeficientes de Gini, L de Theil e  $V_w$ , calculados e apresentados por períodos na Tabela 8 abaixo.

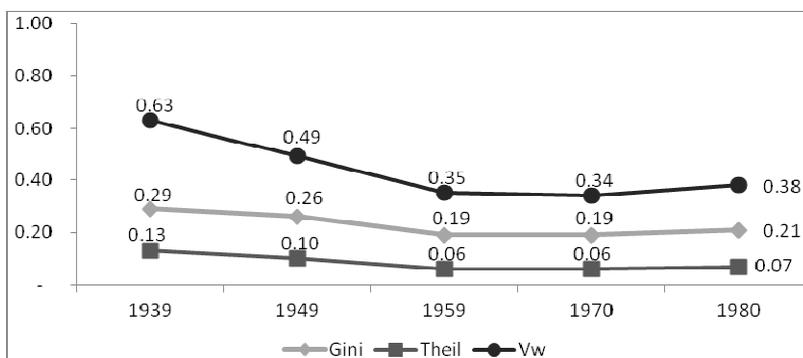
Tabela 8 - Santa Catarina: variação relativa dos coeficientes de desigualdades interregional em (1939-1980)

Períodos	Variação Relativa		
	Gini	Theil	$V_w$
1939-1949	-10%	-23%	-22%
1949-1959	-27%	-40%	-29%
1959-1970	0%	0%	-3%
1970-1980	11%	17%	12%

Fonte: Elaboração própria a parti dos dados do IPEADATA.

Como pode ser observado, todos os três índices apresentaram variação negativa entre 1939 e 1959, indicando, assim, uma melhora na distribuição interregional da renda. Na década de 1960, a queda no  $V_w$  é menos intensa, enquanto os índices de Gini e Theil permanecem estáveis. A reversão da tendência ocorre na década de 1970, durante a qual os três índices mostram uma piora na distribuição interregional da renda. O movimento e a velocidade ou ritmo da evolução dos indicadores é melhor percebida na representação gráfica abaixo.

Gráfico 9 – Evolução das desigualdades de renda entre as microrregiões catarinenses (1939-1980)



Fonte: Elaboração própria a parti dos dados do IPEADATA.

As microrregiões que mais contribuíram para a redução na disparidade interregional na década de 1940 foram Araranguá, Joaçaba, Chapecó e São Bento do Sul, que no período registraram crescimento nas suas respectivas rendas *per capita* muito acima da média estadual. Nas duas microrregiões mais ao sul, Criciúma e Araranguá, o movimento no estoque da população teve grande peso na variação da renda média. A renda *per capita* na microrregião de Criciúma declinou bruscamente, cerca de 40% no acumulado do período, o que também contribuiu para uma maior convergência da renda, uma vez que a região apresenta renda *per capita* muito acima da média. Esse movimento, entretanto, deveu-se ao expressivo incremento populacional na região, o que, em termos de renda por habitante, praticamente anulou o seu bom desempenho econômico. De modo contrário, na microrregião de Araranguá, que está ao sul de Criciúma, o crescimento médio de 12% ao ano na renda, deveu-se, fundamentalmente, à redução de 30% no seu contingente populacional (ver Anexos VI, VII e VIII).

Nas microrregiões de Chapecó e Joaçaba, o aumento de cerca de 10% ao ano na renda *per capita* entre 1939 e 1949 pode ser explicado pelo dinamismo econômico introduzido pelos colonos gaúchos de origem ítalo e teuto-brasileira que, desde 1917 até os anos 1950, ocuparam a região e a transformaram em um importante pólo produtor de produtos alimentares derivados de suínos. Antes disso, foi a atividade extrativista, sobretudo a madeireira, que comandou o processo de acumulação, que, em termos de renda *per capita*, não foi minimizado pelo crescimento médio anual de 8% da população.

Em São Bento do Sul, a explicação para o excepcional incremento na renda média reside na combinação de um extraordinário desempenho econômico e baixa taxa de crescimento demográfico. Segundo Kaesemodel (1990) e Brancalone (1999), com o capital acumulação acumulado na agricultura, na extração madeireira e na produção da erva-mate e do artesanato, foi possível, a partir dos anos 1940, a consolidação de uma estrutura industrial e mercantil constituída fundamentalmente de pequenas e médias empresas, cujos investimentos transformaram a região em pólo moveleiro. Mafra (1993) observa que a mão-de-obra requerida pela indústria moveleira era encontrada e recrutada na localidade, entre os filhos dos colonos alemães, cujos conhecimentos técnicos foram transmitidos pelos pais ou pelos mestres, que desenvolveram na cidade (São Bento do Sul) as técnicas adquiridas no país de origem.

Portanto, a maior convergência da renda no território catarinense no período compreendido entre 1939 e 1949 deveu-se, principalmente, às dinâmicas produtivas locais, impulsionadas, é claro, pelo ciclo de crescimento da economia brasileira<sup>12</sup>.

Entre 1949 e 1959, observa-se uma queda ainda mais expressiva no nível de concentração interregional da renda. O índice de Theil, por exemplo, indica que a redução foi na ordem de 40% (Tabela 8). Novamente, a diminuição das disparidades regionais decorreu do maior crescimento da renda média em determinadas regiões, enquanto as demais se mantiveram, mais ou menos, estabilizadas nas suas posições.

Goularti Filho (2002) observa que na década de 1950 houve uma significativa diversificação e ampliação da estrutura produtiva catarinense, que tendo como base o pequeno e médio capital mercantil começou a expandir-se rapidamente em direção da produção baseada no médio e grande capital industrial, destacando-se os seguintes setores:

---

<sup>12</sup> Nesse sentido ver Goularti Filho (2002).

cerâmico, metal-mecânico, papel e papelão, plástico, material elétrico e a agroindústria.

Como resultado, a renda média no estado cresceu a uma taxa média anual de 5% no período 1949-1959, sendo que as microrregiões de Itajaí, Campos de Lages, Tijucas, Tubarão, Curitibanos, São Bento do Sul, Araranguá e Chapecó registraram crescimento da renda *per capita* acima da média do Estado, o que contribuiu para o processo de convergência.

Ressalta-se que, embora tenha apresentado bom desempenho econômico, em termos de renda *per capita*, o desempenho da microrregião de Chapecó deveu-se à queda de, aproximadamente, 40% no seu contingente demográfico. Por outro lado, apesar do crescimento médio anual de 3% no PIB, o crescimento da renda por habitante na microrregião de Joaçaba foi afetado pelo forte incremento populacional.

Convém ressaltar também que apesar de não terem registrado crescimento demográfico capaz de rebaixar as suas rendas médias, as microrregiões mais industrializadas, com exceção de São Bento do Sul, registraram uma taxa de crescimento da renda abaixo da média estadual, o que confirma que a maior diversificação da estrutura produtiva no período contribuiu para redução das disparidades inter-regionais.

Na década de 1960, mantendo-se a tendência, houve uma estabilização no nível de desigualdade de renda interregional, devido, sobretudo, à consolidação de uma estrutura produtiva diversificada e relativamente bem distribuída regionalmente, o que, de modo geral, estabeleceu um padrão de desenvolvimento interregional mais ou menos equilibrado.

Nos anos 70, aproveitando-se das mudanças estruturais realizadas pelo Plano de Metas do Governo – PLAMEG I (1961-1965) e PLAMEG II (1966-1970) e, também, pelo “Projeto Catarinense de Desenvolvimento” (1971-1974), e, sobretudo, acompanhando o movimento geral de industrialização brasileira, a indústria catarinense recebeu importantes incrementos, o que, de modo geral, permitiu que todas as regiões experimentassem um significativo aumento nas suas rendas *per capita*, porém, umas em proporções muito superiores as outras, o que elevou a disparidade de renda interregional entre 1970 e 1980.

Entre as microrregiões que contribuíram para o processo de divergência da renda média nos anos 1970 estão as microrregiões de Blumenau, Joinville e São Bento do Sul, que influenciadas pelo movimento de expansão da industrialização brasileira, cresceram a uma taxa média de 10% ao ano, registrando ao final do período

compreendido entre 1970 e 1980, renda *per capita* muito superior à média estadual. Como resultado do desequilíbrio no crescimento da renda da microrregião de Blumenau, a disparidade entre as microrregiões que compõem a região do Vale do Itajaí, passou de 0,17, em 1970, para 0,27 em 1980 (Tabela 9). Na região constituída pelas microrregiões de São Bento do Sul, Joinville e Canoinhas, a variação foi menor, 1%, pois o desempenho econômico da microrregião de Canoinhas foi semelhante ao das demais.

Tabela 9 - Santa Catarina: variação do coeficiente de Gini intraregional (1970-1980)

<b>Grandes Regiões</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>Variação Relativa</b>
Norte	0,18	0,19	1%
Oeste	0,10	0,10	-1%
Vale	0,17	0,27	54%
Sul	0,09	0,16	68%
Serrana	0,05	0,01	-86%
Grande Florianópolis	0,18	0,13	-27%

Fonte: Elaboração própria a parti dos dados do IPEADATA.

Também acompanhando o bom desempenho industrial do país, a renda média da microrregião de Criciúma cresceu a uma taxa média anual de 11% entre 1970 e 1980, o que colocou a região na quarta posição no *ranking* estadual. Contudo, nem mesmo o bom desempenho das microrregiões de Tubarão e Araranguá evitaram o alargamento da disparidade entre as microrregiões da região sul. O coeficiente de Gini passou de 0,09 em 1970 para 0,16 em 1980, um aumento de 68%.

Na região composta pelas microrregiões de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel d'Oeste e Xanxerê, a renda *per capita* cresceu de forma mais equilibrada, cerca de 10% ao ano, não elevando, assim, o nível de concentração da renda na Mesorregião Oeste.

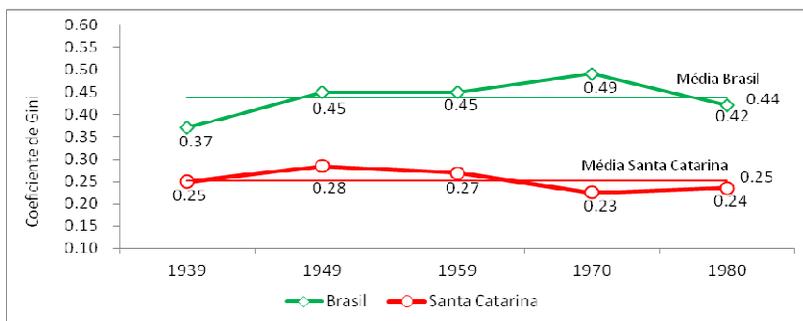
Na região da Grande Florianópolis, como resultado da queda nos seus contingentes populacionais, as microrregiões de Tijucas e Tabuleiro registraram crescimento médio anual de 13% e 10% nas suas respectivas rendas *per capita*s, o que fez com que a desigualdade na região declinasse 27%.

Movimento semelhante foi observado nas microrregiões que compõem a região serrana. Crescendo a uma taxa média superior à microrregião de Campos de Lages, a microrregião de Curitiba registrou baixo crescimento demográfico no período, o que refletiu na

sua distribuição e, por conseguinte, na redução da disparidade da renda dentro da mesorregião.

Contudo, ainda que nos anos 1970 se tenha registrado um aumento na disparidade intra e interregional da renda, a desigualdade na distribuição da renda no território catarinense permaneceu em patamares muito abaixo da média nacional. Por exemplo, a análise simultânea da evolução da disparidade da renda *per capita* entre os municípios de Santa Catarina e de todos os municípios brasileiros (Gráfico 10) revela que entre 1939 e 1980, embora estivesse inserido no contexto nacional de forte tendência à concentração da renda, o estado catarinense sempre registrou índices de desigualdade menores dos que os nacionais.

Gráfico 10 – Brasil e Santa Catarina: evolução da desigualdade do PIB *per capita* entre os municípios em anos selecionados (1939-1980)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA.

Como se pode constatar, entre 1939 e 1980, a renda em Santa Catarina foi mais bem distribuída espacialmente do que no Brasil como um todo, quer dizer, não existiram a nível estadual disparidades semelhantes às observadas entre as regiões Sul e Nordeste a nível nacional, ou mesmo iguais às disparidades intra-regionais das regiões Norte e Nordeste, embora existam no estado catarinense áreas onde a renda apresenta-se mais concentrada.

Em suma, tendo como pressuposto que as economias cujo principal fator de produção é o trabalho (como é o caso de Santa Catarina no período 1939-1980) apresentam forte correlação positiva entre a renda interna e a remuneração do trabalhador, e tendo observado uma disparidade regional da renda relativamente baixa no território catarinense entre 1939 e 1980, supõem-se que, não somente entre 1981-2009, mas no período como um todo, 1939-2009, a distribuição de renda em Santa Catarina é menos desigual que no Brasil, o que pode ser

interpretado como um indício forte da presença de fatores estruturais atuando no Estado catarinense em favor de uma distribuição mais equânime. Para verificar esta hipótese, nos próximos capítulos será investigada a formação socioeconômica de Santa Catarina, onde talvez se encontrem elementos indutores de uma menor desigualdade.







## 4 RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE EM SANTA CATARINA: LATIFÚNDIO, ESCRAVIDÃO E INFRAESTRUTURA SOCIAL NO LITORAL E PLANALTO

Como adiantado no final do capítulo anterior, neste e no próximo capítulo, busca-se analisar a os elementos histórico-institucionais da formação de Santa Catarina que possam favorecer a distribuição menos desigual da renda no Estado. Antes, convém expor, ainda que em linhas gerais, as **Raízes Históricas da Desigualdade no Brasil** em consonância com as interpretações histórico-institucionais que balizam a pesquisa. Em seguida, é analisada a estrutura social e econômica que fundamentaram a ocupação do território catarinense. O objetivo é salientar os elementos históricos que sustentam nossa hipótese de que a menor desigualdade nas condições iniciais engendrou o desenvolvimento de relações e instituições que restringiram maiores disparidades ao longo do processo de formação econômica, política e social de Santa Catarina.

### 4.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE NO BRASIL

Conforme Celso Furtado “o problema dos atavismos coloniais do Brasil de nossos dias pode igualmente ser observado do ponto de vista da organização social e política do país”. Nesse sentido, o autor destaca que

[no] domínio colonial brasileiro – unidade de produção básica –, observamos a extrema polarização social aí existente. De um lado, uma minoria senhoria; de outro, a massa achatada dos escravos. Notamos, ademais, que, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, onde foi violentamente desorganizado, no Brasil o domínio colonial persistiu – com a sobrevivência até nossos dias da monocultura – como célula social. Nos Estados Unidos, a comunidade originária dos estados do Norte constituiria a base da sociedade nacional. A influência do grande domínio se fará sentir no Sul como um fator secundário. **No Brasil, com persistência do regime econômico colonial, o domínio permanente vigoroso e seria a matriz da sociedade nacional** (FURTADO, 2001, p. 165, grifo nosso).

O latifúndio monocultor escravista, portanto, não foi apenas uma unidade de produção, mas a verdadeira célula orgânica da sociedade colonial. Colocando este problema com toda precisão, Caio Prado Jr diz:

constituído assim numa sólida base econômica, e centralizando a vida social da Colônia, o grande domínio adquirirá aos poucos os demais caracteres que o definirão. De simples unidade produtiva torna-se, desde logo, célula orgânica da sociedade colonial, mais um passo e será o berço do nosso clã, da grande família patriarcal brasileira (PRADO JR., 1972 p. 286).

A economia açucareira é, nesse sentido, elemento fundamental. É a partir dela, como observa Scwhartz (2005), que se estabeleceram as instituições moldadoras da sociedade brasileira. Nas suas palavras: “o açúcar, o engenho e a escravidão desempenharam papéis cruciais na definição e conformação da sociedade brasileira” (SCWHARTZ, 2005, p. 209).

Assim, sobre essas bases, diz Caio Prado Jr., é que se origina a disposição das classes e categorias da população brasileira, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem e, também, a concentração extrema da renda que caracterizam a economia brasileira. Portanto, é a partir do instituto do latifúndio, da escravidão e do domínio patriarcal que se fundaram e organizaram as instituições que conduziram o processo de formação do Brasil. Estas instituições, por sua vez, criaram e reproduziram ao longo do tempo aquelas estruturas extremamente desiguais que lhes originaram e que ainda hoje se expressam nos indicadores apresentados anteriormente.

Contudo, é importante ressaltar, como faz Caio Prado Jr. (1972), que a sociedade brasileira não foi vítima de nenhuma descontinuidade histórica, uma vez que a colonização dos trópicos, e particularmente do Brasil, nunca foi pensada, orientada “no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita” (PRADO JR., 1972, p. 73).

Como se sabe, a colonização dos trópicos desde o início tomou aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a fornecer metais e gêneros tropicais de alto valor comercial no mercado europeu. “É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no

econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (PRADO JR., 1972, p, 94).

No entanto, diferentemente dos trópicos, nas zonas temperadas se constituíram colônias de povoamento, onde predominou o sistema agrário baseado na pequena propriedade produtiva. Nas colônias inglesas da América do Norte, por exemplo, organizou-se, ainda que com características próprias, uma sociedade semelhante a seu modelo de origem, revelando-se pouco mais do que simples prolongamento dele. Nos trópicos, pelo contrário, formou-se uma sociedade inteiramente original, orientada e organizada a partir do latifúndio, da monocultura e da escravidão (PRADO JR., 1972, 2006; FURTADO, 2003).

Vários foram os fatores que concorreram para tamanha diferença, porém, segundo Caio Prado Jr., as condições naturais, particularmente o clima, tiveram papel decisivo no estabelecimento do sistema agrário, e, por conseguinte, na organização econômica e social das Américas. Assim, na zona de clima temperado, onde se encontrava as colônias inglesas do Norte, vingou o regime de pequena propriedade, enquanto que nas regiões tropicais e subtropicais, impôs-se a grande propriedade – *plantation*. Nas palavras de Caio Prado Jr. (2006, p. 33-34):

a influência dos fatores naturais é tão sensível nesta disposição de tipos agrários que ela acaba se impondo mesmo quando o objetivo inicial e deliberado de seus promotores é outro. Assim na Geórgia e Carolina, onde nos achamos em zona nitidamente subtropical, a intenção dos organizadores da colonização [...] foi constituir um regime de pequenas propriedades de áreas proporcional à capacidade de trabalho próprio de cada lavrador; com este critério iniciou-se a colonização e a distribuição das terras. Mas frustrou-se tal objetivo, e o plano inicial fracassou, instituindo-se em lugar dele o tipo geral das colônias tropicais.

E continua,

a agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativo. Não é com outro fim que se enceta [...]. É fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para

aquela produção; mesmo porque o sistema de grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior, com é a regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico (PRADO JR., 2006, p. 33-34).

Nessa perspectiva destaca-se uma crescente literatura que busca evidenciar, por meio de estudos empíricos, que as diferentes condições geográficas e modelos de colonização foram determinantes na formação de distintos arcabouços institucionais, os quais, segundo esta linha teórica, seria a chave para compreender as disparidades do desenvolvimento econômico entre os países, sobretudo os do continente americano<sup>13</sup>.

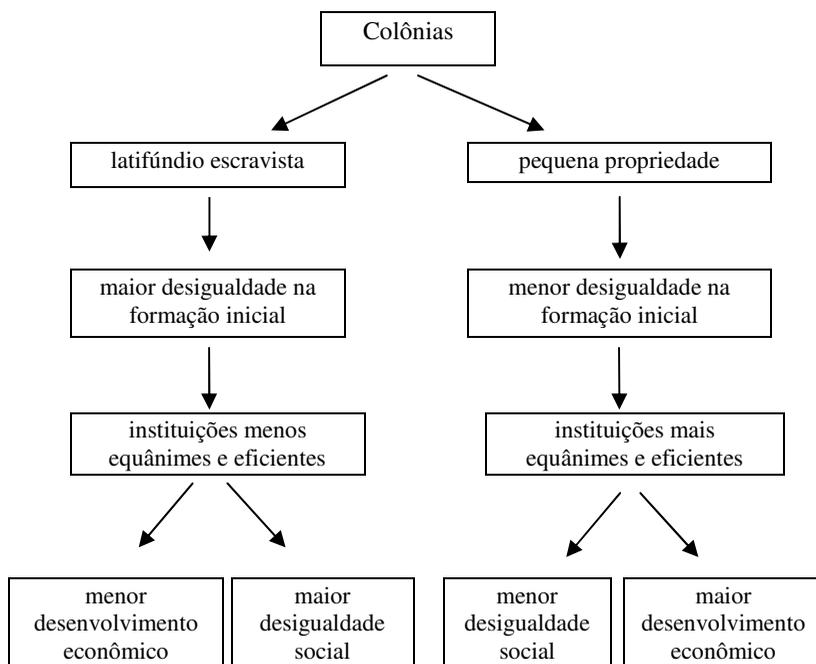
Engerman e Sokoloff (1997, 2002) observam que no Caribe e no Brasil, o clima e as condições de solo foram extremamente favoráveis ao cultivo de gêneros de alto valor no mercado mundial, como o açúcar, o que favoreceu a produção em larga escala, o que, por sua vez, requeria o emprego de um grande número de trabalhadores, no caso, o negro africano escravizado. Neste ambiente, rapidamente suas populações passaram a ser constituídas por uma grande massa de escravo, o que induziu a criação de mecanismos de diferenciação, expressos, sobretudo, na distinção racial e na distribuição desigual da riqueza e do poder político. Os autores ainda lembram que a extrema desigualdade observada na América Espanhola, notadamente no México e Peru, também decorrem da profunda desigualdade inicial. Nestas regiões, dizem eles, criaram-se, desde cedo, instituições que buscavam conceder e preservar a propriedade de terra e os recursos minerais aos membros de uma reduzida elite.

De modo contrário, dizem eles, nas colônias britânicas do norte, onde as condições climáticas não eram favoráveis ao *plantation* e onde não havia recursos minerais significativos, as colônias se organizaram, social e economicamente, a partir da pequena e média propriedade familiar, cuja produção era centrada em cereais, apresentando-se bastante limitada em escala e com baixo emprego da mão-de-obra escrava. Consequentemente ter-se-iam formado sociedades com distribuições menos desiguais o que favoreceu o desenvolvimento de um

---

<sup>13</sup>Nesta perspectiva podemos citar La Porta *et al.* (1998, 1999), Hall e Jones (1999), Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, 2002), Easterly (2002), Easterly e Levine (2002), Acemoglu, Robinson e Verdier (2004), Tabellini e Person (2004), cujas idéias estão, basicamente, estruturadas em Douglas North (1990) e Engerman e Sokoloff (1997, 2002).

ambiente institucional com maior equidade política e econômica. “Estas diferenças iniciais no grau de desigualdade, que podem em grande parte serem atribuídas às dotações de fatores, amplamente concebidas, tiveram efeitos profundos e duradouros no desempenho econômico das respectivas economias” (ENGERMAN, SOKOLOFF, 2002, p. 4, tradução nossa). Esta idéia pode ser resumida no seguinte esquema.



Não obstante, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) observam que as causas fundamentais das grandes diferenças no desempenho econômico entre os países, podem ser explicadas pelo tipo de estratégia do projeto colonizador. Segundo os autores, nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, estabeleceram-se instituições que desde o início impuseram uma organização social menos desigual e economicamente mais dinâmica. Por outro lado, no Congo e na Costa do Ouro, institucionalizaram-se mecanismos extrativistas, com objetivo de transferir rapidamente os recursos para a metrópole. Estas diferentes estratégias, segundo os autores, teriam sido influenciadas pela própria viabilidade do projeto colonizador, isto é, em lugares de ambiente hostil,

onde se registravam altas taxas de mortalidade, os colonizadores tiveram mais dificuldade para fixar-se, o que contribuiu para o desenvolvimento de instituições extrativas, que exploraram a população pré-existente ou de origem africana.

Em outro artigo, publicado em 2002, os autores lembram que os territórios colonizados pelos países europeus que, nos séculos XVI e XVII, eram relativamente mais prósperos, tornaram-se países mais pobres, apresentando, nos dias de hoje, problemas sociais muito mais agudos. Apoiados nesta constatação, Acemoglu, Johnson e Robinson (2002) argumentam que do ponto de vista da metrópole, era natural que nas regiões onde as condições naturais apresentassem melhores oportunidades de extração ou produção de gêneros de interesse do mercado europeu, fossem criadas instituições puramente extrativas. De modo contrário, nas áreas onde, inicialmente, as condições não eram propícias ou não apresentavam riquezas naturais de fácil extração, eram mais prováveis que fossem criadas instituições que encorajassem investimentos que permitissem, por assim dizer, o desenvolvimento autônomo da região, porém, é claro, sob o olhar atento da metrópole. Assim, as diferentes trajetórias, ou melhor, a profunda desigualdade entre (e ou dentro dos) os países do continente americano, tem origem nas instituições criadas pelo colonialismo europeu.

Acemoglu, Johnson e Robinson (2002) também defendem que a persistente inércia institucional se deve ao fato de que as elites tendem a bloquear qualquer mudança, uma vez que “os beneficiários destas podem ser grupos externos, e não elas próprias” (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2002, p. 1.263). Deste modo, temendo a turbulências políticas e as ameaças ao seu poder, os diferentes grupos de interesses buscam se proteger criando e recriando mecanismos que evitem grandes transformações institucionais.

Baseados em estudos empíricos *cross-country*, Easterly (2002), Easterly e Levine (2002), Rodrik, Subramanian e Trebbi (2002) destacam a relevância das condições iniciais na formação das instituições e o impacto destas nas diferentes trajetórias de desenvolvimento. A lógica subjacente é que instituições ruins, como o latifúndio e a escravidão, contribuíram para uma maior concentração de renda e poder político, o que aprofundou a desigualdade no longo prazo.

Nesse sentido, Assunção, Goulart e Soares (2011) mostram que uso intensivo do trabalho escravo durante o período colônia está altamente correlacionado com os níveis atuais de desigualdade. Semelhante é a análise de Ferranti *et al.* (2004), que destaca as

experiências históricas da escravidão na América Latina como explicação do padrão atual da distribuição de renda na região.

Nos trabalhos que restringem as observações a um único país, as conclusões não são diferentes. Por exemplo, ao analisar dados dos condados dos Estados Unidos, Lagerlöf (2005) conclui que as regiões onde houve um maior emprego da mão de obra escrava, são, hoje, mais desiguais, associando, desta forma, o legado colonial com a desigualdade social. De maneira semelhante, Nunn (2008) também encontra uma relação consistente e positiva entre escravidão e desigualdade em estados e municípios norte-americanos.

Outro estudo empírico que revela o peso do passado colonial é o de Jimeno (2005). Analisando as influências das instituições coloniais (*encomienda* e escravidão) no desempenho econômico atual da Colômbia, o autor observa a extensão das instituições coloniais no grau de concentração de terras, medida pelo coeficiente Gini, na taxa de matrícula do ensino primário e secundário, na taxa de mortalidade infantil e no índice de necessidades básicas.

Assim, as evidências, de modo geral, apontam que as condições iniciais teriam papel fundamental na formação e desenvolvimento das instituições, as quais, obedecendo às experiências colônias herdadas (imposições formais – regras, leis, constituições – e, também, informais – normas, convenções, códigos de conduta – estruturaram e restringiram as interações políticas, econômicas e sociais do período colonial), teriam sido determinantes na produção, reprodução e perpetuação das desigualdades (riqueza, desempenho econômico, capital humano, raça, poder político, etc.) que marcam a América Latina.

Em consonância com esta perspectiva, pode-se dizer que no Brasil as condições iniciais, o “sentido da colonização” e a polarização entre a “casa grande e a senzala”, são os elementos constitutivos do ambiente político e institucional que moldaram e reproduziram instituições extremamente excludentes (latifúndio, sociedade estamental, rigidez da estrutura política e da atividade econômica, arcabouço legal propícios à minoria dominante, profunda diferenciação e desajustamento social), as quais se manifestam ainda hoje, organizando e provendo a estrutura de incentivos à sociedade, moldando o seu desempenho e determinando diferenças na distribuição de renda.

Contudo, como observa Celso Furtado, as condições naturais e o interesse político da metrópole causaram diferentes trajetórias históricas nas regiões do país, imprimindo, assim, feições distintas à sociedade. Para os fins de nossa pesquisa, cabe destacar que:

somente a região do extremo sul do país – os atuais estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – escapará do imperativo da grande plantação. Vários fatores concorreram para constituir essa exceção: as condições climáticas, que já não são as mesmas da faixa equatorial, e a colonização dirigida e amparada pelo governo português com fins políticos (FURTADO, 2001, p. 110).

Como consequência da ausência da grande lavoura, diz Caio Prado Jr., desenvolveu-se na região meridional do Brasil a produção em pequena propriedade, onde o trabalho escravo nunca foi predominante.

A região sul do Brasil é, portanto, um caso particular. No caso específico do território catarinense, por que o latifúndio monocultor escravista não predominou no território catarinense e quais as consequências disso sobre a estrutura social e econômica de Santa Catarina? Quais os efeitos da colonização dirigida sobre a dinâmica distributiva do estado?

Responder estas perguntas é o objetivo das seções que seguem. Ao final, espera-se que fiquem claras as razões pelas quais Santa Catarina, ao longo das últimas décadas, apresenta uma estrutura distributiva menos desigual que o restante do país. Em outras palavras, pretende-se apresentar elementos para sustentar a hipótese de que a menor desigualdade na formação inicial de Santa Catarina gerou relações sociais e econômicas menos desiguais, o que no longo prazo promoveu a menor desigualdade na distribuição da renda, a qual se constata atualmente e da qual partiu esta investigação<sup>14</sup>.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

Esta seção tem por objetivo apresentar, ainda que em linhas gerais, os aspectos fundamentais que, a partir de meados do século XVIII, conduziram a formação da estrutura social e econômica de Santa Catarina.

---

<sup>14</sup> Deve ficar claro desde já que Santa Catarina está inserida num conjunto de instituições federais de alta desigualdade e que certamente exerceram forte influência na conformação das instituições no espaço catarinense e que, possivelmente, limitaram o potencial democrático da colonização, bem como do seu desenvolvimento.

#### 4.2.1 A Ocupação do Litoral

Ainda que nos primórdios da colonização do continente americano o litoral catarinense, especialmente à Ilha de Santa Catarina, tenha sido objeto de disputa entre as Coroas Ibéricas<sup>15</sup>, somente dois séculos após a fundação dos primeiros núcleos coloniais portugueses na América é que se deu o início da colonização efetiva do território catarinense, à época limitada a uma estreita faixa de terra no litoral do extremo sul das terras de Vera Cruz.

A estreita faixa litorânea, onde inexistiam riquezas de fácil extração, e a aparente precariedade das terras, não correspondiam à condição econômica de uma típica colônia ultramarina. Assim sendo, inúmeras outras foram as razões que concorreram para inverter a política portuguesa em relação à colonização do território catarinense. A principal foi de ordem estratégica, mais precisamente, a necessidade de oferecer apoio militar à recém fundada Colônia de Sacramento (1680).

A importância fundamental da Ilha ao projeto português na região platina fica evidente na carta de André de Melo e Castro, Conde das Galveas, ao Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos e Marinha, Antônio Guedes Pereira. Na carta de 23.05.1738, o Conde diz:

como hoje essa Ilha nos é de tanta importância e sem ela não podemos manter coisa nenhuma do que temos no Rio da Prata e em especial no Rio Grande de São Pedro, porque o porto não é

---

<sup>15</sup> De acordo com a *Capitulación de la Participación del Mar Oceano*, assinado em 1494, as terras situadas ao ocidente do meridiano de Tordesilhas, que passaria a 370 léguas a oriente das ilhas de Cabo Verde, pertenciam à Espanha e as terras situadas ao oriente desta linha pertenciam a Portugal. No entanto, Cabo Verde é um arquipélago, e assim sendo, de qual das ilhas deveria se contar as léguas? Qual a medida exata das léguas, pois havia várias, dever-se-ia utilizar? Por esses vícios de origem, Portugal e Espanha divergiram quanto aos limites de suas terras na América, sobretudo aquelas situadas no extremo sul, próximas à região platina. E assim, paralelamente, portugueses e espanhóis organizaram expedições de reconhecimento das novas terras, buscando, principalmente, garantir a sua soberania na América, a qual, desde logo, tornou-se objeto de cobiça de outras nações europeias. Neste contexto, o litoral catarinense, por seus portos excepcionais, como os de São Francisco e da Ilha de Santa Catarina, especialmente este, mostrou-se de fundamental importância aqueles que se dirigiam à Foz da Prata ou se destinavam através do Estreito de Magalhães às regiões ricas do Pacífico e às Índias. Assim, desde início, a Ilha de Santa Catarina constituiu-se em parada quase que obrigatória aos navegadores de todas as bandeiras que se aventuravam no Atlântico Sul, sobretudo os espanhóis (CABRAL, 1968; SANTOS, 1977; PIAZZA, 1983; LUZ, 2000).

praticável no inverno e no verão são raras as vezes que se pode entrar sem dificuldades; todos os mantimentos e socorro que forem destinados àquela localidade necessitam fazer escala sempre no porto da mencionada Ilha, local onde devem ficar em depósito, até encontrar oportunidade para remetê-los por terra ao Rio Grande, na eventualidade de não ser possível o transporte por via marítima.

[...] podemos fazer neste local um dos mais convincentes e vantajosos estabelecimentos que podemos ter no Brasil. Na minha opinião, esse objetivo deve ser procurado por todos os caminhos e com todas as nossas forças, não só pelo muito que isso nos é importante, em apoio ao que temos no Rio da Prata, como, principalmente, no caso que venha ocorrer entrarmos em ruptura com alguma nação forasteira, cientes da utilidade que pode resultar em assenhorear-se da Ilha, o que lhes seria tão fácil diante do estado em que ela se encontra, como difícil voltar a recuperá-la (CASTRO, 1738 *apud* PASCHOAL, 1993, p. 89).

Assim, a Carta Régia de 11 de agosto de 1738 criou, entre outras determinações, a Capitania subalterna de Santa Catarina, ligada diretamente à Capitania do Rio de Janeiro. Em 1739, na condição de primeiro governador da nascente Capitania, José da Silva Paes desembarcou na Ilha de Santa Catarina para nela construir uma fortificação. Em 1744, não uma, mas quatro fortalezas (Santa Cruz, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição) constituiriam a maior e principal base militar-estratégica na defesa dos domínios marítimos portugueses no extremo sul da América (PIAZZA, 1983).

Porém, “não bastam fortificações sem haver gente que as guarneças, e juntamente povoe, e cultive as terras; quando aquelas, pela sua natural fertilidade, podem sustentar os mesmos presídios”, reclamava José da Silva Paes em carta ao Rei (PIAZZA, 1983, p. 140).

Em outra parte do reino lusitano, mais precisamente nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, havia uma situação contrária à da Ilha de Santa Catarina: excesso populacional e escassez de alimentos abalavam a vida dos açorianos e madeirenses, que não mais encontravam meios para subsistir. Juntava-se, assim, a necessidade da

Coroa Portuguesa em povoar Santa Catarina e o desejo dos açorianos e madeirenses de encontrar melhor futuro para si e seus descendentes. Resulta daí a Provisão Régia de 31 de agosto de 1746, que abriu edital de alistamento e oferece vantagens àqueles que desejassem migrar para o Brasil<sup>16</sup>.

Entre madeirenses e açorianos, alistaram-se 9.309 pessoas, das quais 6.071 desembarcaram no litoral catarinense entre 1748 e 1756<sup>17</sup>. Ao desembarcarem na Ilha de Santa Catarina eram distribuídos ao longo da costa catarinense, desde São Francisco até Laguna<sup>18</sup>. O empreendimento oficial buscava povoar e reproduzir as condições da vida econômica e social que os imigrantes tinham em seus locais de origem, diferenciando-se, deste modo, do padrão de colonização até então adotado por Portugal para o Brasil<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> O sobredito edital dizia: "El Rei, Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que têm pedido mandar tirar delas o número de casais que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas, grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado, foi servido por Resolução de 31 de agosto do corrente ano, posta em consulta do seu Conselho Ultramarino de 8 do mesmo mês, fazer mercê aos casais das ditas Ilhas, que quiserem ir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar à custa da sua Real Fazenda, não só por mar, mas também por terra, até sítios que se lhes destinaram para as suas habitações, não sendo homens de mais de 40 anos e não sendo as mulheres de mais de 30; e logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada mulher que para ele for das Ilhas de mais de 12 anos e de menos de 25, casada ou solteira, se darão 2\$400 réis de ajuda de custo, e aos casais que levarem filhos se lhes darão por de os vestir mil réis por cada filho, e logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dar a cada casal uma espingarda, 2 enxadas, 1 enxó, 1 martelo, 1 facão, 2 facas, 2 tesouras, 2 verrumas e 1 serra com a sua lima e travadeira, 2 alqueires de sementes, 2 vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que entender bastar para o sustento, que são três quartas de alqueire por mês para cada pessoa, assim dos homens como das mulheres, mas não as crianças que não tiverem sete anos, e aos que tiverem até 14 anos se lhes dará quarta e meia para cada mês [...]".

<sup>17</sup> Os estudiosos do assunto não são unânimes quanto ao número de imigrantes açorianos e madeirenses alistados, bem como sobre quantos deles aportaram no litoral catarinense entre 1748-1756. Aqui trabalhamos com os dados apresentados por Walter Piazza, os quais, devido à quantidade de documentos apresentados, parecem muito bem fundamentados. No entanto, o autor mesmo ressalta que novos documentos podem trazer novos dados.

<sup>18</sup> Alguns "casais" foram conduzidos para Rio Grande de São Pedro, onde se estabeleceram.

<sup>19</sup> Pela Provisão Régia de 09.08.1747, ficava estabelecido que os colonos açorianos e madeirenses que chegassem a Ilha de Santa Catarina deveriam recebidos pelo governador da Capitania de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes, que fora incumbido de receber os imigrantes e providenciar a eles: alojamento, agasalhos, alimentação, ajuda de custo, animais, espingardas, sementes, ferramentas e utensílios, assistência médica e espiritual, as terras que lhes cabiam (¼ de légua em quadro) para dar início às culturas e tudo mais que fora prometido no edital afixada nas ditas ilhas do Atlântico e que incentivaram a imigração. As instruções recomendavam, ainda, a fundação de povoados, tanto na Ilha de Santa Catarina como nas terras adjacentes, onde se estabeleceriam pouco mais de 60 casais. Em cada povoado devia-se

Economicamente, porém, a colonização inicial do litoral catarinense não teve êxito, fundamentalmente devido ao relativo isolamento da região. Mesmo assim, os colonos ilhéus, mantendo suas tradições, desenvolveram a pesca, em especial a pesca da baleia e a produção de óleo deste cetáceo, atividades que, diante da conjuntura depressiva do comércio ultramarino português, ganhou grande importância, integrando, de fato, a economia catarinense ao circuito econômico colonial.

Na agricultura, mesmo em terras menos férteis que as suas de origem, os imigrantes, dentro de um sistema fundiário baseado na pequena propriedade familiar, dedicaram-se à cultura de diferentes gêneros de primeira necessidade, entre eles a cana-de-açúcar, milho, arroz, feijão, café, ovos, batata-doce, frutas e legumes variados, destacando-se, desde o início, a mandioca, cuja farinha constitui-se, posteriormente, no principal produto de exportação. Somam-se a estas atividades, a produção artesanal de móveis, ferramentas e utensílios domésticos, a produção do melado, aguardente e alguns têxteis de algodão e linho (CABRAL, 1968; PIAZZA, 1983; LUZ, 2000).

No que diz respeito à atividade têxtil, Américo da Costa Souto enfatiza que, embora a qualidade não fosse das melhores, a produção de tecidos de algodão e linho catarinense chegou a ser exportada para o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Entretanto, as políticas restritivas da Metrópole sobre as manufaturas prejudicaram a economia da região (CEAG/SC, 1980). Na mesma linha, Walter Piazza, com base nos dados do Quadro 1, observa “que o crescimento deste tipo de atividade, apesar de artesanal, supriria as necessidades da população catarinense, não fosse o malfadado Alvará de 05 de janeiro de 1785, que mandava extinguir no Brasil a tecelagem” (PIAZZA, 1983, p. 154).

---

reservar ½ légua em quadro para o assento de logradouros públicos e um quadrado de 500 palmos de face para a praça, onde se edificaria a igreja. A rua ou as ruas deveriam ser demarcadas pelo menos com 40 palmos e por elas e nos lados da praça se poriam as moradas, deixando lugar suficiente para os quintais. Em cada povoado, os primeiros casais, com o menor prejuízo de seu próprio interesse, deveriam armar choupana e taipas nos lugares vizinhos, para que se pudessem acomodar os casais que chegariam mais tarde, os quais, sucessivamente, também iriam preparar cômodos aos que lhes seguirem, de modo que os moradores de cada lugar sejam obrigados a armar para os outros o mesmo cômodo que a eles se preparou. “Algumas das graças concedidas àqueles colonos pela indicada Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 foram por outras subsequentes ampliadas depois, com as quais muitos melhoraram as circunstâncias daquela colônia, e se promove o aumento da sua população e agricultura (BRITO, 2008, p. 72).

Quadro 1 – Número de Teares e Produção Têxtil na Capitania de Santa Catarina em 1755

Freguesias	Teares	Panos de Linho e de Algodão*	Panos de Algodão Puro*
N. Sra. do Desterro	50	5.439	631
N. Sra. da Conceição da Lagoa	52	6.283	202
N. Sra. das Necessidades	32	592	5.180
São Miguel da Terra Firme	27	1.188	1.780
São José	53	6.020	2.080
N. Sra. do Rosário da Enseada	24	291	1.717
Santa Anna	30	4.264	661
<b>TOTAL</b>	<b>268</b>	<b>24.077</b>	<b>12.251</b>

\*Total em varas, o que equivale a “cinco palmos” ou 1.10m

Fonte: Piazza, 1983, p. 154.

Nota-se que as observações destes dois importantes historiadores catarinenses opõem-se à autorizada análise de Celso Furtado, quem, ao tratar do fluxo da renda na economia mineira, diz:

o decreto de 1875 proibindo qualquer atividade manufatureira não parece haver suscitado grande reação, sendo mais ou menos evidente que o desenvolvimento manufatureiro havia sido praticamente nulo em todo o período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira (FURTADO, 2003, p. 85).

O autor ainda ressalta que uma vez estabelecidos os centros urbanos, o desenvolvimento de atividades manufatureiras, mesmo que em níveis inferiores, poderiam expandir-se na etapa subsequente, de dificuldades de importação.

Tendo em vista que no final do século XVII, Santa Catarina ainda não apresentava um centro urbano plenamente constituído, e que a renda na Capitania era relativamente menos concentrada, seu mercado apresentava potencialidades ainda maiores, ratificando, deste modo, as observações de Souto (1980) e Piazza (1983).

Em meados do século XVIII, um importante incremento populacional, decorrente do aumento do contingente militar, naturalmente, provocou um acréscimo no consumo na Ilha de Santa Catarina, exigindo, de tal modo, o aumento da produção e comercialização de mercadorias. Assim, “a economia de simples subsistência adquiriu caráter mercantil” (CEAG/SC, 1980, p. 49), com o

excedente sendo destinado, basicamente, à manutenção das tropas e da burocracia administrativa local. Posteriormente, devido, sobretudo, à pesca de baleia e, também, a um sensível incremento na produção agrícola, especialmente da farinha de mandioca, o litoral catarinense integrou-se, definitivamente, ao contexto econômico colonial, o que estimulou suas atividades na direção da economia de mercado (CEAG/SC, 1980).

Contudo, a produção modesta, com base na pequena propriedade familiar, e desvinculada do lucrativo comércio colonial agro-exportador, prejudicou o desenvolvimento da pequena produção mercantil açoriana, bloqueando, desta maneira, possíveis incrementos capazes de impulsionar a economia local. Por outro lado, a ausência de uma maior dinâmica capitalista na produção ilhoa indica, a despeito da diferenciação no interior do processo produtivo, que a acumulação era pulverizada, com exceção talvez da pesca de baleia, cuja atividade era monopolizada e financiada pelo capital comercial português. Nas outras atividades, a ausência de grandes fortunas, de modo geral, inibiu o emprego da mão-de-obra escrava em larga escala, como observa Cardoso (2000, p. 44):

O escravo negro [...] teve um papel muito reduzido na atividade econômica de Santa Catarina, constituindo um coeficiente relativamente pequeno da população da Capitania: por causa do desenvolvimento econômico da área no período colonial [...], não emergiu nenhum setor importante de produção onde fosse compensador a inversão de capitais na mão-de-obra escrava, e não houve, por esta mesma razão, a acumulação de riquezas que permitissem a criação de novas fontes de produção.

Deve ser destacado que se no início do processo de ocupação econômica do território catarinense não se desenvolveram as condições necessárias e suficientes para a acumulação de riqueza, também se restringiu o montante a ser apropriado por um determinado grupo ou indivíduo em detrimento da maioria, o que, se constitui num obstáculo à concentração da renda e, portanto, da geração da desigualdade. Por consequência, limita-se o desenvolvimento de mecanismos capazes de reproduzir grandes desigualdades categoriais, como por exemplo, a discriminação baseada na cor da pele. Nestas condições, como observou Saint-Hilaire em sua passagem por Santa Catarina em 1820,

[...] a população branca [...] não acha que seja desonra cultivar a terra com as próprias mãos, e são os brancos que no Desterro exercem todos os misteres. Numa parte da Província de Minas, onde a brancura da pele estabeleceu uma espécie de nobreza, e onde os homens de cor são os que trabalham, constituem estes a classe popular. Em Santa Catarina esta mesma classe se compõe de brancos (SAINT-HILAIRE *apud* PEDRO, 1988, p. 18).

É verdade, entretanto, que no início do século XIX notava-se na Ilha a presença de alguns poucos abastados e endinheirados, gente que ganhava dinheiro no comércio e transporte de mercadorias, uma classe que emergia no panorama social de Desterro: os comerciantes. A este grupo, juntavam-se os militares de carreira e os funcionários da alta administração pública. Todos aplicavam parte de seu dinheiro na compra de escravos, os quais eram empregados, essencialmente, nos serviços domésticos (CABRAL, 1968).

Assim sendo, o escravo em Santa Catarina, embora fosse empregado em pequena escala, constituiu-se, a exemplo de outras regiões do Brasil, em elemento fundamental à distinção social. Porém, como destaca Paulo José Miguel de Brito<sup>20</sup>, por volta de 1810, a população cativa em Santa Catarina representava menos de 1/3 da população livre da Capitania, o que, segundo o autor, era um diferencial, visto que relação menor não era observada nas demais Capitanias do Brasil. Como exemplo, o autor faz referência à Capitania do Espírito Santo, onde, à época, o número de cativos era superior a população livre. Também cita às Capitanias de Goiazes e São Paulo, onde o número daqueles representava, respectivamente, algo em torno de 70% e 30% do número destes (BRITO, p. 107, 2008).

Constata-se, então, que a colonização do litoral catarinense diferenciou-se, em vários aspectos, do padrão adotado por Portugal na ocupação de suas terras na América. Por um lado, a vinda dos imigrantes era, de modo geral, organizada, buscando dar certa estabilidade aqueles que nas novas terras se estabeleciam. Por outro, desvinculada da economia exportadora escravista, a organização econômica e social foi, predominantemente, de subsistência e

---

<sup>20</sup> Foi ajudante de ordens do governo da Capitania de Santa Catarina entre 1805 e 1817 e suas observações sobre esta Capitania estão contidas no livro intitulado, *Memória Política da Província de Santa Catarina*, publicada pela primeira vez em 1829.

fundamentada na pequena propriedade familiar e cedo adquiriu caráter mercantil. Demais, a renda era menos concentrada, visto que onde o trabalho escravo era diminuto e a população livre era maior.

A colonização açoriana no século XVIII foi, deste modo, um empreendimento único na Colônia e apresenta desde o início uma distribuição mais equilibrada dos meios de produção (terra, instrumentos, etc.) entre os colonos, que, de modo geral, também gozam dos direitos dos súditos da Coroa portuguesa, embora fossem preservadas as hierarquias sociais da sociedade portuguesa com as desigualdades que lhe são inerentes.

#### **4.2.2 A Ocupação do Planalto**

Ao longo do século XVIII, diante da inteligência estratégico-militar e dos interesses econômicos de Portugal nas províncias platinas e nas estâncias do Continente de São Pedro, a região de “Campos de Lages”<sup>21</sup> ganhou importância, pois além de marcar a ocupação portuguesa, permitia fazer frente às Missões Castelhanas e, assim, restringir o avanço dos espanhóis confinantes. Esta seria, segundo Licurgo da Costa, a razão fundamental da colonização do Planalto Catarinense<sup>22</sup>.

Ao contrário da estratégia de defesa do litoral, a base pela qual se deu a empresa colonizadora no Planalto foi, de modo geral, análoga à colonização do nordeste brasileiro, contribuindo para isto a grande extensão dos campos e as próprias exigências da economia colonial. A posse e a propriedade da terra decorreram de simples doação, na forma de sesmaria, que, como se sabe, não favorecia a todos indistintamente, mas às pessoas destacadas, de posses, que fossem capazes de povoá-la e fazê-la produzir. Assim sendo, os que requeriam terra deveriam provar possuir família numerosa, gado e escravos, principalmente estes, bens

---

<sup>21</sup> Conforme Peluso Jr. (1991), a área denominada de “Campos de Lages” é a principal das três sub-regiões que compõem o Planalto Catarinense. As demais sub-regiões são o Planalto de Curitiba e o Planalto de São Joaquim.

<sup>22</sup> “Durante noventa e sete anos, de 1680 a 1777, Portugal em guerra intermitente, ou quase permanente, com a Espanha, lutou por se fixar na Colônia de Sacramento. E esta longa beligerância ameaçava estender a luta para outras áreas das possessões portuguesas, vizinhas, sobretudo a partir dos Sete Povos das Missões. A fronteira Sul do Vice-Reino do Brasil começava, praticamente no Rio Pelotas e seguia pelo Uruguai. E ali, naquelas paragens planejou o Governo de Lisboa fundar uma ou mais povoados para enfrentar os possíveis atacantes, cujo insaciável apetite conquistador obrigava Portugal a manter-se em permanente vigilância” (COSTA, 1982. p. 24).

que, à época, poderiam, de fato, dar valor a terra, que, abundante, era quase um bem livre e por isso pouco custava (LUZ, 2000).

Convém observar que o valor monetário da terra difere, e muito, do seu valor social. Símbolo de status e poder, a terra constituiu a base do processo de organização política e econômica, assim como a própria estratificação social no Planalto Serrano. Porém, foi a pecuária que conduziu esse processo.

A expansão progressiva da atividade pastoril exigia, por sua natureza, áreas cada vez maiores, transformando, desta maneira, grande parte das terras férteis em áreas de pastagem, o que, de modo geral, restringiu a atividade econômica da região à criação e outras atividades associadas, como, por exemplo, a extração do couro e a produção do charque, as quais absorviam quase toda a atividade do homem do Planalto. A agricultura tornou-se assim atividade subsidiária e complementar, tal como o era no Nordeste em relação à agromanufatura do açúcar.

No que se refere à população, a Vila de Lages funcionava como centro de irradiação, concentrando na sua extensão os primeiros núcleos de povoamento, compostos, originalmente, por fazendeiros e tropeiros paulistas que, com suas famílias, bugres gentios escravizados, escravos negros e homens livres de diversos matizes, dedicaram-se à pecuária. A esta população, juntaram-se posteriormente outros fazendeiros, com seus familiares, agregados e escravos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e Paraná. A estes se somaram outros homens livres e pobres, também geralmente vindos do Rio Grande, uns fugidos, outros buscando melhores condições para si e seus descendentes. Impedidos de ter acesso à terra, essas pessoas buscaram integrar-se ao latifúndio como “moradores”, cultivando para sua própria subsistência em troca de alguns dias de trabalho na lavoura do fazendeiro ou integrando a sua milícia (PIAZZA, 1994; MACHADO, 2004).

Contudo, “a população sempre foi rarefeita na região, pois a fazenda exigia uma concentração de mão-de-obra relativamente pequena” (SANTOS, 1977, p. 55). No que se refere especificamente à mão-de-obra escrava, Oswaldo Cabral observa que no processo de formação socioeconômica de Santa Catarina não se encontra domínios na mesma categoria daqueles latifúndios existentes mais ao norte, não se encontra, diz ele, “nenhuma produção em larga escala, nenhum trabalho intensivo a exigir o maior emprego escravo [...] para o seu internamento e aproveitamento no latifúndio” (CABRAL, 1970, p. 205).

Em que pese à avaliação de Cabral, o latifúndio, em Santa Catarina, não se converteu em grande domínio, pois não se constituiu na

célula orgânica da sociedade catarinense, não reproduzindo, assim, os mecanismos de exclusão observados em outras regiões do país, como a exploração do trabalho escravo.

No entanto, vê-se na Tabela 10 que a progressiva redução na participação relativa do escravo na população do Planalto, deveu-se pelo crescimento da população livre, que aumenta justamente na década de 1850, quando já tinha sido abolido o tráfico internacional. Em números absolutos, a população cativa cresce até o fim da década de 1850, sendo que na média do período 1852-1887, o número de escravos é semelhante ao observado em 1857. Resta saber, porém, até que ponto esses números podem estar equivocados, visto que as condições para reposição e expansão do contingente escravo haviam sido dificultadas devido ao encarecimento da mão-de-obra cativa, reflexo da assinatura da Lei Eusébio de Queiros (1850). Poder-se-ia pensar então, que a expansão no número de cativos após o fim do tráfico africano possa ter ocorrido, em parte, graças ao crescimento vegetativo da escravaria, porém, como observa Machado (2004, p. 66), “no planalto, a maior parte da população de origem africana era nascida livre ou liberta”. Assim sendo, supõe-se que o aumento no contingente de escravos nos “Campos de Lages” na segunda metade dos oitocentos, decorre do movimento de expansão da atividade pecuária na região, o que levou muitos gaúchos, paulistas e paranaenses a migrarem para Planalto Serrano, levando consigo seus escravos.

De qualquer maneira, Walter Piazza, utilizando-se de fontes anteriormente desconsideradas pela historiografia catarinense, constata, a exemplo de Santos (1977), Costa (1982), na região de Campos de Lages o número de escravos era muito pequeno em relação à propriedade fundiária, de pecuária extensiva (PIAZZA, 1999).

Contudo, não se pode desconsiderar que a organização econômica e social em torno do latifúndio pastoril representava a forma natural de apropriação e concentração da riqueza e, também, consolidação de estruturas de diferenciação, pois o caráter patriarcal e escravista das relações de produção impunha limites à divisão social do trabalho. Nesse sentido, Celso Furtado observa que diante do isolamento, da quase total ausência de autoridade pública, a posição social do senhor de latifúndio é reforçada, uma vez que somente ele é capaz de assistir o colono. Ademais, diz ele, “onde já não existe a lei persistem o costume e a norma da terra. O grupo social apelará sempre para uma autoridade que lhe resolva os conflitos internos” (FURTADO, 2001, p. 131).

Tabela 10 – “Campos de Lages”: evolução da população (1840-1887)

Anos	Branços e Libertos	Escravos	População Total	% Escravos
1777	257	114	371	30,73%
1778	441	181	622	29,10%
1789	-	-	570	-
1790	-	-	550	-
1792	-	-	685	-
1794	-	-	829	-
1798	460	138-24	598	23,08%
1801	-	136	-	-
1808	723	155	878	17,65%
1840	-	290	-	-
1852	-	603	-	-
1854	4.756	1.157	5.913	19,57%
1855	5.323	1.167	6.490	17,98%
1856	5.597	1.195	6.792	17,59%
1857	5.874	1.254	7.128	17,59%
1858	6.107	1.304	7.411	17,60%
1859	7.103	1.677	8.780	19,10%
1860	4.738	1.076	5.814	18,51%
1861	7.030	1.438	8.468	16,98%
1862	7.662	1.405	9.067	15,50%
1863	7.948	1.405	9.353	15,02%
1864	7.910	1.496	9.406	15,90%
1872	11.455	1.330	12.785	10,40%
1882	-	1.522	-	-
1883	-	1.233	-	-
1884	12.835	1.197	14.032	8,53%
1886	-	1.076	-	-
1887	-	1.064	-	-

Nota: No ano de 1860, diferentemente dos outros anos do período 1854-1864, não foram registradas as populações das freguesias de Curitibaanos, Campos Novos e Baguais, o que explica o forte declínio na população total naquele ano, que, já em 1861, voltou a apresentar a mesma tendência de crescimento verificado nos anos anteriores.

Fontes: APESC. *Ofícios diversos do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1842 a 1869)*; Relatórios de Presidentes da Província. Disponível em: [www.crl.edu/content/provopen.htm](http://www.crl.edu/content/provopen.htm); IBGE. *Recenseamento do Império de 1872*; PIAZZA, 1999. p. 114,115, 120; COSTA, 1982, p. 181,742.

Conclui-se, assim, que o latifúndio constitui-se na principal instituição de organização da vida social do Planalto Catarinense, uma vez que o acúmulo e o controle da terra tornam-se um instrumento poderoso, limitando a criação dos direitos e oportunidades econômicas e políticas, o que favoreceu a reprodução das condições iniciais, mantendo estável a desigualdade. Porém, pela própria natureza da atividade econômica – a pecuária extensiva – o trabalho escravo sempre foi empregado em pequena escala e a posse do cativo não era elemento fundamental à distinção social. Tanto o cativo, como o silvícola e os homens livres e pobres eram submetidos, igualmente, ao poder do senhor de latifúndio (MACHADO, 2004).

Portanto, ao longo do período que vai de meados do século XVIII à metade do século XIX, não se verifica na ocupação do Planalto, e, mesmo do Litoral Catarinense, o latifúndio e emprego intensivo do trabalho escravo, cuja combinação é responsável pela criação de grandes desigualdades, que tendem a se reproduzir através de mecanismos institucionais extremamente excludentes, geralmente forjados no processo inicial de formação social.

## **5 RAÍZES HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE EM SANTA CATARINA: IMIGRAÇÃO E FORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS E ECONÔMICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

À luz das sublevações revolucionárias do final do século XVIII (Declaração de Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa e Revolução Industrial) a sociedade e a civilização ocidental passaram por grandes transformações ao longo do século seguinte, principalmente no que se refere à política e ideologia.

No Brasil, os efeitos do liberalismo econômico e ideológico-cultural serão observadas, por exemplo, na Proclamação da Independência (1822), na Lei Eusébio de Queiros (1850), e na Lei de Terras e Colonização (1850). Porém, a dicotomia presente no processo de inclusão e exclusão, retardará os efeitos dessas importantes medidas, que marcam uma profunda mudança institucional no Brasil. O que segue, é uma análise dos impactos destas transformações estruturais na formação social e econômica de Santa Catarina.

### **5.1 A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO INTERNCONTINENTAL DE ESCRAVOS**

Diante da resistência do Parlamento brasileiro em fazer valer os termos da Convenção de 23.11.1826<sup>23</sup>, os britânicos, mesmo com a promulgação da Lei de 04.11.1831, a qual, no seu art. 1º, declarava livres todos os escravos que entrassem no território brasileiro e determinava, no seu art. 3º, a aplicação de penas a quem infringisse a citada Lei, no seu furor antiescravista, considerando perpétua a declaração de pirataria do artigo primeiro do acordo de 1826, promulgaram, em 1845, Ato Bill Aberdeen<sup>24</sup>, intensificando assim a pressão para o fim do tráfico intercontinental de escravos.

Contudo, “o anseio do lucro foi maior que o medo das represálias” (MORAES, 1933, p. 45) e, assim, entre 1845 e 1849, registra-se um substancial incremento no número de africanos desembarcados no Brasil. Somente em 1850, após a promulgação da Lei

---

<sup>23</sup> Por este instrumento ficou estabelecido que no prazo de três anos o Brasil deveria abolir o tráfico de escravos, sob pena de ser considerado ato de pirataria e, como tal, seria severamente reprimida.

<sup>24</sup> Assinado em 08.08.1845, o Ato Aberdeen estabeleceu que os navios e súditos brasileiros suspeitos de se empregarem no tráfico de escravos deveriam ser investigados, ficando sujeitos aos tribunais ingleses.

Eusébio de Queiroz<sup>25</sup>, que se observa a queda nas importações, que tendo chegado a 54.000 em 1849, caíram para 23.000 após a Lei, e para pouco mais de 3.000 em 1851, e para apenas 700, no ano seguinte, conforme pode ser observado Tabela 11 abaixo.

Tabela 11 – Número de Africanos Desembarcados no Brasil

<b>Anos</b>	<b>N. de Africanos Desembarcados no Brasil</b>
1840	30.410
1841	16.000
1842	17.435
1843	19.095
1844	22.849
1845	19.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.287
1852	700

Fonte: Rio Branco, 1992, p. 112.

A suspensão do tráfico internacional acentuou o tráfico inter e intraregional de escravos. Este movimento, segundo Celso Furtado e Caio Prado Jr., deveu-se, sobretudo, pela decadência da economia açucareira ao mesmo tempo em que se registrava a expansão da lavoura de café.

O resultado da transferência da mão-de-obra escrava para os centros econômicos mais dinâmicos (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) foi a redução na população escrava em outras regiões do país, como, por exemplo, em Santa Catarina, cujo movimento está registrado no relatório de Francisco Carlos de Araujo Brusque, Presidente da Província. Nas suas palavras: “a população escrava [da Província de Santa Catarina] tem também diminuído em consequência de sua remessa para as nossas Províncias do norte, ou antes, para a Corte do Império” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1860).

<sup>25</sup> Por esta Lei, assinada em 04.09.1850, ficaram estabelecidas medidas para a repressão do tráfico de escravo no Brasil.

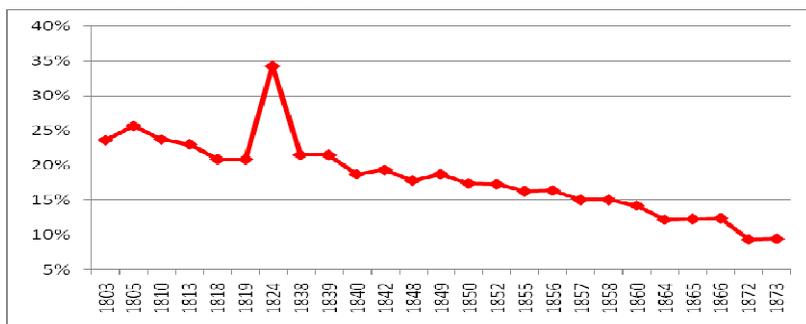
Essa transferência, diz Piazza (1999, p. 14-15), tinha um estímulo natural, pois

a Província de Santa Catarina possuía pequeno número de propriedades agrícolas de grande extensão, onde o braço escravo era utilizado nas atividades de produção, o que, de certo modo, estimula o processo de “recompra” de escravos para as áreas do país de economia de exportação desenvolvendo-se, então, um comércio interprovincial de escravos.

O autor ainda destaca: “foi a existência da pequena propriedade, predominante, que mais acelerou o alijamento do braço escravo do cenário agrícola catarinense” (PIAZZA, 1999, p. 83).

Assim, a abolição do tráfico trouxe importantes consequências à Província. Verifica-se (Gráfico 11) que tendo atingido seu ápice (34,21%) em 1824, a relação entre o contingente escravo e a população total de Santa Catarina assume uma tendência decrescente até alcançar, em 1872, quando se registra sua menor relação (9,38%). Evidentemente, a entrada de imigrantes alemães e italianos, iniciada com a fundação das colônias de São Pedro de Alcântara (1829) e Nova Itália (1836), e intensificada com a fundação de Blumenau (1850), Joinville (1851) e Criciúma (1880), contribuiu para o declínio da relação entre o número de cativos e a população total. No entanto, este contingente migratório e, conseqüentemente, o constante crescimento da população branca e livre, por si só, não explica o decréscimo da população escrava em Santa Catarina a partir de 1858 (Tabela 12).

Gráfico 11 – Evolução da Percentagem de Escravos na População de Santa Catarina (1803-1873)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 12.

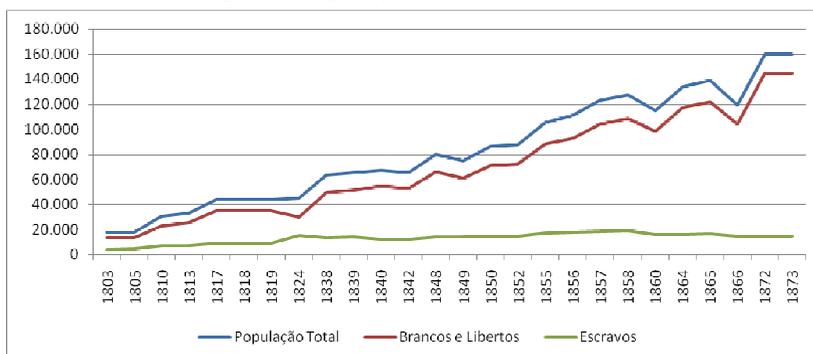
Tabela 12 – Santa Catarina: Evolução da População (1712-1887)

Anos	População Total	Branco e Libertos	Escravos	% Escravos
1712	500	-	-	-
1749	4.197	-	-	-
1774	9.058	-	-	-
1775	9.000	-	-	-
1787	16.177	-	-	-
1796	21.013	-	-	-
1800	21.068	-	-	-
1803	17.843	13.628	4.215	23,62%
1805	18.132	13.489	4.643	25,61%
1810	30.339	23.146	7.203	23,74%
1813	32.949	25.371	7.578	23,00%
1818	44.041	34.869	9.172	20,83%
1819	44.031	34.859	9.172	20,83%
1821	30.076	-	-	-
1824	45.410	29.877	15.533	34,21%
1838	63.624	49.966	13.658	21,47%
1839	65.638	51.576	14.062	21,42%
1840	67.218	54.638	12.580	18,72%
1842	65.280	52.700	12.580	19,27%
1845	72.814	-	-	-
1848	80.133	65.883	14.250	17,78%
1849	74.727	60.785	13.942	18,66%
1850	86.490	71.465	15.025	17,37%
1852	87.448	72.391	15.057	17,22%
1853	89.800	-	-	-
1854	107.000	-	-	-
1855	105.604	88.485	17.119	16,21%
1856	111.109	92.922	18.187	16,37%
1857	122.833	104.425	18.408	14,99%
1858	127.786	108.655	19.131	14,97%
1860	114.597	98.281	16.316	14,24%
1864	133.738	117.418	16.320	12,20%
1865	138.765	121.817	16.948	12,21%
1866	119.181	104.459	14.722	12,35%
1872	159.802	144.871	14.931	9,34%
1873	159.802	144.818	14.984	9,38%
1882	-	-	11.049	-
1884	-	-	8.261	-
1885	-	-	8.249	-
1886	-	-	8.240	-
1887	-	-	4.927	-

Fontes: APESC. Falas e Relatórios de Presidentes da Província; PIAZZA, (1999, p.12); IBGE. *Recenseamento de 1872*. Província de Santa Catarina.

No Gráfico 12, verifica-se que a curva de crescimento da população livre é muito semelhante à população total, enquanto que a participação da população escrava não afetou significativamente a curva global da população. Justifica-se tal movimento pela inexistência de um forte setor agro-exportador escravista, que tenderia a ampliar o contingente de cativo, alterando, assim, a configuração da curva de crescimento da população total, cujo movimento acelerado deve-se à colonização europeia, não portuguesa, iniciada no início do século XIX.

Gráfico 12 – Evolução da População de Santa Catarina (1803-1873)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Tabela 12.

Nota-se (Tabela 13) que, diferentemente do perfil da população escrava de outras regiões do país, onde predominava o escravo do sexo masculino, em Santa Catarina, em particular na Freguesia da Capital, importante parcela da escravaria era do sexo feminino, o que confirma que no território catarinense o braço escravo pouco era empregado nas atividades extrativas. Outra constatação é que o maior número de escravos da Província de Santa Catarina se encontrava no litoral, concentrando-se na Capital, sendo que nesta a maior concentração era no Desterro (Quadro 2), “o que é facilmente compreensível quando temos presente a intensidade da exploração do braço escravo nos serviços domésticos” (CARDOSO, 2000, p. 134).

Os dados do Recenseamento do Império, realizado em 1872 e sumariamente apresentados na Tabela 14, permitem uma análise detalhada do emprego da mão-de-obra escrava na Capital da Província.

Tabela 13 – Distribuição da População na Ilha de SC em 1872

Freguesias	Livres			Escravos			População Total
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Desterro	3.826	3.660	7.486	512	610	1.122	8.608
S. Antônio	1.255	1.346	2.601	224	190	414	3.015
Lagoa da Conceição	1.256	1.478	2.734	254	187	441	3.175
Ribeirão	1.331	1.391	2.722	138	137	275	2.997
Trindade	994	1.181	2.175	51	66	117	2.292
Canavieiras	1.748	1.721	3.469	256	129	385	3.854
Rio Vermelho	767	815	1.582	94	92	186	1.768

Fonte: IBGE. *Recenseamento do Império de 1872*. Província de Santa Catarina.

Tabela 14 – Ocupação dos Escravos na Ilha de Santa Catarina em 1872

Ocupações	Desterro		Ilha exceto Desterro	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Artistas	21	-	-	-
Pescadores	24	-	1	-
Marítimos	35	-	-	-
Costureiros	-	21	-	36
Criados e Jornaleiros	76	23	6	2
Operários Especializados	126	-	19	46
Domésticos	109	445	52	470
Lavradores	-	-	699	36
Sem Profissão	121	121	240	211
<b>Total</b>	<b>512</b>	<b>610</b>	<b>1.017</b>	<b>801</b>

Nota: Incluem-se em operários especializados os operários em madeira, edificações, vestuário, chapéus, calçados e tecidos.

Fonte: IBGE. *Recenseamento do Império de 1872*. Província de Santa Catarina.

Vê-se que, embora 23% dos cativos da Ilha de Santa Catarina aparecerem “sem profissão”, a maior parte deles (37%) estavam ligados ao serviço doméstico, cabendo às mulheres 85% dos postos. A concentração de chácaras e sítios no perímetro urbano favorecia a pequena atividade agrícola, a qual empregava 25% dos cativos da Ilha. As atividades especializadas empregavam 6% da escravaria, que também trabalhavam como criados e jornaleiros (4%), costureiros (2%), artistas (1%), pescadores e marítimos (2%).

No Desterro, registra-se uma concentração ainda maior da mão-de-obra escrava nas atividades domésticas (49%). As atividades especializadas, segunda maior ocupação dos escravos da Freguesia da Capital, empregavam 11% do contingente. Criados e jornaleiros (9%), artistas (2%), costureiros (2%), pescadores e marítimos (5%) completavam as ocupações cativas na Capital.

No setor urbano, incluíam-se, ainda, as atividades marítimas, justificando-se, desta maneira, o maior contingente escravo no litoral (ver Quadro 3). Não surpreende, diante do recrudescimento dos navios ingleses nos portos do Império, o fato de, em 1872, apenas 1,4% do total dos cativos serem empregados como pescadores e marítimos.

Outro fator ponderável deve ser notado. O decréscimo no número total de escravos da Província de Santa Catarina se deve por influência direta do aumento das alforrias, como decorrência das medidas adotadas pela Administração Provincial, que dentro do quadro de mudança da legislação brasileira, cumpria o intento de promover a abolição gradual. Assim, em 11.06.1869 é promulgada a Lei Provincial nº 627, que após regulamentação, em 28 de dezembro daquele mesmo ano, estabeleceu que a arrecadação auferida com a taxa de 120\$000rs incidente sobre o escravo que saíssem da Província, deveria ser aplicada, exclusivamente, na alforria de escravos.

Acelerando a marcha da abolição, os jornais catarinenses da época, notadamente “O Despertador”, que, dentre outros textos em defesa do escravo, publicou na edição de 06.04.1866 (quando o ideal abolicionista ainda era uma utopia) um artigo intitulado “A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre”. Noutro texto, este sob o título “O escravo”, publicado em 23.07.1867, o jornal colocou à sociedade catarinense as seguintes questões: “quando será que a liberdade seja uma verdade e não uma utopia; que as classes niveladas tornem os homens iguais em seus direitos? Até quando gerará o escravo de baixo do açoite anti-humanitário?” (O DESPERTADOR *apud* PIAZZA, 1999, p. 92)<sup>26</sup>.

Têm-se, pois, em Santa Catarina dois movimentos diferentes, porém profundamente interligados. Por um lado, dada as características assumidas no seu processo de formação socioeconômica, o território catarinense registrou, a partir do final dos anos 1850, um declínio gradual no seu contingente de escravos, que não era muito expressivo se

---

<sup>26</sup>Os ideais abolicionistas também estavam presentes no “O Argos da Província de Santa Catarina”, publicado inicialmente em 1856; “A Regeneração” (1868-1889); “O Abolicionista” (1884-1885); “A Voz do Povo” (1885).

comparado ao de outras regiões do Brasil. Esta menor expressão fazia com que os interesses escravistas fossem menos fortes no conjunto da sociedade, o que aumentava o peso relativo dos abolicionistas que favorecidos pela conjuntura anti-escravidão criada pelo fim do tráfico em 1850, expressavam aberta e enfaticamente suas idéias, as quais estavam intimamente ligadas aos ideais que conduziram a Revolução Francesa. Nota-se, porém, que os ideais abolicionistas propagados na sociedade catarinenses dificilmente ecoariam numa sociedade profundamente marcada pela escravidão.

Quadro 2 - Evolução Populacional das Freguesias da Ilha de Santa Catarina (1810-1972)

Freguesias	1810		1840		1855		1856		1859		1866		1872	
	Escravos	Total	Escravos	Total	Escravos	Total	Escravos	Total	Escravos	Total	Escravos	Total	Escravos	Total
Desterro	1.689	5.250	1.930	7.178	1.436	5.611	1.351	5.614	1.334		1.263	6.474	1.122	8.608
Santo Antônio	602	3.347	418	2.509	554	3.033	580	3.196	492		394	2.666	414	3.015
Lagoa da Conceição	599	2.370	677	4.235	118	2.888	394	2.877	394		479	3.025	441	3.175
Ribeirão	423	1.444	563	2.134	640	2.651	686	2.923	578		519	2.712	275	2.997
Canavieiras	-	-	345	1.961	347	2.275	331	2.338	314		323	2.641	385	3.854
Rio Vermelho	-	-	403	1.351	345	1.644	366	1.930	302	1.476	241	1.656	186	1.768
Trindade	-	-	-	-	252	1.811	270	2.038	183		197	1.925	117	2.292
Totais	3.313	12.411	4.336	19.368	3.692	22.564	3.978	20.916	3.597		3.416	21.099		

Fontes: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). *Ofícios diversos do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1842 a 1869)*. Relatórios de Presidentes da Província disponíveis em [www.crl.edu/content/provopen.htm](http://www.crl.edu/content/provopen.htm).

Quadro 3 – Distribuição da População na Província (1810-1872)

Anos	Municípios											
	Capital			São Francisco			Laguna			S. José		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
1810	9.158	3.313	12.371	4.165	623	4.788	5.006	1.377	6.383	-	-	2.808
1840	15.032	4.336	19.368	6.896	1.280	8.176	10.502	2.326	12.828	8.194	2.225	10.419
1852	16.069	4.486	20.555	9.167	1.312	10.479	15.888	3.087	18.975	12.582	2.780	15.362
1856	16.938	3.978	20.916	11.816	2.736	14.552	21.537	3.684	25.221	14.403	2.831	17.234
1859	16.348	3.597	19.945	13.528	3.948	17.476	30.232	3.310	33.542	13.474	2.225	15.699
1864	17.294	3.842	21.136	13.344	2.071	15.415	36.363	3.425	39.788	15.615	2.303	17.918
1866	17.683	3.416	21.099	13.685	937	14.622	20.180	3.228	23.408	18.283	2.319	20.602
1872	22.760	2.940	25.700	13.635	1.692	15.327	17.948	2.470	20.418	20.571	2.234	22.805

Continua

Anos	Municípios					
	S. Miguel			Porto Belo		
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
1810	-	-	-	-	-	-
1840	5.835	1.364	7.199	-	-	-
1852	6.972	1.639	8.611	7.276	1.639	8.915
1856	-	-	-	-	-	-
1859	8.702	963	9.665	11.343	1.197	12.540
1864	-	-	-	-	-	-
1866	-	-	-	-	-	-
1872	9.357	1.071	10.428	-	-	-

Fontes: APESC. *Ofícios diversos do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1842 a 1869)*. Relatórios de Presidentes da Província disponível em: [www.crl.edu/content/provopen.htm](http://www.crl.edu/content/provopen.htm). IBGE. *Recenseamento do Império de 1872*. Província de Santa Catarina.

## 5.2 LEI DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

A organização agrária que se estabelece com a doação de sesmarias no início do período colonial definiu um traço fundamental da estrutura fundiária do Brasil: o latifúndio. Com ele também se impôs outra instituição fortemente enraizada na sociedade brasileira: a escravidão. Esta relação era, pois, indissociável, uma vez que escravidão recriava o latifúndio e este só tinha sentido com a escravidão, sendo, assim, natural a presença destas duas instituições.

Entretanto, em 1842 diante das pressões inglesas para a suspensão do tráfico de escravos, o Governo Imperial solicitou à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado a elaboração de propostas referentes à regularização de terras. No ano seguinte, em discurso proferido na sessão de 24 de julho de 1843, o Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, assim defendeu o projeto elaborado por Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro<sup>27</sup>:

[...] um país onde há terrenos vastos, e uma população muito minguada, o meio mais eficaz de promover a colonização é encarecer as terras, de maneira que, sem impossibilitar aqueles que têm capitais para comprá-las possam tirar de sua cultura avantajados lucros, inibam, todavia aos colonos que não trazem outro capital senão os seus braços de se fazerem logo proprietários de terras e cultivá-las por sua própria conta. [...] queremos que d'ora em diante ninguém possa ocupar e trabalhar em terras devolutas, senão comprando-as do governo, queremos evitar que

---

<sup>27</sup> A inspiração do projeto fora a teoria de colonização de Edwar Gibbon Wakefield, que essencialmente prega a estipulação de um preço suficiente para impedir que os imigrantes se tornassem proprietários. As idéias de Wakefield foram, ironicamente, criticadas por Marx (2006, p. 881-891), que afirmou que “o grande mérito de E. G. Wakefield é ter descoberto não algo novo sobre as colônias, mas a verdade, nas colônias, sobre as relações capitalistas na mãe-pátria”. Na continuação, Marx destaca a idéia da colonização sistemática: “o imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente. Assim, constitui-se, com a venda de terrenos a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, um fundo extorquido do salário, com a violação da lei sagrada da oferta e da procura. O governo utilizaria esse fundo à medida que crescesse para importar pobres da Europa e assim manter cheios para os senhores capitalistas o mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, tudo seria pelo melhor, no melhor dos mundos possíveis. Este é o grande segredo da “colonização sistemática”.

trabalhadores livres, que nos vierem de outras partes do mundo possam chegar ao Brasil e em lugar de trabalhar por conta trabalhem para os proprietários de terras por algum tempo ao menos [...], achem logo terras devolutas que vão trabalhar por sua própria conta [...] e concorram assim para a ruína dos atuais proprietários que, por falta de braços, não poderão cultivar as terras que possuem. [...] outra vantagem [...] é dar ao governo meios de importar colonos que venham prestar serviços e trabalhos por conta dos proprietários que já existem, e que com o produto de seu trabalho acumulem um capital com que possam fazer fortuna e tornarem-se proprietários (ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1843, t. 2-3, p. 455 *apud* GADELHA, 1989, p. 158)<sup>28</sup>.

Fica evidente que a elite rural da época, base do Governo Imperial, buscava a manutenção de seus interesses, e para tanto, enfatizava a necessidade de valorização da terra, tornando-a de difícil acesso ao colono, sobretudo o estrangeiro, cuja força de trabalho foi amplamente requerida a partir de 1850, quando foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz.

Suspensão do tráfico internacional, a Lei de Terras e Colonização tornou-se urgente e necessária. E, assim, buscando garantir os interesses da elite rural da época, o projeto de 1843 foi reformulado e reapresentado na Câmara e no Senado, onde foi votado e aprovado em 18.09.1850, 14 dias após a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz.

O principal aspecto da Lei de Terras e Colonização foi a proibição de aquisições de terras devolutas por outro meio que não a compra (art. 1º). E aqueles que infringissem a Lei, se apossando de terras devolutas ou alheias, e nelas derrubassem matos ou lhes pusessem fogo, seriam despejados com perda de benfeitorias e sofreriam pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000 (art. 2º).

De acordo com a Lei, eram terras devolutas e, portanto, pertencentes ao Governo, todas as terras que não se encontrassem aplicadas em algum uso público ou em domínio de particulares, sob qualquer título legítimo ou legítimável. (art. 3º).

---

<sup>28</sup> No texto a autora fez a reprodução *ipsis litteris*, aqui a ortografia foi atualizada ao português corrente.

Quanto à colonização, o Governo ficava autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais conviessem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achassem emprego logo que desembarcassem (art. 18º). Os recursos para a importação de colonos estrangeiros viriam dos direitos de chancelaria (taxa e impostos) e da venda das terras devolutas, de que tratam os artigos 11 e 14 (art. 19º). Entretanto, quando a referida receita não for suficiente para cobrir as despesas com tal importação, o Governo poderia exigir anualmente os créditos necessários para as mesmas despesas (art. 20).

Nota-se um duplo interesse e, por consequência, duas orientações da Lei de Terras e Colonização:

uma oficial, quando o governo criou, ainda núcleos coloniais de estrangeiros e, outra, particular ou estimulada pelo próprio governo, que visava a obtenção de braços assalariados para trabalho agrícola nas grandes fazendas de café. Tal atitude, à primeira vista paradoxal, era, na verdade, resultante da contradição da conjuntura, ou seja, da necessidade de braços para a lavoura cafeeira em expansão e da necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência (AGAZZI *apud* BALDIN, 1999, p. 31).

Os interesses dos cafeicultores, portanto, contrariavam os interesses do Governo Imperial, que tendo em vista a extensa área de fronteira escassamente povoada da região sul do Brasil, propunha a formação de núcleos coloniais onde os imigrantes estrangeiros pudessem, de maneira livre e independente, trabalhar na suas próprias terras. Diante deste conflito de interesses, o Governo Imperial concedeu às Províncias do Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) o direito de “negociar diretamente com as Companhias Colonizadoras que através do **mercado da livre concorrência** se obrigavam, por contrato, a trazer os imigrantes-colonos da Europa para as suas regiões e localizá-los nas respectivas Colônias de fixação” (BALDIN, 1999, p. 33, grifo do autor).

Em suma, os interesses da elite fundiária do Império, seja por mão-de-obra, seja na restrição ao acesso a terra, constituíram-se no elemento central da Lei de Terra e Colonização, que, no bojo da crise do trabalho escravo, acentuou a já enorme desigualdade no acesso à terra. Esta, desde então, tornou-se uma mercadoria, que não mais podia ser concedida ou doada, porém ainda era um privilégio de poucos, sendo, assim, um instrumento poderoso no condicionamento da força de trabalho.

Contudo, a Lei de Terras representou uma importante mudança no marco institucional, na medida em que proibiu a distribuição de terras por meio de sesmarias, ocupação e posse. Desde então, a terra, o bem fundamental numa sociedade agrária, não pôde ser adquirida por qualquer outro título que não fosse a compra. Porém, a relevância da mudança não se deve tanto às suas diretrizes, e sim a seus efeitos, dentre os quais se tem a intensificação do estabelecimento de núcleos coloniais nas Províncias Meridionais, onde os imigrantes estrangeiros fundaram núcleos coloniais organizados a partir da pequena propriedade, cuja produção, limitada em escala, não comportava o emprego extensivo da mão-de-obra escrava, o que restringi a produção de grandes desigualdades.

Em Santa Catarina, os núcleos de colonização foram implantados, predominantemente, no Vale do Itajaí, na região nordeste e, posteriormente, no extremo sul. O que segue é uma análise dos efeitos da colonização no quadro socioeconômico e sócio-institucional de Santa Catarina. Busca-se, deste modo, encontrar a existência de forças moldadoras que, somadas à menor desigualdade na formação inicial, tornaram-se estruturas sob as quais se moldaram relações sociais mais equânimes, que, hoje, são percebidas nos diferentes indicadores de desigualdade.

### 5.3 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ E ITALIANA EM SANTA CATARINA

Ainda que não tenha alcançado, nas primeiras décadas do século XIX, resultados econômicos expressivos e até mesmo tenha fracassado em alguns casos, a colonização alemã e italiana em Santa Catarina<sup>29</sup>, revela uma importante mudança no padrão de colonização do país. Trata-se, como já destacado, de uma mudança institucional, inaugurada, em 1822, com a Independência. Anteriormente, esta mudança já era percebida em termos ideológicos, isto é, com o fim do Pacto Colonial, em 1808, a Coroa considerava que sua sede não poderia ser constituída, na sua maioria, por uma massa de escravos africanos; era, deste modo, necessário povoar o Brasil com gente branca, civilizada, culta e laboriosa, que pudesse trabalhar e produzir a riqueza necessária ao desenvolvimento, sustento e defesa do país.

Contudo, diante dos diferentes interesses representados no Senado, onde pesava a pressão dos grandes proprietários de terras, que, por motivos óbvios, eram, na sua maioria, contra a política de colonização baseada na concessão de terras a pequenos proprietários independentes, a partir de 1830, ficaram proibidas as despesas do Império com a colonização estrangeira. Apesar disso, a mudança institucional em curso foi ratificada nas leis, decretos e regulamentos que seguem a emenda constitucional de 12.08.1834, que, em seu artigo 11º, delegava às Assembléias Legislativas Provinciais a competência para promover a fundação de novas colônias de língua estrangeira.

Coube ao Governo da Província de Santa Catarina estabelecer as primeiras medidas para instalação dos primeiros núcleos de colonização estrangeiras. Nesse sentido, foram promulgadas uma série de Leis Provinciais, quais sejam: Lei nº. 11, de 05.05.1835, nº. 49 de 15.06.1836; Leis nº. 79 de 02.05.1837; e a Lei nº. 142 de 29.04.1840 (PIAZZA, 1994). Com estas medidas buscou-se, no interesse tanto ao governo imperial quanto da administração provincial, ocupar as áreas de povoamento escasso com colonos que fossem pequenos proprietários livres “que cultivassem as terras de mata com auxílio das respectivas

---

<sup>29</sup> A colonização alemã em Santa Catarina tem início com a fundação, no vale do rio Maruí, da colônia agrícola de São Pedro de Alcântara (1829). A ela seguiu-se a fundação, na mesma região, de outras colônias alemãs, entre elas Vargem Grande (1837), Piedade (1847) e Santa Isabel (1847). O primeiro núcleo italiano em Santa Catarina foi a Colônia Nova Itália, fundada em 1836 nas margens do rio Tijucas Grande.

famílias e que não estivessem interessadas nem no trabalho escravo, nem na criação de gado” (WAIBEL, 1958, p. 213).

Segundo Piazza (1994), embora muito tímidas, as medidas adotadas pelo Governo da Província expressam a sua mobilização na ação colonizadora, sendo este governo **“o primeiro, e até 1840, o único governo provincial a iniciar um programa de imigração”** (BROWNE, 1972, p. 78 *apud* PIAZZA, 1994, p. 89, grifo nosso); e, também, “definem, desde logo, a vocação de laboratório do processo colonizador brasileiro que caracteriza a terra catarinense do século XIX” (PIAZZA, 1994, 91).

Paralela as mudanças na legislação brasileira, notadamente apresentadas na Lei Eusébio de Queiroz e na Lei Terras e Colonização, ambas de 1850, as desfavoráveis condições sociais, econômicas e políticas da Europa Continental, especialmente, nos estados germânicos, transformaram-se em impulsos motivadores à emigração daquele país<sup>30</sup>.

A esta conjuntura, soma-se, também, o interesse de alguns particulares no negócio da colonização, que os levou a encontrar no Brasil Meridional condições naturais favoráveis à imigração européia: terra fértil e abundante, clima apropriado não só às suas culturas como aos seus hábitos; geografia próxima da que lhes era familiar; e, também, diminuto emprego do trabalho escravo, o que permitia a valorização e a prosperidade do imigrante.

Neste contexto, entre 1850 e 1900 ocorre uma importante transformação no quadro da população de Santa Catarina. De um lado, como já observado, há um constante declínio na população escrava da Província. De outro, acelera-se o ingresso de imigrantes, principalmente alemães e italianos, os quais estavam concentrados no Vale do Itajaí, nas colônias de Blumenau, Joinville e Brusque, e no caso específico dos italianos, no sul de Santa Catarina, mais precisamente em Criciúma, como se pode observar na Tabela 15<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Anteriormente, outro fator que influenciou no início a colonização alemã no Brasil foi o casamento de Pedro de Bragança e Bourbon (Dom Pedro I) com Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo (Dona Leopoldina), que pertencia à Casa de Habsburgo.

<sup>31</sup> Registra-se também a imigração, em menor proporção, de poloneses, suíços, noruegueses e austríacos, que se concentraram, basicamente, no Alto Vale do Rio Tijucas e no planalto norte.

Tabela 15 – Santa Catarina: população nos principais núcleos coloniais (1850-1900)

Ano	Blumenau	Joinville	Brusque	Criciúma	Total	% População Catarinense
1850	17	399	-	-	416	0,5%
1860	947	2.885	406	-	4.238	3,7%
1872	8.922	7.650	2.166	-	18.738	11,7%
1880	14.433	18.600	-	141	33.174	-
1890	27.752	13.996	8.094	274	50.116	17,7%
1900	35.421	18.587	9.105	1.200	64.313	20,1%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, vários anos; Piazza, 1994.

No conjunto, como efeito da imigração, entre 1850 e 1872 houve um acréscimo de 85% no total da população catarinense. A partir de 1877, com a fundação de núcleos coloniais no extremo sul da Província, a população que, em 1872, era de 159.802 habitantes saltou para 283.769 habitantes em 1890, crescimento de 78%. Este movimento permaneceu no período 1890-1900, no qual se registrou um aumento de 13% na população catarinense.

É importante salientar que devido à falta de recursos de alguns Governos Provinciais, estes se associaram a particulares para promover a colonização. Por consequência, das 270 colônias organizadas no Brasil entre 1840 e 1889, 78% eram particulares, 21% imperiais e 1% provinciais (GIRON, 1996, p. 20-28).

A importância das empresas colonizadoras e dos empreendedores individuais na colonização de Santa Catarina, pode ser observada na ação destacada do empreendedor alemão Hermann Bruno Otto Blumenau, o Dr. Blumenau, cuja importância é, assim, sintetizada por Sérgio Buarque de Holanda:

a colônia do Dr. Blumenau, a par das de São Leopoldo, Santa Cruz e Dona Francisca, é considerada a mais perfeita e melhor sucedida no Brasil. O nome de Blumenau entrou para a história como a quintessência do que seja a colonização baseada na pequena propriedade, tanto sob o ponto de vista econômico quanto cultural (HOLANDA, 1985, p. 235).

Empenhado na empresa colonizadora o Dr. Blumenau estudou os problemas e as condições inerentes à colonização e, em 1850, após

receber do governo provincial de Santa Catarina duzentos e vinte quilômetros quadrados de mata virgem, deu início, nas margens do Itajaí-açu, à fundação de um dos principais núcleos colonizadores de Santa Catarina: Blumenau.

A colonização, a distribuição das terras e toda a vida economia e social da Colônia do Dr. Blumenau foram organizadas a partir de um estatuto que ele mesmo elaborou. “Por meio deste estatuto, ele acabou implantando a pedra fundamental de uma nova organização social e econômica em Santa Catarina” (BLUMENAU, 1850, p.37)<sup>32</sup>.

A capacidade de organização desta sociedade é revelada pelo estabelecimento de associações, como, por exemplo, a Sociedade Cultural Alemã (*Deutscher Kulturverein*), fundada pelo Dr. Blumenau, em 1863, com a finalidade de organizar social e culturalmente a colônia e promover melhorias na produção agrícola. Para tanto, a associação promovia reuniões periódicas nas quais eram realizadas palestras sobre assuntos instrutivos, troca de idéias e consultas mútuas sobre problemas diversos e deliberações referentes a esses mesmo problemas. Nestas reuniões foram discutidos e definidos, por exemplo, o transporte adotado em toda a região e por onde seriam abertos os primeiros caminhos, conforme documentos disponíveis nos arquivos da Associação Cultural Alemã de Blumenau

Igualmente, no Nordeste da Província, nas terras do Príncipe de Joinville, na Colônia Dona Francisca (Joinville), cujo projeto fora elaborado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, promovia-se reuniões organizadas pela Sociedade Cultural Alemã, fundada naquela colônia por alguns colonos e comerciantes destacados. Todavia, anteriormente, nas reivindicações da Sociedade Colonizadora ao Governo Imperial Brasileiro, já é possível notar o caráter organizacional anglo-saxão, o respeito pelos direitos dos futuros colonizadores e o repúdio ao emprego escravo. Conforme observa Apolinário Ternes (1981, p. 93-94),

não apenas se planejava com antecedência a colonização, com se cuidava de todos os detalhes, objetivando-se garantir apoio e segurança para os imigrantes [...]. Não se cuidava apenas em trazer o elemento colonizador, mas em dar-lhe condições para se estabelecessem produtivamente no Brasil.

---

<sup>32</sup>O estatuto tratava da “regulamentação sobre terras, empréstimos, o valor das taxas a serem pagas pelos colonos, a utilização desta receita, a instalação de um Conselho Colonial e uma comissão para assuntos referentes à igreja e às escolas” (BLUMENAU, 1850, p. 37).

Isto é, não seria apenas a ocupação de espaços vazios, mas a implantação de “pólos de desenvolvimento”, de “grandes colônias”, como, aliás, eram conhecidas, as “colônias agrícolas” de Blumenau e Joinville.

Convém observar que o tamanho dos lotes, geralmente pequenos, não era delimitado pela legislação, mas por fatores econômicos. Primeiro, a maioria dos imigrantes tinha origem modesta, não possuindo grandes recursos financeiros. Segundo, o preço dos lotes não podia ser demasiadamente altos em comparação às terras devolutas vendidas em outras regiões da Província e, mesmo da região Sul, pois então não haveria mais interessados. Por fim, quanto maior o número de lotes, maior a receita das Sociedades Colonizadoras (WAIBEL, 1958; CABRAL, 1970; PIAZZA, 1983; TERNES, 1981).

Como consequência, o desenvolvimento econômico com base na pequena unidade familiar não permitiu, de início, a formação de grandes fortunas, restringido, deste modo, a criação de grandes desigualdades. Além disso, ainda que em algumas regiões, alemães, dinamarqueses, suíços e noruegueses, tenham trabalhado lado a lado, desde logo, a maior homogeneidade étnico-cultural também se constituiu num obstáculo à desclassificação social, seja pela cor da pele, seja pela formação intelectual e cultural. A semelhança organizacional também é outro importante mecanismo que inibi as grandes desigualdades, pois o estabelecimento de normas e regras de conduta, ou mesmo de códigos morais, tornam-se referencia à sociedade em formação, restringindo, deste modo, a criminalidade e a exclusão, por exemplo.

No tocante ao trabalho escravo, este era proibido<sup>33</sup>. Todavia, para além das disposições legais, nas colônias alemãs procurava-se

onerar o trabalho escravo, a fim de proporcionar melhores perspectivas aos trabalhadores livres e melhorar suas condições. No Rio Grande, [...] foi proibida aos imigrantes a manutenção de escravos, criando-se assim uma expectativa de que o flagelo da escravidão não vai atingir nem desmoralizar os teuto-brasileiros (BLUMENAU, 1850, p. 59).

---

<sup>33</sup> O Decreto Imperial nº 537, de 15.05.1850, aprovou o contrato que previa a fundação da colônia Dona Francisca, na Província de Santa Catarina, e no seu parágrafo 10, proibiu, explicitamente, o emprego do braço escravo na colônia.

Como conseqüência, limitava-se a diferenciação entre os trabalhadores ao mesmo tempo em que se fortalecia esta classe, como fica evidente no relato do Dr. Blumenau:

nesta colônia [Blumenau] os salários dos trabalhadores se conservaram sempre [...]. Sempre que eu quis baixar os salários, não havia trabalhadores, preferindo os colonos a trabalhar nas suas próprias terras (BLUMENAU *apud* SINGER, 1977, p. 101).

Nota-se, assim, que dentro de uma estrutura organizada a partir pequena propriedade, as relações sociais e econômicas das colônias alemãs em Santa Catarina, desenvolveram-se com o estabelecimento de regras, normas e direitos comuns, os quais têm suas origens no trabalho e esforço de toda da família e no espírito comunitário e solidariedade dos imigrantes e seus descendentes.

Igualmente, nas colônias italianas estabelecidas em Santa Catarina, prevaleceu o espírito de solidariedade coletiva. Este foi, sem dúvida, o elemento fundamental para a sobrevivência dos imigrantes no início da colonização do extremo sul da Província em 1877. Naquela região, em meio à floresta, onde poucos eram os caminhos, cada colono, após o recebimento oficial dos lotes e da distribuição das sementes e instrumentos para o cultivo, foi abandonado à própria sorte, contando, apenas, com o apoio dos familiares e de outros colonos (DALL'ALBA, 1983; BALDIN, 1999).

Após o transcurso do período mais crítico, o movimento colonizador de origem italiana expandiu-se rapidamente no extremo sul de Santa Catarina<sup>34</sup>. A produção familiar destinava-se à subsistência e o milho era o principal produto. Além do milho, produzia-se arroz, feijão preto, cana-de-açúcar, batatas, trigo, vinho, leite, queijos, frutas e hortaliças diversas. Desenvolveu-se também a pecuária de subsistência, especialmente a suinocultura, para extração da banha. O excedente era comercializado localmente, uma vez que a precariedade das vias de comunicação e a falta de meios de locomoção impunham-se como

---

<sup>34</sup> Assentadas a partir da pequena propriedade, onde predominava a produção agrícola familiar, foram fundadas, à época, diversas colônias, entre elas: Azambuja (1877), Urussanga (1878), Criciúma (1880), Cocal (1885), Nova Veneza (1890), Nova Belluno, atual Siderópolis, (1891) e Nova Treviso (1891).

obstáculos à exportação (CEAG/SC, 1980; DALL'ALBA, 1983; PIAZZA, 1994).

Nestas circunstâncias o mercador tornou-se elemento fundamental ao avanço econômico. Era ele quem abastecia a colônia com tecidos, ferramentas e produtos que ela não podia produzir, tais como sal, munição para caças, querosene e remédios, entre outros. As transações baseavam-se na simples troca ou por meio de crédito, ficando o colono obrigado a fornecer a sua produção exclusivamente ao negociante que lhes concedia o crédito (DALL'ALBA, 1983).

Nos tempos de boa colheita, o colono também cedia parte de sua produção ao mesmo negociante para que ele a comercializasse, inclusive em outras regiões. Houve, assim, por meio da pequena produção mercantil, um aumento na acumulação da renda<sup>35</sup>, que segundo Goularti Filho (1995, p. 19-20),

foi um dos motivos fundamentais para o surgimento de outras atividades, tanto comerciais como industriais, na Região Sul. Uma região com base na pequena produção mercantil dará mais condições para que vários pequenos proprietários acumulem, estabeleçam concorrência e prosperem.

Semelhante foi a trajetória dos imigrantes italianos estabelecidos no Vale do Itajaí. Desde logo, passaram a cultivar algumas de suas culturas mais tradicionais: arroz, amora e uva, com a conseqüente criação do bicho-da-seda. A técnica apurada, principalmente no que se refere à rizicultura e vinicultura, aliadas às semelhanças geográficas da região com a da de origem dos imigrantes e o maior desenvolvimento daquela área – onde encontram estradas já abertas, núcleos coloniais já estabelecidos, casas de negócios e pequenas indústrias – fizeram das colônias italianas do Vale importantes fornecedoras de produtos agrícolas, tanto na Província, abastecendo, principalmente, as colônias de Itajaí-Brusque e Blumenau, como também exportando parte do seu excedente (DALL'ALBA, 1983; PIAZZA, 1994).

Conjugado ao sistema colônia-venda, a criação e a organização de instituições de crédito incentivaram a produção e a atividade econômica no Vale do Itajaí. Como exemplo, pode-se citar a fundação,

---

<sup>35</sup> Parcimoniosos e frugais, os colonos conseguiam, ao final de uma no, guardar alguma economia, não sendo raro o “caso de famílias que chegavam ao fim do ano com reservas de 600 ou 800 mil-réis, correspondentes a 1.000 ou 1.500 libras” (DALL'ALBA, 1983, p. 170).

em 1869, da Sociedade de Consumo da Colônia de Blumenau, cuja finalidade era assistir o colono no processo de comercialização da sua produção. Deve-se notar que à época, poucos eram os mecanismos de financiamentos oficiais de apoio à ação e à produção individual. Assim sendo, esta e outras associações e, também, as casas de comércio, que funcionavam ao mesmo tempo como casas de crédito, foram elementos fundamentais na formação do complexo industrial da região.

No sul, a exemplo das colônias alemãs, os italianos também buscavam associar-se para superar os obstáculos naturais que lhes eram impostos. Em Nova Veneza, por exemplo, foi fundada, em 1894, a Sociedade Pátria e Trabalho, cujos fins eram: a fraternidade e o mútuo socorro entre os colonos, a fundação de escolas e igrejas nas sedes dos diversos núcleos; as práticas religiosas; a assistência aos enfermos e às famílias em dificuldades.

Tem-se, assim, a partir do sistema colônia-venda e da maior divisão social do trabalho, o lento e gradual desenvolvimento das colônias italianas em Santa Catarina, especialmente as do sul, que, a partir de 1915, receberam um importante incremento com a exploração carbonífera e com a indústria cerâmica. E a presença do imigrante italiano e de seus descendentes no progresso destes setores foi fundamental.

É também por esta época, no início do século XX, que ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande do Sul, completam a ocupação do território catarinense ao se deslocarem para a região do Vale do Rio do Peixe e planalto oeste. Dentro do mesmo regime de pequena propriedade, com produção diversificada e com o mesmo espírito e organização do trabalho, aqueles pioneiros tornaram produtivas as florestas incultas ao promoverem a exploração da madeira, o cultivo de gêneros alimentícios, a criação de aves e suínos e a produção de seus derivados, deram origem a duas grandes empresas, a Sadia e a Perdigão, fundadas, respectivamente, em 1940 e 1942.

Nesse conjunto, tem-se, portanto, que o sistema de colonização, baseado no regime de pequena propriedade e produção diversificada, a ausência do trabalho escravo, a solidariedade, a capacidade de organização social, a ideologia e a maior homogeneidade étnica e cultural dos imigrantes, especialmente os alemães e italianos, estabeleceram uma base comum de crenças e regras, as quais, de modo geral, restringiram grandes desigualdades. De modo semelhante, os códigos morais e éticos baseados em ideologias constituíram-se, por meio de um efeito legitimador, num importante obstáculo as grandes

desigualdades, principalmente às categorias. Esta afirmação pode ser constatada a partir da seguinte observação de Goularti Filho:

o surgimento de vários pequenos comerciantes e industriais nas zonas de colonização européia engendrou uma **acumulação pulverizada e uma concorrência mais acirrada**, permitindo a prosperidade de alguns capitalistas, em detrimentos de outros, gerando assim uma diferenciação social dentro da pequena propriedade (GOULARTI FILHO, 2002, p. 38, grifo nosso).

No que pese a observação de Goularti Filho, se a maior concorrência e a pequena propriedade não eliminam a desigualdade, tendem a restringi-la.

Enfim, o predomínio da pequena propriedade e do trabalho livre, a maior homogeneidade étnico-cultural<sup>36</sup> dos imigrantes que a partir de meados do século XIX ocuparam as terras catarinense e, mesmo, a transposição ou prolongamento das relações econômicas, políticas e sociais, a exemplo do que ocorreu nas economias australiana, canadense e estadunidense, estabeleceram-se, ao longo do processo de formação de Santa Catarina, num arranjo institucional legítimo e plenamente enraizado na sociedade catarinense, o que favoreceu a consolidação de uma estrutura social menos desigual.

---

<sup>36</sup> Deve ficar claro que a questão étnica é ressaltada porque uma maior homogeneidade, em princípio, diminui as chances de exclusão com base em preconceitos de cor e, também, limita que um grupo se aproprie dos recursos e das oportunidades em detrimento da maioria.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se avaliar evolução histórica da distribuição da renda em Santa Catarina. Constatou-se que entre 1981 e 2009, a desigualdade de renda no Estado catarinense foi, independentemente do indicador analisado, sistematicamente menor que a das outras unidades da federação e do que o Brasil como um todo. Daí decorreu a necessidade de verificar se a menor desigualdade observada seria uma característica do território catarinense ou apenas uma conjuntura, resultante de causas específicas. Porém, a falta de informações estatísticas que cubram um período histórico considerável constituiu-se um limitador importante à análise, demandando, assim, um esforço adicional para gerar dados ainda inexistentes.

A superação das limitações impostas pelos dados só foi possível pela adoção de uma *proxy* de renda, no caso, o PIB microrregional *per capita*. Esta aproximação justifica-se teoricamente pelo fato de que economias cujo principal fator de produção é o trabalho (como é o caso de Santa Catarina no período 1939-1980) apresentam forte correlação positiva entre o produto dos diferentes setores produtivos da economia (agricultura, indústria e serviços) e o total das despesas com a remuneração do trabalhador renda. Assim sendo, uma variação no PIB afeta, diretamente, a renda familiar.

Diante destes pressupostos foi possível avaliar a evolução da desigualdade de renda no território catarinense para o período 1939-1980. Para tanto, foram estimados três diferentes indicadores de desigualdade, quais sejam: os índices de Gini e L de Theil e o coeficiente de variação de Williamson.

Os resultados apresentados no Capítulo 2 mostraram que disparidade regional da renda no território catarinense entre 1939 e 1980 é relativamente baixa, confirmando a tendência observada no período 1981-2009. Tem-se, pois, que no período 1939-2009, a distribuição de renda em Santa Catarina é menos desigual que no Brasil como um todo. Ocorreu-nos, então, que a menor desigualdade de renda em Santa Catarina poderia ser uma estrutura do espaço catarinense.

Na ausência de dados quantitativos, buscou-se identificar elementos histórico-institucionais que permitissem validar nossa hipótese. Com base na literatura recente sobre os determinantes do desenvolvimento de longo prazo, a qual, através de estudos empíricos, mostra que há forte correlação entre as instituições determinadas no passado colonial e a persistência de níveis elevados de desigualdade,

buscou-se identificar no processo de formação de Santa Catarina os elementos que possam ter favorecido a construção de uma estrutura distributiva menos desigual.

A análise histórica realizada no Capítulo 3 mostra que o tipo de colonização, de povoamento, baseada na pequena propriedade familiar, o cuja produção limitada em escala, restringiu o emprego da mão-de-obra escrava, o que limitou a produção e, mesmo perpetuação, de grandes desigualdades.

Semelhantes são as observações do Capítulo 4, onde se buscou demonstrar as mudanças estruturais no Brasil e os reflexos na socioeconomia catarinense no século XIX. Notou-se que constituição da vida economia e social da Província de Santa Catarina basearam-se na pequena propriedade e na produção mercantil, o que não permitiu, de início, a formação de grandes fortunas e o distanciamento social. Também não se verificou o emprego extensivo do trabalho escravo, sendo este proibido em muitas das colônias. Como observado, a maior homogeneidade étnico-cultural também se constituiu como um obstáculo à diferenciação e desclassificação social ao estabelecer normas e regras comuns, criando, deste modo, uma base social mais estável e menos desigual na sua origem.

Cumprir observar que não foi possível averiguar os impactos reais dos destes elementos histórico-institucionais sobre a estrutura distributiva de Santa Catarina. Porém, estes elementos encontram-se em consonância com a literatura internacional amplamente e difundida, o que sugere um caminho a ser percorrido. A continuidade da investigação deverá, então, se concentrar em detalhar o quadro que aqui foi esboçado, buscando superar as limitações de uma pesquisa exploratória cuja abordagem para Santa Catarina é inédita.

## REFRÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the making of the Modern world Income distribution. **Quarterly Journal of Economics**, n. 117, 2002.

\_\_\_\_\_. Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: AGHION, P.; DURLAUF S. (Org.), **Handbook of Economic Growth, Amsterdam**: North-Holland, 2005.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A.; VERDIER, T. Kleptocracy and Divide-and-Rule: A model of Personal Rule. **Journal of the European Economic Association Papers and Proceedings**, v. 2, 2004.

ALONSO, José A. F. **Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul (1939-70)**. Porto Alegre: FEE. Siegfried Emanuel Heuser, 1986.

ASSUNÇÃO, Juliano J.; GOULART, Tomás F.; SOARES, Rodrigo R. **A Note on Slavery and the Roots of Inequality**. Mimeo. Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, Agosto, 2011.

AZZONI, C. **Concentração regional e dispersão de rendas per capita estaduais: uma análise a partir de séries históricas estaduais de PIB (1939-95)**. São Paulo: Estudos Econômicos, n. 27, 1997.

BACHA, E.; TAYLOR, L. **Brazilian Income Distribution in the 1960s: Acts, Model Results, and the Controversy**. Oxford: Oxford University Press, 1980, p. 296-342.

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular; Ed. da UFSC, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Inequality in Latin America: breaking with history?** Washington, abril, 2004.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. Os determinantes da desigualdade no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **IPEA, Economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996, p. 421-474.

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Determinantes da queda recente no grau de desigualdade de renda no Brasil**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2006

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P; DUARTE, R. P. N. **Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda**: Uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BONELLI, R. E; SEDLACEK, G. L. **Distribuição de Renda**: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G. L.; BARROS, R. P. **Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda**: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade meados dos anos 70. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 2, abr./jun., 1993.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BRANCALEONE, J. P. **A dinâmica e a complexificação urbana de São Bento do Sul**: Pólo Industrial Moveleiro. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geociências, Florianópolis: UFSC, 1999.

BRASIL, **Lei de Terras**, 1848. Disponível em:  
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 set. 2012.

BRASIL, **Lei de Terras**, 1850. Disponível em:  
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS>>. Acesso em: 10 set. 2012.

BRASIL, **Lei de Terras**, 1867. Disponível em:  
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 set. 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV a XVIII. v. 3, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRITO, P. J. M. **Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina**. Florianópolis: IHGSC, 2008.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1968.

CAMARGO J.; GIAMBIAGI, F. **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARDOSO, F. H.; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, F. H. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CAVALCANTE, Luiz R. M. T. Desigualdades regionais no Brasil: uma análise do período 1985-1999. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 3, p. 466-481, jul./set., 2003.

CARVALHO FILHO, Irineu de.; COLISTETE, Renato P. **Education Performance: Was It All Determined 100 Years Ago? Evidence From São Paulo, Brazil**. Economic History Association – 70 th Annual Meeting. Evanston, September 24-26, 2010.

CLARKE, G.R.G. More evidence on income distribution and growth. **Journal of Development Economics**, v. 47, 1996, p. 403-427.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA – CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (século XVII-1960)**. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

COSTA, Licurgo. **O continente das lagens: sua historia e influencia no sertão da terra firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

CUNHA, Idaulo J. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 1982.

\_\_\_\_\_. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil.** Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina.** (Documentários). Caxias do Sul; Porto Alegre; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.

DEININGER, K.; SQUIRE, L. **A New Data Set Measuring Income Inequality.** World Bank Economic, 1996. Review, 10, p. 565-591.

\_\_\_\_\_. Crescimento econômico e desigualdade de renda: reexaminando os vínculos. **Finanças e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. New ways of looking at old issues: inequality and growth. **Journal of Development Economics**, v. 57, p. 259-287, dez., 1998.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. **Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth Among New World Economies: A View from Economic Historians of the United States.** In: STEPHEN, H. **How Latin America Fell Behind, Stanford University Press, Stanford**, 1997, p. 260–304.

\_\_\_\_\_. Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies. National Bureau of Economic Research, **Working Paper**, n. 9259, 2002.

EASTERLY, W. **Inequality does Cause Underdevelopment: new evidence.** Center for Global Development. n. 1, Jun, 2002.

EASTERLY, W; LEVINE, R. Tropics, germs and crops: How endowments influence economic development. National Bureau of Economic Research, **Working Paper**, n. 9106, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder.** São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Francisco H.G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?** Texto para Discussão, Rio de Janeiro, 2000

FISHLOW, A. Brazilian size distribution. **American Economic Review**, v. 67, maio., 1972.

FISHLOW, A. **A distribuição de renda no Brasil: um novo exame.** Rio de Janeiro, 1973.

FORBES, K.J. **A Reassessment of the Relationship Between Inequality and Growth.** Cambridge: MIT, 1998.

FREIRE, G. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **Economia colonial no Brasil nos séculos xvi e xvii.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 2003.

GADELHA, Regina M. d'Aquino Fonseca, A Lei de Terras (1850) e a Abolição da Escravidão Capitalismo e Força de Trabalho no Brasil do Século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 153-162, jan./jul. 1989.

GALBRAITH, J. K. **A Sociedade Justa: uma perspectiva humana.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996

GANDRA, R. M. **O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90.** Texto para discussão, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

GIRON, L. S.; BERGAMASCHI, H. **Colônia: um conceito controverso.** Caxias do Sul: EDUCS, 1996

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Futura, 2002.

HADDAD, Paulo; ANDRADE, T. Almeida. Política fiscal e desequilíbrios regionais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 09-45, jan./maio, 1974.

HALL, R. E.; JONES, C. I. Why do some countries produce so much more than others? **Quarterly Journal of Economics**, v. 114, n. 1, p. 83-116, 1999.

HERING, M. L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição de Renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 2, 1972.

HOFFMANN, R. Evolução da Distribuição da Renda no Brasil, Entre Pessoas e Entre Famílias, 1979/86. In: SEDLACEK, G. L. e BARROS R. P. **Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: uma coletânea**, Rio de Janeiro: IPEA; 1989.

\_\_\_\_\_. **Distribuição de Renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Ed. da USP, 1998.

\_\_\_\_\_. Distribuição de Renda e Crescimento Econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 1, n. 41, jan./abr. 2001a

\_\_\_\_\_. Distribuição de Renda no Brasil: poucos com muitos, muitos com pouco. In: DOWBOR, L.; KILSZTJAN, S. (Orgs.). **Economia Social no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001b.

HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico**. São Paulo: Difel, 1985.

HUBENER, L. M. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

IBGE. **Censos Demográficos, 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2012.

IBGE. **Censos Econômicos, 1940; 1950; 1960; 1970; 1980.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2012.

IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil.** Nota Técnica, Brasília, 2006.

IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2012.

JIMENO, G. C. **Colonial Institutions and Long-Run Economic Performance in Colombia: is there evidence of persistence?** Documento CEDE 2005-59, 2005.

KAESEMODEL, M. S. M. **A Indústria Moveleira em São Bento do Sul - SC.** Dissertação (Mestrado) Departamento de Geografia, UFSC, Florianópolis, 1990.

**KIEFER, S. Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra. In:** BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um Alemão Nos Trópicos.** Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **The American Economic Review**, v. 45. n. 1, 1955.

LAGERLÖF, N. P. **Geography, institutions, and growth: the United States as a microcosm,** 2005.

LANGONI, C. A. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

LI, H.; H-F, ZOU. Income Inequality is not Harmful For Growth: Theory and Evidence. **Review of Development Economics**, v. 2, p. 318-334, mar., 1998.

LORENZ, M. O. Methods of measuring the concentration of wealth. In: SUBRAMANIAN, S. **Measurement of inequality and poverty**. New Delhi: Oxford India, 2001.

LUZ, A. A. **Santa Catarina**: quatro séculos de história (XVI ao XIX). Florianópolis: Insular, 2000.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias cablocas (1912-1916). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MAFRA, A. D. **A história do desenvolvimento da indústria do mobiliário (Região do Alto Vale do Rio Negro**: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre). Monografia (Especialização em História). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 1993.

MAMIGONIAN, A. A indústria em Brusque - SC e suas conseqüências sobre a vida urbana. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, 1960.

\_\_\_\_\_. Estudos geográficos das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 27, p. 389-481, jul/set 1965.

\_\_\_\_\_. Geografia das Industrias de Santa Catarina. Revista Geosul. (Org.). **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GEOSUL, 1986.

MICHELS, I. L. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico aos precatórios (1956-1997). Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998.

MEDEIROS, Marcelo. **Uma introdução às representações gráficas da desigualdade de renda**. Texto para discussão Brasília: IPEA, n. 1202. 2006

MONTIBELLER, Gilberto. A carência social no Estado de Santa Catarina. **Revista Atualidade Econômica**, ano. 5, v. 19, p. 6-9. Florianópolis: Departamento de Econômica, Ed. da UFSC, 1991.

MORAES, E. **A escravidão africana no Brasil**. São Paulo: Ed. Cia Nacional, 1933.

NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2000.

NERI, M. C. **Desigualdade de Renda na Década**. Rio de Janeiro: FGV/COS, 2011.

NORTH, D. **Structure and Change in Economic History**. Norton, New York, 1981.

\_\_\_\_\_. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

PASCHOAL, Apóstolo Pítsica. **A Capitania de Santa Catarina: alguns momentos**. Florianópolis: FFC; FCC; Ed. Lunardelli, 1993.

PEDRO, J. M. **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PELUSO JR, V. A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. FCC./ Ed. UFSC, 1991.

PNUD. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y El Caribe 2010**. Costa Rica, jul., 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/regional/featuredregionalreport/RHDR-2010-RBLAC.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

PIAZZA, Walter F. **O Escravo numa economia minifundiária**. Santa Catarina: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária, 1975

\_\_\_\_\_. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

\_\_\_\_\_. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

REDWOOD III, J. **Evolução recente das disparidades de renda regional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, Pesquisa e Planejamento Econômico, p. 485-550, dez. 1977.

RAMOS, L. **A Distribuição de Rendimentos no Brasil: 1976/85**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993

RAMOS, L.; REGIS, J. G. A. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, J.; GIAMBIAGI, F.. **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. (Orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RICHTER, K. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Blumenau; Florianópolis: Ed. FURB/Ed. UFSC, 1992.

RIO BRANCO, Barão. **Esboço da história do Brasil**. Brasília: FUNAG:IPRI, 1992

RODRIG, D.; SUBRAMANIAN, A.; TREBBI, F. Institutions Rule: The Primacy of Institutions over Geography and Integration in Economic Development. **NBER Working Paper**, n .9305, 2002.

SANTOS, S. C. **Nova história de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis, 1977.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHANKAR, Raja; SHAH, Anwar. **Bridging the economic divide within nations**: a scorecard on the performance of regional development policies in reducing regional income disparities. p. 1-55, 2001. Disponível em <<http://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/2717.html>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

SILVA, L. Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Ed. Nacional. 1977.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **Evolução social do Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1988.

SOKOLOFF, K. L.; ENGERMAN, S. L. **Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development among New World Economies**. National Bureau of Economic Research, Cambridge, n° 9259, Oct, 2002.

\_\_\_\_\_. **Colonialism, Inequality, and Long Run Paths of Development**. National Bureau of Economic Research, Cambridge, n° 11057, January, 2005.

SOKOLOFF, K. L. Institutions, factor endowments, and paths of development in the New World. In: KOCHENDORFER-LUCIUS; G.; PLESKOVIC, B. (Orgs.). **The institutional foundations of a market economy**. Berlin: German foundation for International development, 2000.

SOUSA, Nali de Jesus. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano. 11, n. 19, 1993.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville, uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981

TILLY, Charles. **Durable Inequality**. University of California Press, 1999.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/ CNG, 1958.

WALLERSTEIN, I. M. **The modern world-system IV: centrist liberalism triumphant, (1789-1914)**. The Regents of the University of California, 2011.

WILLIAMSON. J. Regional Iniquity and the process of national development: a description of patterns. **Economic development and cultural change**, v. 13, 1965.

**ANEXO I - Evolução do coeficiente de Gini (1981-2009)**

Brasil/Regiões/UF	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995
Brasil	0,58	0,59	0,60	0,59	0,60	0,59	0,60	0,62	0,64	0,61	0,58	0,60	0,60
<b>Região Norte</b>	<b>0,51</b>	<b>0,53</b>	<b>0,53</b>	<b>0,53</b>	<b>0,55</b>	<b>0,52</b>	<b>0,54</b>	<b>0,57</b>	<b>0,59</b>	<b>0,58</b>	<b>0,56</b>	<b>0,58</b>	<b>0,58</b>
Acre	0,51	0,55	0,57	0,62	0,54	0,50	0,57	0,60	0,54	0,54	0,56	0,55	0,58
Amapá	0,43	0,45	0,54	0,48	0,48	0,46	0,46	0,48	0,43	0,45	0,46	0,66	0,53
Amazonas	0,49	0,49	0,51	0,49	0,54	0,50	0,51	0,55	0,57	0,56	0,55	0,55	0,58
Pará	0,52	0,55	0,54	0,54	0,56	0,55	0,55	0,57	0,62	0,60	0,55	0,59	0,56
Roraima	0,46	0,47	0,48	0,50	0,49	0,46	0,52	0,56	0,58	0,53	0,55	0,54	0,59
Tocantins	0,44	0,42	0,39	0,39	0,50	0,44	0,46	0,59	0,47	0,54	0,53	0,53	0,43
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,59	0,53	0,63
<b>Região Nordeste</b>	<b>0,57</b>	<b>0,57</b>	<b>0,59</b>	<b>0,57</b>	<b>0,60</b>	<b>0,58</b>	<b>0,61</b>	<b>0,62</b>	<b>0,64</b>	<b>0,63</b>	<b>0,59</b>	<b>0,63</b>	<b>0,60</b>
Alagoas	0,54	0,52	0,55	0,55	0,56	0,56	0,58	0,57	0,62	0,57	0,58	0,63	0,64
Bahia	0,56	0,58	0,60	0,58	0,60	0,58	0,61	0,63	0,64	0,65	0,59	0,64	0,61
Ceará	0,59	0,61	0,60	0,58	0,62	0,60	0,62	0,65	0,66	0,63	0,61	0,63	0,62
Maranhão	0,54	0,50	0,56	0,52	0,50	0,54	0,53	0,55	0,59	0,56	0,53	0,61	0,58
Paraíba	0,57	0,59	0,59	0,54	0,61	0,58	0,61	0,63	0,65	0,66	0,59	0,65	0,62
Pernambuco	0,56	0,55	0,56	0,56	0,58	0,56	0,60	0,62	0,63	0,60	0,59	0,62	0,57
Piauí	0,56	0,57	0,54	0,60	0,65	0,59	0,66	0,65	0,66	0,67	0,62	0,62	0,59
Rio Grande do Norte	0,56	0,57	0,61	0,59	0,60	0,56	0,63	0,62	0,60	0,61	0,60	0,58	0,60
Sergipe	0,53	0,49	0,53	0,54	0,56	0,55	0,58	0,62	0,62	0,57	0,59	0,61	0,59
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>0,58</b>	<b>0,58</b>	<b>0,58</b>	<b>0,58</b>	<b>0,59</b>	<b>0,59</b>	<b>0,60</b>	<b>0,63</b>	<b>0,63</b>	<b>0,61</b>	<b>0,59</b>	<b>0,61</b>	<b>0,58</b>
Distrito Federal	0,58	0,59	0,59	0,60	0,60	0,60	0,58	0,60	0,61	0,59	0,60	0,62	0,58
Goiás	0,56	0,57	0,56	0,57	0,58	0,58	0,59	0,61	0,64	0,61	0,59	0,59	0,56
Mato Grosso	0,51	0,52	0,54	0,55	0,54	0,60	0,61	0,62	0,60	0,56	0,52	0,58	0,55
Mato Grosso do Sul	0,54	0,54	0,56	0,55	0,54	0,55	0,56	0,64	0,60	0,59	0,59	0,56	0,56
<b>Região Sudeste</b>	<b>0,55</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,58</b>	<b>0,61</b>	<b>0,58</b>	<b>0,55</b>	<b>0,57</b>	<b>0,57</b>
Espírito Santo	0,59	0,62	0,60	0,58	0,60	0,61	0,62	0,66	0,65	0,65	0,56	0,59	0,60
Minas Gerais	0,57	0,59	0,60	0,58	0,59	0,58	0,59	0,61	0,61	0,61	0,57	0,59	0,59
Rio de Janeiro	0,57	0,57	0,57	0,57	0,58	0,57	0,58	0,59	0,66	0,58	0,55	0,58	0,57
São Paulo	0,51	0,52	0,53	0,53	0,53	0,52	0,53	0,54	0,56	0,54	0,52	0,54	0,54
<b>Região Sul</b>	<b>0,54</b>	<b>0,55</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,57</b>	<b>0,59</b>	<b>0,58</b>	<b>0,55</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>
Paraná	0,55	0,56	0,57	0,57	0,57	0,58	0,58	0,58	0,60	0,58	0,55	0,58	0,58
Rio Grande do Sul	0,54	0,55	0,56	0,55	0,56	0,55	0,57	0,58	0,59	0,57	0,54	0,56	0,56
Santa Catarina	0,50	0,52	0,54	0,54	0,53	0,52	0,54	0,55	0,57	0,57	0,55	0,51	0,54

Continua

Brasil/Regiões/UF	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,60	0,60	0,60	0,59	0,60	0,59	0,58	0,57	0,57	0,56	0,56	0,55	0,54
<b>Região Norte</b>	<b>0,58</b>	<b>0,59</b>	<b>0,58</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,56</b>	<b>0,54</b>	<b>0,54</b>	<b>0,53</b>	<b>0,52</b>	<b>0,53</b>	<b>0,51</b>	<b>0,52</b>
Acre	0,63	0,57	0,57	0,62	0,62	0,62	0,58	0,59	0,58	0,59	0,60	0,56	0,61
Amapá	0,52	0,57	0,58	0,54	0,48	0,55	0,59	0,54	0,53	0,47	0,50	0,45	0,52
Amazonas	0,55	0,59	0,58	0,54	0,58	0,56	0,56	0,54	0,51	0,51	0,55	0,51	0,51
Pará	0,58	0,57	0,56	0,56	0,55	0,56	0,52	0,53	0,51	0,51	0,52	0,50	0,51
Roraima	0,45	0,44	0,51	0,51	0,54	0,56	0,52	0,58	0,54	0,57	0,51	0,53	0,52
Tocantins	0,64	0,63	0,61	0,56	0,60	0,56	0,57	0,55	0,54	0,52	0,55	0,54	0,52
<b>Região Nordeste</b>	<b>0,62</b>	<b>0,62</b>	<b>0,61</b>	<b>0,60</b>	<b>0,60</b>	<b>0,59</b>	<b>0,58</b>	<b>0,58</b>	<b>0,57</b>	<b>0,57</b>	<b>0,57</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>
Alagoas	0,63	0,62	0,62	0,59	0,61	0,61	0,61	0,57	0,57	0,63	0,61	0,58	0,57
Bahia	0,63	0,61	0,60	0,59	0,59	0,59	0,59	0,56	0,55	0,56	0,56	0,56	0,56
Ceará	0,63	0,62	0,62	0,61	0,61	0,59	0,57	0,58	0,58	0,55	0,55	0,54	0,54
Maranhão	0,60	0,62	0,61	0,57	0,57	0,57	0,58	0,61	0,52	0,59	0,56	0,52	0,54
Paraíba	0,60	0,63	0,64	0,66	0,60	0,60	0,57	0,59	0,58	0,56	0,60	0,59	0,59
Pernambuco	0,61	0,59	0,60	0,60	0,62	0,61	0,59	0,61	0,59	0,58	0,56	0,57	0,55
Piauí	0,59	0,62	0,59	0,60	0,60	0,62	0,60	0,59	0,59	0,60	0,59	0,57	0,55
Rio Grande do Norte	0,61	0,60	0,60	0,60	0,58	0,58	0,56	0,57	0,60	0,56	0,56	0,55	0,56
Sergipe	0,61	0,62	0,62	0,62	0,57	0,56	0,58	0,56	0,55	0,56	0,54	0,54	0,58
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>0,60</b>	<b>0,60</b>	<b>0,60</b>	<b>0,59</b>	<b>0,60</b>	<b>0,60</b>	<b>0,58</b>	<b>0,57</b>	<b>0,58</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,57</b>	<b>0,56</b>
Distrito Federal	0,59	0,59	0,62	0,63	0,62	0,63	0,63	0,63	0,61	0,61	0,61	0,62	0,62
Goiás	0,58	0,55	0,58	0,56	0,57	0,55	0,53	0,54	0,56	0,51	0,52	0,51	0,51
Mato Grosso	0,57	0,61	0,58	0,54	0,57	0,57	0,55	0,53	0,52	0,53	0,52	0,54	0,50
Mato Grosso do Sul	0,59	0,58	0,54	0,56	0,57	0,56	0,55	0,54	0,53	0,53	0,57	0,53	0,52
<b>Região Sudeste</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,57</b>	<b>0,56</b>	<b>0,57</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>	<b>0,54</b>	<b>0,54</b>	<b>0,54</b>	<b>0,52</b>	<b>0,52</b>	<b>0,51</b>
Espírito Santo	0,58	0,57	0,58	0,58	0,59	0,58	0,56	0,55	0,56	0,54	0,53	0,52	0,53
Minas Gerais	0,57	0,58	0,57	0,56	0,56	0,56	0,55	0,54	0,53	0,53	0,52	0,52	0,51
Rio de Janeiro	0,58	0,57	0,57	0,56	0,57	0,55	0,56	0,55	0,56	0,56	0,55	0,54	0,54
São Paulo	0,53	0,54	0,54	0,54	0,55	0,56	0,55	0,53	0,53	0,52	0,51	0,50	0,49
<b>Região Sul</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>	<b>0,55</b>	<b>0,53</b>	<b>0,53</b>	<b>0,52</b>	<b>0,52</b>	<b>0,51</b>	<b>0,51</b>	<b>0,50</b>	<b>0,49</b>
Paraná	0,58	0,57	0,57	0,58	0,57	0,54	0,55	0,55	0,54	0,52	0,53	0,50	0,50
Rio Grande do Sul	0,56	0,55	0,56	0,56	0,55	0,55	0,54	0,53	0,52	0,51	0,51	0,50	0,50
Santa Catarina	0,52	0,53	0,52	0,52	0,50	0,47	0,48	0,46	0,46	0,46	0,46	0,46	0,46

Fonte: IPEADATA.

## ANEXO II – Evolução do índice de Theil (1981-2009)

Brasil/Regiões/UF	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995
Brasil	0,68	0,70	0,72	0,70	0,73	0,72	0,74	0,78	0,89	0,77	0,69	0,77	0,73
<b>Região Norte</b>	<b>0,52</b>	<b>0,55</b>	<b>0,57</b>	<b>0,58</b>	<b>0,62</b>	<b>0,53</b>	<b>0,57</b>	<b>0,68</b>	<b>0,75</b>	<b>0,72</b>	<b>0,62</b>	<b>0,73</b>	<b>0,71</b>
Acre	0,50	0,69	0,63	0,83	0,60	0,49	0,65	0,81	0,52	0,55	0,56	0,55	0,67
Amapá	0,37	0,36	0,60	0,41	0,42	0,38	0,37	0,40	0,32	0,36	0,37	0,97	0,52
Amazonas	0,48	0,45	0,54	0,50	0,66	0,49	0,52	0,63	0,68	0,65	0,58	0,66	0,72
Pará	0,55	0,63	0,60	0,62	0,65	0,61	0,61	0,70	0,86	0,84	0,61	0,77	0,66
Roraima	0,42	0,43	0,46	0,50	0,45	0,39	0,52	0,58	0,69	0,53	0,56	0,66	0,68
Roraima	0,32	0,34	0,25	0,26	0,44	0,33	0,38	0,81	0,43	0,51	0,56	0,53	0,35
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,77	0,62	0,94
<b>Região Nordeste</b>	<b>0,73</b>	<b>0,71</b>	<b>0,77</b>	<b>0,73</b>	<b>0,81</b>	<b>0,72</b>	<b>0,81</b>	<b>0,89</b>	<b>0,94</b>	<b>0,88</b>	<b>0,74</b>	<b>0,89</b>	<b>0,81</b>
Alagoas	0,67	0,61	0,68	0,70	0,83	0,75	0,73	0,71	0,92	0,76	0,71	0,87	0,96
Bahia	0,70	0,71	0,81	0,77	0,81	0,73	0,78	0,91	0,93	0,99	0,76	0,95	0,86
Ceará	0,79	0,84	0,79	0,77	0,90	0,80	0,85	1,00	1,02	0,89	0,78	0,89	0,84
Maranhão	0,68	0,53	0,65	0,57	0,55	0,62	0,59	0,62	0,75	0,63	0,52	0,79	0,70
Paraíba	0,72	0,76	0,76	0,60	0,85	0,71	0,79	0,87	0,99	0,96	0,70	0,94	0,82
Pernambuco	0,70	0,65	0,71	0,67	0,72	0,65	0,82	0,87	0,91	0,77	0,72	0,84	0,70
Piauí	0,70	0,72	0,69	0,87	0,98	0,77	0,90	0,91	1,04	1,00	0,80	0,86	0,77
Rio Grande do Norte	0,66	0,69	0,84	0,74	0,81	0,60	0,93	0,83	0,73	0,77	0,75	0,68	0,77
Sergipe	0,59	0,46	0,55	0,61	0,63	0,62	0,72	0,83	0,80	0,70	0,71	0,81	0,68
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>0,68</b>	<b>0,68</b>	<b>0,68</b>	<b>0,70</b>	<b>0,71</b>	<b>0,76</b>	<b>0,72</b>	<b>0,86</b>	<b>0,85</b>	<b>0,78</b>	<b>0,83</b>	<b>0,80</b>	<b>0,69</b>
Distrito Federal	0,64	0,65	0,65	0,69	0,69	0,88	0,63	0,71	0,74	0,65	0,72	0,74	0,63
Goiás	0,64	0,65	0,63	0,67	0,71	0,70	0,69	0,78	0,90	0,82	0,91	0,80	0,63
Mato Grosso	0,59	0,53	0,61	0,63	0,58	0,78	0,82	0,87	0,72	0,62	0,52	0,77	0,63
Mato Grosso do Sul	0,58	0,58	0,64	0,63	0,59	0,61	0,65	1,00	0,84	0,70	0,89	0,69	0,61
<b>Região Sudeste</b>	<b>0,60</b>	<b>0,63</b>	<b>0,64</b>	<b>0,63</b>	<b>0,64</b>	<b>0,64</b>	<b>0,66</b>	<b>0,67</b>	<b>0,83</b>	<b>0,68</b>	<b>0,59</b>	<b>0,68</b>	<b>0,64</b>
Espírito Santo	0,76	0,80	0,74	0,66	0,70	0,81	0,76	0,88	0,83	0,84	0,59	0,67	0,74
Minas Gerais	0,64	0,69	0,77	0,73	0,73	0,71	0,72	0,78	0,79	0,76	0,67	0,76	0,72
Rio de Janeiro	0,65	0,67	0,63	0,63	0,68	0,67	0,70	0,71	1,26	0,69	0,62	0,74	0,66
São Paulo	0,50	0,54	0,56	0,55	0,55	0,57	0,57	0,56	0,63	0,59	0,52	0,60	0,58
<b>Região Sul</b>	<b>0,58</b>	<b>0,60</b>	<b>0,63</b>	<b>0,63</b>	<b>0,64</b>	<b>0,63</b>	<b>0,66</b>	<b>0,66</b>	<b>0,71</b>	<b>0,66</b>	<b>0,64</b>	<b>0,67</b>	<b>0,64</b>
Paraná	0,60	0,62	0,67	0,66	0,65	0,69	0,70	0,66	0,75	0,67	0,60	0,74	0,67
Rio Grande do Sul	0,58	0,59	0,61	0,62	0,66	0,62	0,65	0,68	0,71	0,65	0,59	0,68	0,65
Santa Catarina	0,49	0,51	0,57	0,58	0,53	0,53	0,57	0,60	0,62	0,64	0,74	0,52	0,57

Continua

Brasil/Regiões/UF	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,73	0,74	0,73	0,71	0,73	0,71	0,69	0,67	0,66	0,64	0,62	0,61	0,60
<b>Região Norte</b>	<b>0,68</b>	<b>0,73</b>	<b>0,70</b>	<b>0,64</b>	<b>0,67</b>	<b>0,67</b>	<b>0,59</b>	<b>0,60</b>	<b>0,57</b>	<b>0,55</b>	<b>0,59</b>	<b>0,51</b>	<b>0,56</b>
Acre	0,81	0,65	0,62	0,73	0,81	0,81	0,63	0,71	0,67	0,67	0,69	0,62	0,80
Amapá	0,53	0,63	0,68	0,53	0,43	0,63	0,72	0,60	0,51	0,43	0,47	0,39	0,51
Amazonas	0,59	0,73	0,64	0,57	0,70	0,66	0,65	0,58	0,54	0,52	0,65	0,51	0,53
Pará	0,71	0,72	0,71	0,64	0,63	0,65	0,54	0,59	0,54	0,53	0,60	0,49	0,54
Rondônia	0,54	0,63	0,58	0,60	0,61	0,58	0,48	0,59	0,69	0,61	0,49	0,48	0,51
Roraima	0,34	0,34	0,46	0,47	0,57	0,60	0,51	0,65	0,62	0,67	0,49	0,56	0,50
Tocantins	0,89	0,96	0,89	0,67	0,86	0,70	0,68	0,64	0,56	0,54	0,58	0,62	0,53
<b>Região Nordeste</b>	<b>0,85</b>	<b>0,83</b>	<b>0,81</b>	<b>0,80</b>	<b>0,79</b>	<b>0,78</b>	<b>0,73</b>	<b>0,74</b>	<b>0,71</b>	<b>0,73</b>	<b>0,68</b>	<b>0,67</b>	<b>0,67</b>
Alagoas	0,87	0,83	0,84	0,73	0,83	0,87	0,84	0,71	0,67	1,05	0,88	0,74	0,67
Bahia	0,92	0,85	0,78	0,75	0,77	0,78	0,77	0,65	0,64	0,66	0,66	0,67	0,65
Ceará	0,88	0,84	0,83	0,85	0,85	0,74	0,68	0,72	0,72	0,61	0,62	0,62	0,62
Maranhão	0,85	0,82	0,81	0,73	0,72	0,74	0,72	0,88	0,57	0,83	0,63	0,56	0,61
Paraíba	0,76	0,84	0,90	0,92	0,79	0,84	0,68	0,80	0,75	0,69	0,81	0,77	0,83
Pernambuco	0,78	0,74	0,78	0,80	0,82	0,80	0,74	0,82	0,76	0,76	0,67	0,72	0,67
Piauí	0,70	0,86	0,77	0,81	0,80	0,89	0,77	0,80	0,76	0,83	0,77	0,70	0,64
Rio Grande do Norte	0,78	0,74	0,77	0,74	0,70	0,69	0,65	0,68	0,80	0,66	0,62	0,64	0,66
Sergipe	0,76	0,80	0,80	0,83	0,63	0,61	0,67	0,61	0,61	0,65	0,58	0,58	0,70
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>0,75</b>	<b>0,76</b>	<b>0,77</b>	<b>0,74</b>	<b>0,75</b>	<b>0,73</b>	<b>0,69</b>	<b>0,69</b>	<b>0,71</b>	<b>0,66</b>	<b>0,69</b>	<b>0,68</b>	<b>0,67</b>
Distrito Federal	0,65	0,65	0,74	0,79	0,75	0,75	0,78	0,75	0,69	0,69	0,71	0,76	0,76
Goiás	0,77	0,63	0,73	0,65	0,70	0,63	0,56	0,66	0,76	0,54	0,59	0,54	0,56
Mato Grosso	0,66	0,87	0,73	0,60	0,67	0,69	0,59	0,55	0,53	0,62	0,53	0,63	0,51
Mato Grosso do Sul	0,73	0,76	0,60	0,62	0,69	0,65	0,59	0,58	0,56	0,58	0,68	0,56	0,55
<b>Região Sudeste</b>	<b>0,63</b>	<b>0,64</b>	<b>0,65</b>	<b>0,62</b>	<b>0,65</b>	<b>0,65</b>	<b>0,62</b>	<b>0,59</b>	<b>0,59</b>	<b>0,58</b>	<b>0,55</b>	<b>0,54</b>	<b>0,53</b>
Espírito Santo	0,68	0,64	0,66	0,64	0,73	0,66	0,59	0,57	0,62	0,59	0,56	0,54	0,57
Minas Gerais	0,66	0,72	0,67	0,65	0,63	0,64	0,63	0,61	0,57	0,56	0,55	0,55	0,56
Rio de Janeiro	0,67	0,69	0,69	0,63	0,67	0,59	0,62	0,60	0,62	0,63	0,62	0,57	0,62
São Paulo	0,56	0,57	0,58	0,57	0,61	0,64	0,59	0,55	0,57	0,54	0,50	0,51	0,47
<b>Região Sul</b>	<b>0,63</b>	<b>0,61</b>	<b>0,62</b>	<b>0,63</b>	<b>0,61</b>	<b>0,55</b>	<b>0,56</b>	<b>0,55</b>	<b>0,52</b>	<b>0,51</b>	<b>0,51</b>	<b>0,48</b>	<b>0,48</b>
Paraná	0,70	0,67	0,64	0,68	0,65	0,58	0,62	0,64	0,59	0,55	0,58	0,50	0,48
Rio Grande do Sul	0,62	0,60	0,63	0,62	0,62	0,60	0,58	0,55	0,53	0,52	0,50	0,50	0,50
Santa Catarina	0,53	0,54	0,54	0,53	0,49	0,42	0,43	0,41	0,40	0,42	0,43	0,43	0,44

Fonte: IPEADATA.

**ANEXO III – Evolução da razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres (1981-2009)**

Brasil/Regiões/UF	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995
Brasil	21,43	22,55	22,97	21,86	23,29	21,86	24,09	26,73	30,00	26,47	21,68	24,40	23,96
<b>Região Norte</b>	<b>13,25</b>	<b>14,59</b>	<b>15,23</b>	<b>14,59</b>	<b>16,72</b>	<b>14,61</b>	<b>15,82</b>	<b>19,08</b>	<b>22,36</b>	<b>20,76</b>	<b>18,60</b>	<b>19,60</b>	<b>20,73</b>
Acre	13,87	16,18	19,43	24,66	16,54	12,91	19,23	23,52	16,11	16,97	20,92	17,59	21,03
Amapá	9,23	9,76	15,50	11,30	10,72	9,68	10,63	11,32	8,99	9,54	10,26	31,35	15,71
Amazonas	12,10	12,10	13,82	11,67	15,76	13,00	13,20	16,94	19,38	18,44	17,79	17,18	20,08
Pará	13,89	16,48	16,08	15,61	17,46	16,26	17,01	18,34	25,09	21,87	17,13	20,47	17,68
Roraima	10,20	10,46	11,79	12,76	12,24	10,12	14,93	18,95	20,95	15,53	16,89	16,00	21,43
Tocantins	8,66	8,15	7,24	7,03	13,17	8,86	10,41	19,14	11,48	16,82	14,64	16,65	8,71
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22,92	15,54	27,89
<b>Região Nordeste</b>	<b>18,76</b>	<b>19,33</b>	<b>20,19</b>	<b>18,56</b>	<b>21,38</b>	<b>19,34</b>	<b>23,38</b>	<b>25,75</b>	<b>28,34</b>	<b>26,21</b>	<b>22,66</b>	<b>27,80</b>	<b>23,11</b>
Alagoas	15,43	13,98	16,36	15,71	16,38	17,29	19,21	18,79	24,63	18,47	20,62	27,78	27,81
Bahia	17,69	20,12	21,08	19,74	21,37	19,26	23,13	25,90	27,73	28,73	22,27	29,25	23,32
Ceará	20,93	23,92	20,97	19,18	23,94	21,70	24,56	28,46	32,61	25,72	25,05	27,93	25,15
Maranhão	15,64	12,29	18,15	13,84	12,86	16,13	14,89	17,34	21,33	18,96	15,36	24,92	20,49
Paraíba	18,90	21,22	20,89	16,31	23,06	20,27	24,39	26,43	30,98	33,67	22,99	32,25	24,84
Pernambuco	17,39	16,75	17,96	17,54	19,67	17,11	21,46	24,97	26,28	22,99	22,07	26,81	19,29
Piauí	17,88	18,30	14,76	21,02	31,20	21,80	33,77	32,34	31,16	35,99	27,51	26,95	21,96
Rio Grande do Norte	18,01	19,28	22,97	21,06	22,04	17,22	25,36	26,06	22,12	24,32	23,52	19,89	21,86
Sergipe	14,96	12,27	14,88	15,45	17,34	16,06	19,70	24,59	25,36	18,14	22,11	23,98	20,96
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>19,84</b>	<b>20,25</b>	<b>20,09</b>	<b>20,32</b>	<b>21,07</b>	<b>20,82</b>	<b>22,39</b>	<b>27,39</b>	<b>28,22</b>	<b>25,01</b>	<b>21,05</b>	<b>23,31</b>	<b>20,97</b>
Distrito Federal	21,27	21,94	22,29	24,07	24,92	23,38	20,75	24,50	25,90	22,71	23,72	27,85	21,70
Goiás	18,78	18,41	17,38	18,24	19,77	19,89	21,24	23,82	29,18	24,88	20,36	21,37	17,71
Mato Grosso	13,60	14,32	16,44	17,53	16,27	21,59	25,55	26,36	22,93	18,43	14,35	19,60	17,52
Mato Grosso do Sul	15,23	15,58	17,60	16,70	16,35	16,17	17,51	27,34	22,37	21,00	20,19	18,12	17,18
<b>Região Sudeste</b>	<b>17,84</b>	<b>18,79</b>	<b>19,20</b>	<b>18,87</b>	<b>19,22</b>	<b>17,92</b>	<b>19,13</b>	<b>20,72</b>	<b>24,01</b>	<b>20,49</b>	<b>17,04</b>	<b>19,40</b>	<b>19,14</b>
Espírito Santo	21,38	25,43	22,33	19,70	22,62	24,48	27,40	34,30	32,36	33,06	18,36	21,30	23,19
Minas Gerais	18,86	21,94	22,10	20,39	21,91	20,37	22,16	24,58	25,01	23,76	19,25	21,39	21,43
Rio de Janeiro	19,02	18,59	18,52	18,90	20,46	19,16	19,93	21,25	31,02	20,48	16,88	20,06	19,50
São Paulo	13,76	14,42	15,45	15,27	15,14	14,35	14,74	15,57	17,70	15,89	14,23	16,33	15,88
<b>Região Sul</b>	<b>16,11</b>	<b>17,30</b>	<b>18,50</b>	<b>18,11</b>	<b>18,14</b>	<b>17,56</b>	<b>19,09</b>	<b>20,08</b>	<b>22,01</b>	<b>20,46</b>	<b>16,97</b>	<b>17,69</b>	<b>18,64</b>
Paraná	16,66	17,88	19,51	19,36	19,23	19,52	20,51	20,06	23,01	21,63	17,27	19,51	20,67
Rio Grande do Sul	16,60	16,84	17,78	17,41	17,99	16,97	18,96	21,12	22,09	19,34	15,60	17,63	18,24
Santa Catarina	12,79	14,08	15,94	15,80	14,71	14,50	16,34	17,50	19,08	19,40	16,54	13,69	15,79

Continua

Brasil/Regiões/UF	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	24,53	24,48	23,92	22,95	23,34	22,20	21,42	19,91	19,55	18,70	18,12	17,13	16,67
<b>Região Norte</b>	<b>20,30</b>	<b>21,14</b>	<b>20,88</b>	<b>18,58</b>	<b>18,50</b>	<b>18,33</b>	<b>16,20</b>	<b>15,87</b>	<b>15,02</b>	<b>14,32</b>	<b>15,41</b>	<b>13,49</b>	<b>14,63</b>
Acre	27,84	20,95	20,98	28,85	27,51	26,43	21,10	21,83	20,88	21,88	24,42	17,63	24,97
Amapá	14,02	20,34	21,02	18,26	11,03	16,75	23,25	15,87	15,04	10,94	13,07	9,73	14,34
Amazonas	16,44	21,39	21,21	16,49	20,14	18,53	17,48	15,72	13,54	13,65	17,18	13,91	13,46
Pará	19,85	18,92	18,09	17,26	16,73	17,49	14,11	15,17	13,82	13,13	14,20	12,59	13,65
Roraima	15,59	17,25	17,15	17,93	17,06	16,76	13,22	13,98	18,81	16,37	13,40	12,90	13,81
Roraima	9,52	9,43	14,63	14,12	15,70	18,54	15,06	21,54	17,02	18,31	13,52	15,23	14,19
Tocantins	31,12	25,54	24,31	17,82	22,46	17,32	18,45	17,10	15,57	14,35	16,81	16,46	14,62
<b>Região Nordeste</b>	<b>25,95</b>	<b>25,27</b>	<b>24,03</b>	<b>23,24</b>	<b>22,93</b>	<b>21,85</b>	<b>20,83</b>	<b>20,42</b>	<b>19,11</b>	<b>19,41</b>	<b>18,76</b>	<b>17,92</b>	<b>17,96</b>
Alagoas	27,46	25,12	25,24	21,06	23,48	22,56	22,92	19,50	18,70	25,58	23,11	20,83	19,52
Bahia	29,12	23,99	22,01	20,68	22,16	21,58	21,49	17,49	17,39	17,71	17,82	18,10	17,89
Ceará	27,66	26,63	25,41	24,46	24,73	21,40	19,11	19,35	20,18	17,04	17,23	16,00	16,72
Maranhão	22,50	25,73	23,24	18,85	19,61	18,16	19,56	24,39	14,42	21,92	18,20	14,53	16,05
Paraíba	22,74	28,74	29,00	33,18	21,86	21,88	18,70	21,57	19,77	18,20	21,75	20,87	21,31
Pernambuco	23,55	21,92	22,46	23,31	25,57	23,85	21,63	23,58	20,75	20,40	18,14	18,72	17,55
Piauí	22,53	26,54	22,35	22,84	23,56	25,40	24,44	21,15	21,77	22,67	22,52	19,74	17,64
Rio Grande do Norte	23,95	22,36	21,74	22,74	20,92	21,01	18,12	19,02	21,86	18,16	18,46	17,40	17,86
Sergipe	23,19	26,34	25,19	26,89	19,78	18,02	20,27	18,19	17,53	17,86	16,68	16,24	20,17
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>22,97</b>	<b>22,48</b>	<b>22,73</b>	<b>21,78</b>	<b>22,36</b>	<b>22,09</b>	<b>20,44</b>	<b>19,13</b>	<b>19,68</b>	<b>18,10</b>	<b>19,30</b>	<b>18,47</b>	<b>17,72</b>
Distrito Federal	24,17	23,72	28,83	29,33	29,77	30,82	32,34	30,27	26,53	25,87	26,76	27,67	27,74
Goiás	20,28	16,86	19,43	17,90	18,57	17,15	15,40	15,39	17,26	13,52	14,56	13,65	13,45
Mato Grosso	19,63	23,49	19,49	16,35	19,23	19,36	16,96	14,90	14,49	14,95	14,08	16,19	13,15
Mato Grosso do Sul	21,12	19,34	15,94	17,65	18,82	18,18	16,56	15,76	15,33	15,32	18,15	14,97	14,25
<b>Região Sudeste</b>	<b>18,76</b>	<b>18,98</b>	<b>18,99</b>	<b>18,04</b>	<b>19,19</b>	<b>18,51</b>	<b>17,99</b>	<b>16,37</b>	<b>16,42</b>	<b>15,82</b>	<b>14,65</b>	<b>14,12</b>	<b>13,61</b>
Espírito Santo	20,87	19,91	21,00	20,38	22,63	20,49	18,22	17,07	17,89	15,70	14,96	14,51	15,40
Minas Gerais	19,43	20,99	19,26	18,69	18,38	18,25	17,11	16,29	15,05	15,00	14,19	14,05	13,75
Rio de Janeiro	20,11	19,13	19,39	17,28	19,46	16,81	18,17	17,10	17,52	17,40	16,82	15,99	16,10
São Paulo	15,61	15,99	16,28	16,30	17,40	17,58	16,80	15,06	15,43	14,70	13,27	12,86	12,05
<b>Região Sul</b>	<b>18,31</b>	<b>17,87</b>	<b>17,90</b>	<b>18,53</b>	<b>17,00</b>	<b>15,25</b>	<b>15,28</b>	<b>14,55</b>	<b>14,09</b>	<b>13,33</b>	<b>13,21</b>	<b>12,56</b>	<b>12,22</b>
Paraná	20,02	19,54	18,91	20,50	19,08	16,05	16,55	16,66	16,06	14,26	14,93	13,11	12,68
Rio Grande do Sul	18,52	17,62	18,20	18,67	17,65	17,05	16,14	15,20	14,51	14,11	13,40	13,23	12,91
Santa Catarina	14,64	15,18	14,85	14,59	12,65	11,01	11,49	10,25	10,33	10,42	10,32	10,51	10,13

Fonte: IPEADATA.

**ANEXO IV – Evolução da razão entre as rendas médias dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres (1981-2009)**

Brasil/Regiões/UF	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995
Brasil	23,62	25,07	25,06	22,99	25,25	23,70	27,17	30,23	33,57	30,51	26,37	28,55	27,73
<b>Região Norte</b>	<b>13,29</b>	<b>14,82</b>	<b>15,14</b>	<b>14,15</b>	<b>16,67</b>	<b>15,41</b>	<b>16,33</b>	<b>19,20</b>	<b>23,28</b>	<b>21,64</b>	<b>21,66</b>	<b>19,85</b>	<b>21,91</b>
Acre	15,31	15,78	18,67	23,42	16,77	13,65	19,08	25,47	18,49	19,12	27,38	18,21	22,98
Amapá	9,28	12,05	15,63	10,56	12,28	9,45	11,40	13,27	9,22	11,78	13,06	28,99	18,35
Amazonas	11,72	12,51	13,92	11,45	15,65	13,97	12,92	16,38	20,18	19,48	22,09	17,27	21,92
Pará	13,63	16,05	15,57	14,49	16,68	16,04	16,65	17,98	24,67	21,11	17,82	19,87	16,80
Rondônia	11,07	9,83	12,84	13,66	13,00	11,24	16,67	22,95	23,34	17,69	19,35	16,86	23,94
Roraima	8,65	8,51	7,62	7,26	15,22	8,99	13,07	17,47	10,98	18,66	15,66	25,79	9,68
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27,29	17,09	33,79
<b>Região Nordeste</b>	<b>18,56</b>	<b>19,26</b>	<b>19,29</b>	<b>17,67</b>	<b>20,68</b>	<b>18,90</b>	<b>23,09</b>	<b>26,01</b>	<b>28,51</b>	<b>26,37</b>	<b>26,66</b>	<b>30,95</b>	<b>24,25</b>
Alagoas	14,48	13,32	15,27	13,45	14,21	15,05	17,74	18,20	22,96	16,40	22,31	28,85	25,65
Bahia	16,47	19,73	19,27	18,14	19,68	18,08	22,78	24,86	25,71	26,56	24,33	30,12	23,62
Ceará	19,70	22,48	18,32	17,43	21,81	19,48	22,88	26,75	34,03	24,62	30,32	33,93	26,57
Maranhão	15,58	12,11	23,58	14,01	12,81	16,57	15,47	18,18	21,50	20,47	19,51	28,69	22,37
Paraíba	18,48	20,80	19,92	17,44	22,99	22,72	24,19	29,07	34,89	38,82	29,29	34,91	26,12
Pernambuco	16,90	17,13	17,22	17,25	19,55	16,97	20,77	25,39	25,68	23,09	26,39	30,75	19,59
Piauí	18,24	17,53	13,00	19,50	38,31	23,42	40,88	37,23	31,34	44,55	36,12	32,94	28,91
Rio Grande do Norte	18,32	20,09	20,64	19,97	21,44	17,02	21,99	27,07	22,77	25,54	25,80	20,98	21,45
Sergipe	14,08	11,57	14,41	14,48	16,15	15,51	18,21	24,02	24,36	17,55	23,11	24,77	22,67
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>20,54</b>	<b>20,37</b>	<b>20,12</b>	<b>20,32</b>	<b>21,25</b>	<b>20,94</b>	<b>23,52</b>	<b>28,27</b>	<b>29,63</b>	<b>26,67</b>	<b>21,89</b>	<b>23,60</b>	<b>22,69</b>
Distrito Federal	23,46	23,96	24,80	25,63	27,23	25,22	21,80	26,50	28,80	26,20	25,46	32,71	25,81
Goiás	19,62	18,60	17,58	18,14	19,94	20,64	22,60	25,60	30,80	27,12	21,15	21,08	19,11
Mato Grosso	13,53	14,72	16,02	18,50	16,01	19,79	27,73	26,20	23,48	19,69	16,22	19,68	19,52
Mato Grosso do Sul	15,24	15,57	17,30	15,82	16,43	16,09	16,81	25,42	22,10	20,62	19,87	18,64	18,58
<b>Região Sudeste</b>	<b>19,98</b>	<b>21,37</b>	<b>21,42</b>	<b>20,31</b>	<b>20,96</b>	<b>19,28</b>	<b>21,33</b>	<b>23,42</b>	<b>26,21</b>	<b>23,18</b>	<b>19,55</b>	<b>21,23</b>	<b>21,68</b>
Espírito Santo	20,75	24,04	22,46	19,48	22,66	23,64	28,35	37,01	35,82	37,81	21,49	26,15	25,46
Minas Gerais	19,75	23,30	22,19	19,77	22,22	21,03	23,85	25,78	26,15	24,75	21,63	22,51	23,15
Rio de Janeiro	19,87	19,02	19,13	19,36	20,75	19,20	19,73	21,37	30,01	21,67	17,66	20,54	20,62
São Paulo	14,99	15,40	16,98	16,26	16,17	14,84	15,36	16,61	18,80	16,98	15,94	17,42	17,36
<b>Região Sul</b>	<b>16,96</b>	<b>18,67</b>	<b>20,46</b>	<b>18,91</b>	<b>19,05</b>	<b>18,41</b>	<b>21,21</b>	<b>22,40</b>	<b>23,90</b>	<b>23,01</b>	<b>19,20</b>	<b>18,64</b>	<b>21,14</b>
Paraná	17,13	18,63	21,32	19,80	19,93	20,09	23,10	22,56	25,06	24,20	20,65	19,99	23,99
Rio Grande do Sul	17,87	18,43	20,28	18,47	18,76	17,79	20,66	23,51	24,15	22,06	16,94	18,58	19,90
Santa Catarina	13,17	15,17	16,52	16,23	15,21	15,10	18,03	19,40	19,76	20,27	17,73	14,95	17,93

Continua

Brasil/Regiões/UF	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	29,66	29,05	27,78	26,45	27,47	25,02	24,69	22,39	21,66	20,81	20,69	19,31	18,99
<b>Região Norte</b>	<b>22,54</b>	<b>22,62</b>	<b>22,56</b>	<b>20,52</b>	<b>19,74</b>	<b>18,92</b>	<b>17,17</b>	<b>16,63</b>	<b>15,36</b>	<b>14,81</b>	<b>16,72</b>	<b>14,50</b>	<b>15,56</b>
Acre	28,45	29,26	27,77	33,53	30,39	26,53	25,53	22,86	22,15	23,72	30,04	19,35	28,35
Amapá	14,86	22,03	27,19	24,36	14,54	18,16	29,50	17,23	15,07	11,60	16,32	9,76	15,08
Amazonas	18,02	23,15	25,98	19,18	22,33	19,87	18,37	17,49	13,62	14,71	20,43	16,09	14,37
Pará	19,78	19,20	17,58	17,74	16,83	17,26	14,32	15,21	14,08	13,28	14,28	13,02	14,15
Roraima	17,79	19,63	18,63	20,26	18,00	19,64	14,27	13,64	19,09	17,40	15,20	14,81	15,88
Roraima	16,02	10,40	20,60	16,72	20,44	20,64	17,47	31,44	19,28	17,27	15,07	16,62	16,02
Tocantins	44,07	26,36	25,16	19,54	23,84	17,60	19,50	18,24	16,73	15,12	18,68	17,28	16,05
<b>Região Nordeste</b>	<b>28,22</b>	<b>26,98</b>	<b>24,54</b>	<b>23,87</b>	<b>24,81</b>	<b>22,46</b>	<b>22,37</b>	<b>21,28</b>	<b>20,17</b>	<b>20,57</b>	<b>21,01</b>	<b>19,24</b>	<b>19,77</b>
Alagoas	28,22	25,89	24,14	20,04	24,18	21,93	21,72	20,28	19,93	26,88	25,43	22,26	22,77
Bahia	32,89	23,45	22,76	20,97	23,89	22,13	22,38	18,21	18,05	18,66	18,52	19,62	19,55
Ceará	31,12	29,87	26,03	26,58	26,79	22,85	21,09	19,52	21,84	18,88	19,63	16,24	18,41
Maranhão	23,13	28,95	22,71	17,89	20,23	18,56	21,18	26,80	16,44	23,44	25,71	17,02	19,38
Paraíba	24,05	32,16	28,61	33,66	22,45	20,81	19,49	20,72	19,00	18,43	21,87	21,14	21,28
Pernambuco	24,75	22,86	23,18	24,49	28,28	24,36	24,29	24,35	22,20	21,13	20,47	19,99	20,03
Piauí	30,08	33,08	23,80	25,85	28,25	28,31	27,93	22,31	23,03	24,89	24,55	22,09	18,71
Rio Grande do Norte	22,38	22,97	20,24	23,64	22,39	23,49	19,54	20,46	21,94	18,20	21,12	19,20	18,07
Sergipe	23,22	29,71	28,39	29,90	22,93	18,65	21,98	18,99	17,90	17,93	18,72	17,37	21,01
<b>Região Centro-oeste</b>	<b>24,91</b>	<b>23,90</b>	<b>23,31</b>	<b>22,73</b>	<b>23,73</b>	<b>23,31</b>	<b>22,04</b>	<b>19,44</b>	<b>20,27</b>	<b>18,19</b>	<b>19,55</b>	<b>18,86</b>	<b>18,00</b>
Distrito Federal	29,44	29,06	32,77	33,86	34,79	36,59	40,18	35,23	31,48	29,56	30,89	31,40	29,67
Goiás	20,99	17,97	19,72	19,13	19,26	18,36	17,03	15,09	17,08	13,70	15,13	14,25	14,14
Mato Grosso	22,21	24,73	20,22	16,85	21,42	21,12	18,24	16,03	15,82	15,53	14,53	16,71	14,66
Mato Grosso do Sul	23,79	20,09	16,61	19,37	19,92	18,83	17,13	16,23	16,49	15,58	17,83	15,35	14,18
<b>Região Sudeste</b>	<b>21,65</b>	<b>21,56</b>	<b>21,39</b>	<b>20,34</b>	<b>22,11</b>	<b>20,39</b>	<b>20,09</b>	<b>17,88</b>	<b>17,55</b>	<b>16,80</b>	<b>16,02</b>	<b>15,24</b>	<b>14,74</b>
Espírito Santo	22,48	22,95	24,81	23,39	24,93	22,08	20,44	18,77	19,65	16,64	16,16	15,81	16,69
Minas Gerais	21,78	23,27	21,28	20,58	20,98	19,89	18,69	17,16	15,78	15,70	15,26	15,14	14,94
Rio de Janeiro	22,15	19,88	20,49	18,46	21,17	17,79	19,52	18,65	18,13	18,03	17,94	16,69	16,77
São Paulo	17,27	17,86	17,75	17,85	19,90	19,38	18,86	16,46	16,62	15,64	14,56	13,85	13,11
<b>Região Sul</b>	<b>20,85</b>	<b>20,08</b>	<b>20,36</b>	<b>21,09</b>	<b>19,28</b>	<b>16,88</b>	<b>16,87</b>	<b>16,12</b>	<b>15,50</b>	<b>14,63</b>	<b>14,56</b>	<b>13,81</b>	<b>13,49</b>
Paraná	21,95	21,39	21,53	23,29	21,89	17,68	17,70	17,66	17,29	15,42	16,05	14,39	13,91
Rio Grande do Sul	21,80	20,15	20,49	21,29	19,70	18,93	18,11	17,30	16,07	15,66	15,34	14,54	14,16
Santa Catarina	16,45	17,04	17,10	16,45	13,79	12,04	12,76	11,38	11,12	11,12	10,76	11,40	11,00

Fonte: IPEADATA

**ANEXO V – Evolução da renda domiciliar per capita (1981-2009)**

Brasil/UF	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995
Brasil	467,75	480,02	406,13	404,59	485,25	709,89	529,02	490,77	562,94	510,97	443,80	467,62	579,92
Acre	374,89	408,53	429,89	470,30	607,16	716,31	544,16	529,19	507,85	422,00	477,19	437,76	617,20
Alagoas	253,43	251,36	215,15	215,23	255,54	340,46	257,13	233,34	271,03	240,55	260,83	243,01	351,16
Amazonas	501,58	525,04	406,36	387,76	490,84	700,22	562,59	463,52	643,89	705,86	339,02	341,25	494,77
Amapá	282,75	340,64	390,33	393,01	499,19	825,69	521,58	549,39	479,63	571,25	313,67	535,64	506,98
Bahia	292,51	278,39	255,83	252,59	298,52	425,90	323,17	288,92	338,65	306,21	257,87	284,44	311,02
Ceará	211,57	220,34	182,02	206,45	236,18	374,42	257,23	242,20	242,51	230,92	220,05	244,05	304,92
Distrito Federal	793,87	860,25	694,36	701,33	840,65	1.194,10	903,29	906,01	1.043,35	1.049,04	730,27	883,88	1.068,21
Espírito Santo	432,53	492,35	390,08	366,63	469,83	779,49	491,86	430,63	485,19	471,89	362,64	400,21	534,38
Goiás	360,90	386,53	329,87	355,39	428,07	756,32	486,14	433,68	574,33	519,93	436,00	464,56	457,71
Maranhão	171,25	176,79	160,37	170,38	169,00	268,93	179,28	191,04	200,98	190,36	191,28	189,83	223,55
Minas Gerais	387,43	389,58	343,97	335,75	411,84	646,07	446,16	419,34	479,62	439,57	387,60	405,72	518,31
Mato Grosso do Sul	415,54	429,97	365,53	406,18	473,29	744,51	546,99	502,43	502,14	488,69	438,42	438,24	518,11
Mato Grosso	363,69	364,52	345,75	368,46	441,89	798,22	581,86	482,49	491,61	456,88	337,06	463,58	482,40
Pará	375,94	405,47	355,91	367,57	452,92	609,69	445,05	370,77	489,96	432,61	317,19	377,36	413,78
Paraíba	205,95	223,14	199,79	184,52	228,60	310,40	265,87	214,38	237,17	266,12	217,70	268,72	347,84
Pernambuco	290,56	293,71	249,67	234,40	289,06	403,23	324,11	292,40	328,23	305,71	259,13	274,78	334,53
Piauí	144,33	146,66	134,73	151,70	162,07	254,44	189,25	155,44	182,07	182,75	179,52	206,08	237,12
Paraná	425,43	408,10	363,38	398,25	470,99	676,54	517,41	456,89	528,67	469,98	407,52	506,33	607,55
Rio de Janeiro	719,20	722,37	599,23	543,94	661,00	911,31	695,48	679,58	788,20	637,75	633,00	588,20	778,80
Rio Grande do Norte	244,88	281,83	216,49	209,38	242,75	353,66	305,45	287,95	268,90	270,73	271,31	251,87	359,17
Roraima	451,31	501,63	444,39	554,15	737,18	975,42	638,95	551,56	639,00	547,78	417,87	429,33	637,45
Roraima	640,54	595,53	623,16	494,70	696,83	1.046,25	766,31	764,09	975,76	1.042,29	517,30	683,37	689,16
Rio Grande do Sul	548,22	584,17	486,71	500,02	618,58	816,16	603,92	539,77	639,96	587,99	586,04	613,74	696,66
Santa Catarina	464,01	458,47	394,73	434,39	482,00	731,60	561,49	487,71	597,45	581,59	558,81	545,91	678,43
Sergipe	242,88	247,60	204,05	238,13	273,30	408,45	310,22	278,29	312,59	286,96	296,66	306,80	319,46
São Paulo	714,80	738,22	605,30	604,33	712,17	1.059,11	803,79	765,33	863,54	782,05	630,84	662,62	861,76
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	223,89	259,70	311,36

Continua

Brasil/UF	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	591,28	590,65	596,81	563,49	571,31	571,62	538,21	550,84	583,96	638,29	655,83	689,61	705,72
Acre	673,05	595,95	614,34	592,00	581,62	572,63	474,20	406,34	417,12	508,10	533,35	520,44	663,29
Alagoas	324,44	339,50	323,79	288,96	278,72	276,18	271,37	258,71	274,69	363,02	384,72	372,52	378,01
Amazonas	475,94	474,84	392,67	365,47	415,92	396,33	375,78	370,81	403,87	422,20	431,97	462,81	485,68
Amapá	515,41	455,38	427,51	408,65	509,68	422,84	438,91	380,66	479,44	455,95	483,30	471,72	521,12
Bahia	318,34	324,13	319,93	310,78	314,01	318,48	307,90	317,17	341,50	386,12	403,05	438,87	463,82
Ceará	296,71	300,78	317,60	294,15	318,14	313,02	285,71	306,77	329,64	351,32	365,74	411,30	427,84
Distrito Federal	1.025,24	1.149,22	1.180,50	1.082,70	1.037,32	1.111,42	1.020,73	1.040,36	1.133,92	1.254,05	1.389,28	1.429,96	1.468,05
Espírito Santo	519,22	519,07	531,37	531,88	531,23	569,76	514,32	558,53	589,92	624,08	652,02	680,70	706,00
Goias	516,92	496,25	544,79	495,59	516,65	530,67	491,88	544,47	579,08	596,32	656,76	686,25	697,19
Maranhão	253,79	224,49	249,53	249,46	259,27	261,88	254,81	280,44	250,30	336,66	332,48	343,24	383,95
Minas Gerais	499,69	531,71	500,20	492,51	505,47	516,27	486,57	513,30	545,64	610,30	621,20	671,55	703,74
Mato Grosso do Sul	543,97	543,08	533,15	512,15	551,99	579,87	529,28	533,29	567,63	642,99	741,30	707,81	734,97
Mato Grosso	508,01	597,38	564,23	505,23	544,41	567,89	493,91	553,81	542,98	591,22	584,51	737,55	684,93
Pará	384,86	396,99	404,26	390,31	390,47	406,66	340,32	360,19	359,48	387,71	424,83	439,37	433,07
Paraíba	317,95	354,20	390,99	424,78	307,35	339,31	309,75	336,00	374,35	407,78	430,82	462,60	473,87
Pernambuco	344,53	331,37	358,29	340,34	347,97	352,05	303,51	348,71	358,48	394,89	386,25	424,70	435,63
Piauí	235,71	243,96	256,50	254,39	286,66	305,04	277,75	300,96	314,97	372,13	414,39	424,33	444,22
Paraná	631,51	605,94	602,76	593,03	617,63	625,78	610,34	675,22	682,24	722,29	811,47	808,55	818,90
Rio de Janeiro	823,33	791,43	827,72	768,88	780,16	768,05	742,09	761,79	778,20	871,96	849,61	897,68	933,50
Rio Grande do Norte	367,81	359,91	378,03	359,58	351,08	357,19	319,63	351,50	418,49	432,77	452,84	487,93	509,68
Roraima	537,41	602,96	678,47	594,52	481,57	522,34	454,00	469,16	498,24	545,15	508,29	539,86	619,98
Roraima	720,34	518,25	546,41	583,27	445,00	385,76	423,02	314,21	366,09	507,10	454,02	531,38	555,87
Rio Grande do Sul	708,82	681,77	723,74	700,62	702,71	694,34	684,52	709,77	716,27	774,30	785,80	848,97	870,50
Santa Catarina	658,64	681,42	680,01	628,24	699,21	671,96	699,51	694,90	764,44	849,50	867,14	897,56	970,14
Sergipe	367,60	358,35	392,35	369,28	328,26	349,68	361,74	393,75	384,78	429,64	438,58	456,50	514,86
São Paulo	884,05	885,44	882,24	811,12	823,10	810,64	749,87	735,52	812,61	871,77	885,20	910,95	900,42
Tocantins	336,40	317,00	343,66	307,10	386,91	345,68	359,97	394,91	395,22	433,35	472,76	535,76	571,98

Nota: Valor em R\$ de out/2009

Fonte: IPEADATA

**ANEXO VI – Santa Catarina: evolução e variação do PIB das microrregiões (1939-1980)**

Microrregião	1939	1949	1939-1949		1949	1959	1949-1959	
			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual
Araranguá	27.091.118,03	59.756.083,03	121%	8%	59.756.083,03	126.969.781,80	112%	8%
Blumenau	160.931.765,78	320.430.150,53	99%	7%	320.430.150,53	606.808.639,52	89%	7%
Campos de Lages	60.517.673,85	119.743.373,14	98%	7%	119.743.373,14	281.551.491,25	135%	9%
Canoinhas	76.410.925,16	128.388.453,53	68%	5%	128.388.453,53	188.411.011,84	47%	4%
Chapécó	23.094.372,18	108.427.526,27	369%	17%	108.427.526,27	156.226.672,51	44%	4%
Concórdia	26.463.496,53	95.575.713,41	261%	14%	95.575.713,41	136.063.477,99	42%	4%
Criciúma	31.932.378,41	98.970.324,66	210%	12%	98.970.324,66	158.511.045,28	60%	5%
Curitibanos	54.888.335,64	51.420.798,49	-6%	-1%	51.420.798,49	115.599.006,99	125%	8%
Florianópolis	113.083.446,93	114.994.630,74	2%	0%	114.994.630,74	176.378.587,70	53%	4%
Itajaí	36.581.485,05	57.546.824,08	57%	5%	57.546.824,08	206.589.545,81	259%	14%
Ituporanga	-	23.097.863,42	-	-	23.097.863,42	43.921.899,71	90%	7%
Joaçaba	44.459.303,71	225.658.588,26	408%	18%	225.658.588,26	303.846.028,49	35%	3%
Joinville	133.223.252,61	257.826.761,65	94%	7%	257.826.761,65	448.087.673,13	74%	6%
Rio do Sul	75.728.413,27	130.248.035,63	72%	6%	130.248.035,63	181.446.681,60	39%	3%
São Bento do Sul	21.077.664,83	43.667.503,29	107%	8%	43.667.503,29	77.958.106,09	79%	6%
Tijucas	22.585.412,89	25.475.025,86	13%	1%	25.475.025,86	45.389.403,08	78%	6%
Tubarão	90.183.539,18	150.860.858,70	67%	5%	150.860.858,70	255.057.719,48	69%	5%
São Miguel d'Oeste	-	-	-	-	-	93.276.529,79	-	-
Tabuleiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Xanxerê	-	-	-	-	-	92.943.090,57	-	-
<b>Santa Catarina</b>	<b>998.252.584,06</b>	<b>2.012.088.514,69</b>	<b>102%</b>	<b>7%</b>	<b>2.012.088.514,69</b>	<b>3.695.036.392,61</b>	<b>84%</b>	<b>6%</b>

Continua

Microrregião	1959	1970	1959-1970		1970	1980	1970-1980	
			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual
Araranguá	126.969.781,80	197.836.407,28	56%	4%	197.836.407,28	444.515.538,16	125%	8%
Blumenau	606.808.639,52	1.150.089.858,52	90%	6%	1.150.089.858,52	4.267.026.295,60	271%	14%
Campos de Lages	281.551.491,25	707.420.257,59	151%	9%	707.420.257,59	1.240.259.422,93	75%	6%
Canoinhas	188.411.011,84	342.431.368,79	82%	6%	342.431.368,79	844.980.224,28	147%	9%
Chapecó	156.226.672,51	468.236.128,90	200%	10%	468.236.128,90	1.541.022.219,22	229%	13%
Concórdia	136.063.477,99	263.993.699,16	94%	6%	263.993.699,16	702.053.744,84	166%	10%
Criciúma	158.511.045,28	383.275.735,40	142%	8%	383.275.735,40	1.480.232.886,21	286%	14%
Curitibanos	115.599.006,99	239.053.177,02	107%	7%	239.053.177,02	520.852.036,17	118%	8%
Florianópolis	176.378.587,70	762.102.568,54	332%	14%	762.102.568,54	2.509.291.108,84	229%	13%
Itajaí	206.589.545,81	388.670.702,85	88%	6%	388.670.702,85	1.203.575.805,33	210%	12%
Ituporanga	43.921.899,71	73.640.151,98	68%	5%	73.640.151,98	136.294.658,61	85%	6%
Joaçaba	303.846.028,49	580.105.946,42	91%	6%	580.105.946,42	1.580.023.101,59	172%	11%
Joinville	448.087.673,13	1.166.298.628,60	160%	9%	1.166.298.628,60	4.288.672.630,77	268%	14%
Rio do Sul	181.446.681,60	377.584.663,76	108%	7%	377.584.663,76	795.282.058,59	111%	8%
São Bento do Sul	77.958.106,09	136.352.876,43	75%	5%	136.352.876,43	662.741.595,10	386%	17%
Tijucas	45.389.403,08	98.279.723,22	117%	7%	98.279.723,22	332.077.962,05	238%	13%
Tubarão	255.057.719,48	439.100.443,80	72%	5%	439.100.443,80	1.163.193.999,12	165%	10%
São Miguel d'Oeste	93.276.529,79	267.343.752,12	187%	10%	267.343.752,12	796.464.744,57	198%	12%
Tabuleiro	-	35.256.120,27	-	-	35.256.120,27	90.412.820,12	156%	10%
Xanxerê	92.943.090,57	182.856.499,05	97%	6%	182.856.499,05	594.880.142,46	225%	13%
<b>Santa Catarina</b>	<b>3.695.036.392,61</b>	<b>8.259.928.709,68</b>	<b>124%</b>	<b>8%</b>	<b>8.259.928.709,68</b>	<b>25.193.852.994,56</b>	<b>205%</b>	<b>12%</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA

**ANEXO VII – Santa Catarina: evolução e variação da população das microrregiões (1939-1980)**

Microrregião	1939	1949	1939-1949		1949	1959	1949-1959	
			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual
Araranguá	58.127	40.595	-30%	-4%	40.595	50.637	25%	2%
Blumenau	65.117	134.316	106%	8%	134.316	169.633	26%	2%
Campos de Lages	71.981	119.331	66%	5%	119.331	156.615	31%	3%
Canoinhas	97.575	119.051	22%	2%	119.051	123.004	3%	0%
Chapecó	41.402	89.381	116%	8%	89.381	55.306	-38%	-5%
Concórdia	-	46.199	-	-	46.199	58.855	27%	2%
Criciúma	14.286	70.759	395%	17%	70.759	80.046	13%	1%
Curitibanos	69.782	62.599	-10%	-1%	62.599	72.457	16%	1%
Florianópolis	130.489	146.219	12%	1%	146.219	176.567	21%	2%
Itajaí	59.985	68.130	14%	1%	68.130	76.572	12%	1%
Ituporanga	-	-	-	-	-	23.149	-	-
Joaçaba	34.413	70.800	106%	7%	70.800	115.518	63%	5%
Joinville	76.402	106.151	39%	3%	106.151	154.932	46%	4%
Rio do Sul	-	82.678	-	-	82.678	83.769	1%	0%
São Bento do Sul	17.176	20.210	18%	2%	20.210	18.909	-6%	-1%
Tijucas	33.312	34.356	3%	0%	34.356	30.760	-10%	-1%
Tubarão	136.100	165.258	21%	2%	165.258	143.751	-13%	-1%
São Miguel d'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Tabuleiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Xanxerê	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Santa Catarina</b>	<b>906.148</b>	<b>1.376.031</b>	<b>52%</b>	<b>4%</b>	<b>1.376.031</b>	<b>1.590.480</b>	<b>16%</b>	<b>1%</b>

Continua

Microrregião	1959	1970	1959-1970		1970	1980	1970-1980	
			Varição Relativa	Taxa de Crescimento Anual			Varição Relativa	Taxa de Crescimento Anual
Araranguá	50.637	107.510	112%	7%	107.510	111.267	3%	0%
Blumenau	169.633	251.111	48%	4%	251.111	334.765	33%	3%
Campos de Lages	156.615	229.524	47%	4%	229.524	248.275	8%	1%
Canoinhas	123.004	159.900	30%	2%	159.900	187.946	18%	2%
Chapecó	55.306	223.484	304%	14%	223.484	300.551	34%	3%
Concórdia	58.855	100.082	70%	5%	100.082	116.154	16%	2%
Criciúma	80.046	140.435	75%	5%	140.435	187.134	33%	3%
Curitibanos	72.457	94.774	31%	2%	94.774	101.363	7%	1%
Florianópolis	176.567	246.079	39%	3%	246.079	365.198	48%	4%
Itajaí	76.572	131.835	72%	5%	131.835	180.619	37%	3%
Ituporanga	23.149	37.532	-	4%	37.532	39.804	-	-
Joaçaba	115.518	193.382	67%	5%	193.382	215.842	12%	1%
Joinville	154.932	224.891	45%	3%	224.891	358.226	59%	5%
Rio do Sul	83.769	152.852	82%	6%	152.852	162.440	6%	1%
São Bento do Sul	18.909	36.912	95%	6%	36.912	64.525	75%	6%
Tijucas	30.760	57.127	86%	6%	57.127	56.319	-1%	0%
Tubarão	143.751	240.722	67%	5%	240.722	255.504	6%	1%
São Miguel d'Oeste	-	129.911	-	-	129.911	181.008	-	-
Tabuleiro	-	24.828	-	-	24.828	24.764	-	-
Xanxerê	-	98.779	-	-	98.779	117.775	-	-
<b>Santa Catarina</b>	<b>1.590.480</b>	<b>2.881.670</b>	<b>81%</b>	<b>6%</b>	<b>2.881.670</b>	<b>3.609.479</b>	<b>25%</b>	<b>2%</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA

**ANEXO VIII – Santa Catarina: evolução e variação do PIB per capita das microrregiões (1939-1980)**

Microrregião	1939	1949	1939-1949		1949	1959	1949-1959	
			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual
Araranguá	466,07	1.472,01	216%	12%	1.472,01	2.507,43	70%	5%
Blumenau	2.471,44	2.385,65	-3%	0%	2.385,65	3.577,18	50%	4%
Campos de Lages	840,74	1.003,45	19%	2%	1.003,45	1.797,73	79%	6%
Canoinhas	783,10	1.078,43	38%	3%	1.078,43	1.531,75	42%	4%
Chapecó	557,81	1.213,10	117%	8%	1.213,10	2.824,79	133%	9%
Concórdia	-	2.068,80	-	-	2.068,80	2.311,84	12%	1%
Criciúma	2.235,23	1.398,70	-37%	-5%	1.398,70	1.980,24	42%	4%
Curitibanos	786,56	821,43	4%	0%	821,43	1.595,42	94%	7%
Florianópolis	866,61	786,45	-9%	-1%	786,45	998,93	27%	2%
Itajaí	609,84	844,67	39%	3%	844,67	2.697,99	219%	12%
Ituporanga	-	-	-	-	-	1.897,38	-	-
Joaçaba	1.291,92	3.187,28	147%	9%	3.187,28	2.630,29	-17%	-2%
Joinville	1.743,72	2.428,88	39%	3%	2.428,88	2.892,16	19%	2%
Rio do Sul	-	1.575,36	-	-	1.575,36	2.166,04	37%	3%
São Bento do Sul	1.227,14	2.160,73	76%	6%	2.160,73	4.122,82	91%	7%
Tijucas	677,99	741,50	9%	1%	741,50	1.475,60	99%	7%
Tubarão	662,63	912,88	38%	3%	912,88	1.774,30	94%	7%
São Miguel d'Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Tabuleiro	-	-	-	-	-	-	-	-
Xanxerê	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Santa Catarina</b>	<b>1.101,64</b>	<b>1.462,24</b>	<b>33%</b>	<b>3%</b>	<b>1.462,24</b>	<b>2.323,22</b>	<b>59%</b>	<b>5%</b>

Continua

Microrregião	1959	1970	1959-1970		1970	1980	1970-1980	
			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual			Variação Relativa	Taxa de Crescimento Anual
Araranguá	2.507,43	1.840,17	-27%	-3%	1.840,17	3.995,03	117%	8%
Blumenau	3.577,18	4.580,01	28%	2%	4.580,01	12.746,33	178%	11%
Campos de Lages	1.797,73	3.082,12	71%	5%	3.082,12	4.995,51	62%	5%
Canoinhas	1.531,75	2.141,53	40%	3%	2.141,53	4.495,87	110%	8%
Chapecó	2.824,79	2.095,17	-26%	-3%	2.095,17	5.127,32	145%	9%
Concórdia	2.311,84	2.637,77	14%	1%	2.637,77	6.044,16	129%	9%
Criciúma	1.980,24	2.729,20	38%	3%	2.729,20	7.910,02	190%	11%
Curitibanos	1.595,42	2.522,35	58%	4%	2.522,35	5.138,48	104%	7%
Florianópolis	998,93	3.096,98	210%	11%	3.096,98	6.871,04	122%	8%
Itajaí	2.697,99	2.948,16	9%	1%	2.948,16	6.663,62	126%	8%
Ituporanga	1.897,38	1.962,06	-	0%	1.962,06	3.424,14	-	-
Joaçaba	2.630,29	2.999,79	14%	1%	2.999,79	7.320,28	144%	9%
Joinville	2.892,16	5.186,06	79%	5%	5.186,06	11.971,97	131%	9%
Rio do Sul	2.166,04	2.470,26	14%	1%	2.470,26	4.895,85	98%	7%
São Bento do Sul	4.122,82	3.694,00	-10%	-1%	3.694,00	10.271,08	178%	11%
Tijucas	1.475,60	1.720,37	17%	1%	1.720,37	5.896,38	243%	13%
Tubarão	1.774,30	1.824,10	3%	0%	1.824,10	4.552,55	150%	10%
São Miguel d'Oeste	-	2.057,90	-	-	2.057,90	4.400,16	-	-
Tabuleiro	-	1.420,01	-	-	1.420,01	3.650,98	-	-
Xanxerê	-	1.851,17	-	-	1.851,17	5.050,99	-	-
<b>Santa Catarina</b>	<b>2.323,22</b>	<b>2.866,37</b>	<b>23%</b>	<b>2%</b>	<b>2.866,37</b>	<b>6.979,91</b>	<b>144%</b>	<b>9%</b>

Fonte: Elaborado a partir dos dados do IPEADATA